A ÁGUA NOS JARDINS PORTUGUESES

Direcção de Cristina Castel-Branco

SCRIBE

A ÁGUA NOS JARDINS PORTUGUESES

SCRIBE
2010

Agradecimentos

Toda a equipa agradece à Senhora Embaixadora da Noruega Inga Magistaad o apoio que deu a este projecto, desde o arranque até à sua conclusão, e a amizade com que o acompanhou durante o seu evoluir. Muitos outros agradecimentos são devidos. Começamos pela «descoberta» deste programa, que devemos à Inês Pereira de Lima, vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos (APJSH), pois foi o seu desafio que permitiu accionar este projecto. A todos os proprietários dos jardins e suas mulheres, queridos amigos que aceitaram trabalhar com a APJSH e nos acolheram para dormir, almoçar, jantar, conversar e trabalhar connosco, ajudando a decisões para o restauro dos seus jardins, um sentido obrigada. Às duas secretárias da APJSH, Sandra Santos e Vera Castel-Branco, que durante estes três anos de trabalho muito apoiaram o projecto e o livro. Aos arquitectos paisagistas estagiários, que coordenaram textos e traduções, Raquel Santiago e Bernardo de Magalhães e Menezes, este último tendo recolhido dados tão úteis ao livro. Aos muitos alunos que percorreram as quintas para elaborar as teses e trabalhos para a cadeira de História da Arte de Jardins e que de alguma forma contribuíram para uma primeira abordagem, com a pesquisa e a recolha de informação. Ao fotógrafo António Sacchetti, que acompanhou o desenvolvimento dos projectos, e ao Francisco Sá da Bandeira pelas fotografias do Jardim José do Canto, nos Açores. Ao José Pedro Martins Barata, por ceder a aguarela que o seu pai fez da Quinta da Boa Viagem. Agradecemos também à Andrea Cardoso e Maria João Reis Martins o profissionalismo e rapidez na revisão dos textos deste livro.

No âmbito do programa EEA Grants agradecemos, com toda a amizade, o empenho do Dr. Manuel Pisco, da Dr.ª Ana Resende e do Dr. António Chaves.

Em obra agradecemos à empresa Junqueira 220, à Carmen Olazabal, ao Luís Figueira e à Katrina Frankel, que nos chamaram para apoiar o restauro do Claustro do Convento do Bom Sucesso. Todos os empreiteiros que trabalharam nestes doze jardins aprenderam connosco o gosto pelos jardins históricos, mas muito nos ensinaram. Devemos, assim, um obrigado à empresa EJR (Eng.º João Ribeiro, Sr. Ramiro e Sr. Fernando), responsável pelas obras dos Jardins do Palácio Fronteira, do Claustro do Convento do Bom Sucesso, da Quinta da Francelha e da Quinta de Santo António. No Jardim José do Canto agradecemos à empresa Aquafluxo e Sr. Fernando de Medeiros Cabral, na Quinta da Boa Viagem à empresa Alfredo & Carvalhido (Sr. Valdemar Carvalhido e Sr. Camilo Carvalhido), nos Jardins do Paço Vitorino à empresa Salvador, Albino & Fernandes (Sr. Salvador Fernandes), nos Jardins da Casa de Juste às empresas Silva & Pintos e Instalrega e no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra às empresas Construções Castanheira & Joaquim, Dryas (Lília Fidalgo e Miguel Almeida) e Forte & Gomes (Sr. Jaime Forte). Em Coimbra agradecemos também os trabalhos na Quinta das Lágrimas às empresas Vibeiras, Pedro Leitão e Forte & Gomes (Sr. Jaime Forte, Sr.ª Hélia Soares e Sr. António Escada). Em Setúbal, na Quinta das Machadas, agradecemos à empresa Chão Bom (Eng.º Luís Ferra) e na Quinta do Senhor da Serra à empresa Jeka, Conservação e Restauro, Lda. Finalmente, agradecemos à empresa Árvores & Pessoas (Eng.º Francisco Coimbra), por ter tratado e limpo a vegetação de tantos jardins agora restaurados.

Índice

Prefácio 5

O jardim português e a história da água nos jardins 7
Cristina Castel-Branco

Os Doze Jardins

1. Jardins do Palácio dos Marqueses de Fronteira 25
Raquel Carvalho, Cristina Castel-Branco e João Ribeiro

2. Claustro do Convento do Bom Sucesso 39
Cristina Castel-Branco e Inês Fontes

3. Jardim José do Canto 45
Cristina Castel-Branco

4. Quinta da Boa Viagem 55
Maria Matos Silva e Cristina Castel-Branco

5. Jardim do Paço Vitorino 65
Ana Luísa Soares e Marta Malheiro

6. Jardim da Casa de Juste 73
Teresa Chambel e Inês Pereira de Lima

7. Jardim Botânico da Universidade de Coimbra 81
Teresa Chambel, Ana Luísa Soares, Inês Pereira de Lima e Francisco Manso

8. Quinta das Lágrimas 89
Cristina Castel-Branco

9. Quinta das Machadas 101
Cristina Castel-Branco, Maria Matos Silva e Raquel Carvalho

10. Paço de Belas e Quinta do Senhor da Serra 113
Miguel Coelho de Sousa

11. Quinta de Santo António 121
Cristina Castel-Branco e Bernardo de Magalhães e Menezes

12. Quinta da Francelha 125
Inês Fontes e Cristina Castel-Branco

Os percursos da água nos doze jardins 131
Cristina Castel-Branco

A Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos e o Programa EEA Grants 142
Ana Luísa Soares, Teresa Chambel e Isabel Andrade

Prefácio

O projecto de intervenção nos jardins históricos que se desenvolveu entre 2007 e 2010 apresenta grandes realizações no restauro e preservação do importante património cultural e natural em Portugal. O restabelecimento dos antigos sistemas hidráulicos e de aproveitamento de água, bem como a revalorização das estruturas artísticas autênticas dos doze jardins distribuídos por todo o país e Açores representam bem o valor deste património e atingiram vários objectivos. Primeiro, preservam uma importante arte paisagística de grande valor histórico e cultural, depois contribuem para a poupança e utilização ambientalmente mais sustentável da água, permitindo finalmente uma melhoria na manutenção dos jardins e um aumento da biodiversidade.

Fico muito satisfeita por ter tido a oportunidade de visitar alguns desses jardins, durante o período dos minuciosos e difíceis trabalhos de restauro, e por ver o belíssimo produto final. Estou muito impressionada com os esforços levados a cabo na obra de restauro pelo promotor do projecto, a Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos, e pela sua dedicada Directora de Projecto, a Professora Cristina Castel-Branco, bem como com o compromisso dos diferentes proprietários dos jardins. Com este compromisso comum eles têm sido capazes de restabelecer a antiga beleza e o uso ecologicamente saudável dos jardins antigos das suas famílias e de Portugal. Através do restauro e do restabelecimento dos caminhos e passeios destes jardins e pela sua abertura ao público, estas importantes estruturas históricas e culturais estarão agora acessíveis a todos.

A Noruega orgulha-se por apoiar este estratégico projecto histórico e cultural em que os jardins e os seus antigos sistemas de água integrados em quintas, conventos e casas antigas são um testemunho que consegue assim contar as suas histórias ao longo dos séculos. Agora que foram restaurados e trazidos de volta à sua antiga glória, jardins que datam dos séculos XVI ao XIX podem ser conhecidos pelos visitantes de todo o Portugal e do resto do mundo, o que permitirá que todos nós possamos ter mais conhecimentos sobre essa parte importante e interessante da história e do património cultural de Portugal.

Através dos fundos do Espaço Económico Europeu, a Noruega, juntamente com os dois outros estados da EFTA, Islândia e Liechtenstein, tem vindo a apoiar vários projectos do património cultural em Portugal, e acredito que o projecto Jardim Histórico é um dos mais importantes e belos. Através da cooperação para restaurar o património cultural na Europa, queremos mostrar a solidariedade e disponibilidade para ajudar na preservação de importantes monumentos históricos e da história cultural. É evidente que partilhamos os mesmos valores e responsabilidade pela história e património cultural de Portugal e da Europa. Ao restaurar os locais históricos e melhorar a compreensão da herança cultural do passado podemos também contribuir para uma Europa melhor, social e culturalmente mais coesa no futuro.

Inga Magistaad, Embaixadora da Noruega
Lisboa, Novembro de 2010

O jardim português e a história da água nos jardins

Cristina Castel-Branco

Quatro traços do jardim português

O jardim português tem traços característicos que permitem distingui-lo dos jardins de outras culturas[1]: a diversidade de árvores e arbustos de flor, as vistas, a presença de azulejos e de grandes tanques. Quatro traços de «carácter», consequência da localização de Portugal, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e da sua história sociopolítica e económica, que surgem, em cada jardim português, isolados ou em combinações, e quando todos se encontram presentes marcam bem a sua diferença e a sua essência.

O primeiro traço — a diversidade de árvores e arbustos de flor — é determinado pela história e pelo clima, o qual permite que tanto as plantas de regiões temperadas, como as das zonas subtropicais tenham aqui encontrado um *habitat* perfeito para crescimento e reprodução, tornando possível essa extraordinária multiplicidade de flores e folhagens. A história de um povo curioso que abriu caminhos marítimos para outros continentes reflecte-se nos jardins através da grande variedade de árvores e arbustos que os portugueses foram trazendo e aclimatando, e que, uma vez naturalizados, passam a tornar-se plantas habituais nos quintais, nos jardins e nas quintas em Portugal. São elas a cameleira e a nespereira do Japão, a laranjeira e a glicínia da China, a *Lagerstroemia*, a cana e a melia da Índia, o jacarandá, o piri-piri e a lúcia-lima do Brasil, e tantas outras que vivem a céu aberto em Portugal. A diversidade de árvores e arbustos de flor é um sinal desta história de trocas marítimas com todos os continentes e do clima benigno que as acolhe.

O segundo traço — as vistas — decorre da topografia acidentada e, consequentemente, de um sistema de ocupação urbana que se instala no topo das colinas, preenchendo-as de cima para baixo, privilegiando as vistas, as grandes aberturas sobre o mar ou sobre os vales. Os jardins seguiram esta tradição e as vistas profundas são quase um ponto de partida do jardim português. Por volta de 1550, D. João de Castro pediu ao rei D. João III como recompensa pelos seus trabalhos e sacrifícios na Índia «(...) duas jeiras de terra que partem com a sua quinta de Sintra e rematam em um pequeno cabeço (...)» com as vistas extraordinárias sobre o castelo dos Mouros, sobre o mar e o vale aberto: a Quinta da Penha Verde, onde queria plantar árvores «peregrinas», e para a qual acorriam as águas da serra de Sintra, combinando assim os quatro traços do jardim português de forma sublime.

A história deste país e a sua localização geográfica determinam os dois outros elementos de distinção do jardim português: a presença de azulejos e de grandes tanques. A cultura islâmica, com uma permanência de cinco séculos no território português, marcou a forma como durante séculos se fez agricultura e deixou vestígios nas formas decorativas, com

Viana do Castelo, Quinta da Boa Viagem, jardim com vista sobre o mar, no final da época das camélias, 2010.

Lisboa, Jardins do Palácio dos Marqueses de Fronteira, esguichos escondidos (*giochi*) no espaldar dos bancos de azulejos, 2010.

Coimbra, Quinta das Lágrimas, tanque do século XVII, armazenando água para rega e para a roda de água do lagar, 2006.

especial evidência no uso de azulejos. Peças cerâmicas de grande durabilidade, cores fortes e sistemas geométricos de repetição, os azulejos nos jardins portugueses podem cobrir todas as peças construídas que os ornamentam: fontes, nichos, bancos, escadarias, casas de fresco, muros, muretes e alegretes, ou surgir mesmo em faixas discretas nas paredes que se reflectem nos lagos. Houve períodos em que estiveram mais na moda, sendo mais tarde esquecidos, para depois voltarem a reaparecer com mais vigor. Os azulejos são parte integrante dos jardins portugueses, de forma original em relação à tradição islâmica, e criaram novas expressões artísticas que permitem distingui-los dos outros jardins do mundo.

A sabedoria árabe sobre o uso da água na agricultura foi herdada pela cultura portuguesa. Indispensável à sobrevivência das plantas tanto nas hortas como no jardim, durante quatro meses de Verão árido, a água armazenada em cisternas ou tanques, recolhida em minas e elevada por complexos sistemas de noras é distribuída nos jardins de formas variadas. A partir do século XVI, a água, antes de cumprir a sua função de rega, é posta ao serviço da arte e produz nos nossos jardins requintados espaços de conforto e beleza onde o céu se espelha, onde a luz se polariza em gotículas que sobem em repuxos.

A esta sabedoria da água veio juntar-se uma outra cultura, também de raízes islâmicas. A descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498 e os quatrocentos anos de vida comercial na Índia fomentaram o contacto das classes dominantes portuguesas com a cultura mogol, cujo gosto pelo jardins é conhecido e bem documentado. A sua necessidade de grandes extensões de água, os lagos sagrados dos templos onde tudo se reflecte e os pavilhões assentes sobre os canais onde a água é o eixo de todo o jardim impressionaram os portugueses, permitiram-lhes entender o jardim como um espaço de permanente vivência, de noite e dia.

A presença da água nos jardins portugueses é o epítome destas diferentes heranças culturais do país: a necessidade de reservas de água para rega fez aparecer os grandes tanques. A partir do século XVI, junto a estes os pavilhões para «tomar o fresco» e as paredes decoradas de azulejos que se reflectiam na água, criando um elemento de distinção dos jardins portugueses. Os exemplos deste entrançado de culturas surgem exactamente no momento em que os primeiros vice-reis da Índia, no regresso das grandes conquistas, principiaram a construção de jardins, refúgios cuja finalidade era sobretudo a criação de espaços de sossego, de encanto e de bem-estar, onde o herói das Índias pudesse encontrar o descanso merecido. A ostentação e a mostra de poder não fazem parte do programa construtivo. São disso exemplo as quintas da Bacalhoa, da Penha Verde e das Torres.

«(...) A água nos jardins ocidentais é uma constante manifestação da alma humana, que nos climas áridos ganha densidade simbólica como sinal de vida e do sonho de fazer

florir o deserto (...)»[2]. Se não se atender a uma cronologia rectilínea, mas antes a uma evolução da arte da água nos jardins por contacto, pode afirmar-se que as formas que a água toma nos jardins, bem como a evolução do seu uso, através das culturas, devem-se a uma expansão geográfica com o núcleo original no jardim persa que foi influenciando as culturas do Mediterrâneo. A natureza do trabalho desenvolvido pela APJSH com o apoio do EEA Grants previa o estudo e o restauro dos sistemas de águas dos jardins portugueses pelo que unicamente se desenvolve a evolução do uso da água através da história, numa matriz internacional que se inicia no vale do Nilo.

As origens da água nos jardins: do Egipto à Pérsia

No Egipto, os lagos foram colocados de forma simétrica dentro do traçado dos jardins. Conhecemo-los apenas pelas pinturas dos túmulos. O exemplo mais completo é o monumento funerário de um alto oficial de Amenhotep III, em Tebas, de 1400 a.C. Estas construções, que vão aparecer ao longo de toda a história em tantas variações, revelam o conceito emergente de associação da superfície quieta das águas à ideia de repouso, de bem-estar espiritual e de conforto. Na pintura identifica-se um pavilhão para se estar junto à água, e a partir da sua sombra ligar o olhar à água, onde a humidade do ar pacifica os sentimentos e predispõe o pensamento para a contemplação. Toda a civilização egípcia parece ter feito um uso da água essencialmente em superfícies paradas, contidas, lagos sagrados que se enchiam por canais que recolhiam a água através de aquedutos, em pequenas barragens a montante do Nilo.

Vectores de influência do jardim persa e o trajecto dos portugueses da Índia trazendo a influência mogol para Portugal.

Quando os persas invadiram o Egipto em 525 a.C, os jardins cercados e geométricos que ali encontraram inspiraram os fundamentos da arte de jardins na Pérsia, património exuberante que se manteve vivo e se expandiu para outras culturas durante muitos séculos: o jardim persa em que a água tem um papel primordial. A cultura persa e, a partir dela, os jardins islâmicos expandiram-se pelas margens Norte e Sul do Mediterrâneo e vamos encontrá-los na Península Ibérica — sobretudo na Andaluzia, no Alentejo e no Algarve —, e para nascente até à Índia — em Udaipur, em Agra e em Caxemira, nas margens do lago Dal. Este aspecto referido por vários autores divide a influência persa nos jardins para Ocidente e para Oriente e permite perceber de que forma a origem comum do jardim andaluz – como referência, mesmo que longínqua na memória colectiva dos portugueses – e mogol permitiu uma mais fácil absorção das formas de construir encontradas na Índia a partir de 1500. «(...) É mesmo possível afirmar que as características do jardim português (...) decorrem de modelos formais e decorativos da arte da paisagem que nos foi legada por essas culturas (...)»[3].

Granada, Alhambra, séculos XIII e XVI, *Pateo de los Arrayanes* (Pátio das Murtas), o efeito de espelho e a pureza da geometria do reflexo na água, 2009.

A influência islâmica na Andaluzia: engenhos de água nos jardins

Os jardins remanescentes da cultura árabe na Europa, em Córdova, Granada e Sevilha, só nos dão uma ideia muito pálida das construções que se seguiram à consolidação das posições muçulmanas na Península Ibérica, a partir de 750 d.C.: *Medinat Al-Zahra*, o Alhambra e o Alcazar permitem hoje em dia encontrar o tipo de ambiente que existia nos jardins muçulmanos, onde a água se destaca como o elemento ornamental de maior impacto. Para além das suas qualidades estéticas, há ainda a importância do efeito da evaporação, diminuindo a temperatura ambiente, aumentando o conforto e criando lugares de amenidade e bem-estar.

«(...) a utilização da água nunca parece excessiva. Encontramo-la a entrar e sair de edifícios, a descer por corrimões, a reaparecer em bacias no meio de pavimentos, organizando sucessões de espaços geométricos que nunca estão completos sem a sua presença. Armazenada em tanques e conduzida por canais que a fazem emergir mais adiante em grandes repuxos, a sua estrutura comanda todo o arranjo do exterior (...)».

No ano de 936, Abdal-Rahman III funda *Medinat al-Zahara*[4], em Córdova, onde a rega é feita por canais ao longo dos caminhos que distribuem a água para os canteiros de plantas aromáticas (laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, murtas, rosmaninhos, etc.) plantados 1 metro, ou mais, abaixo dos caminhos. A função de rega colabora com a estética e no Pátio das Murtas, no Alhambra de Granada, «(...) o lago central cria um espelho onde se reflecte o edifício. O geometrismo é aqui de tal forma respeitado que o eixo central do tanque é prolongado para fora do palácio através de duas janelas que se recortam no escuro do pavilhão e se reflectem na água. Uma composição tão bem organizada não é obviamente fruto do acaso. É antes o produto de uma mestria já muito experimentada e trabalhada,

e que demonstra bem os conhecimentos técnicos e os efeitos estéticos da sua utilização nos jardins muçulmanos do Médio Oriente. A expansão para o Ocidente do mundo islâmico arrastou consigo muitos conhecimentos acumulados de jardinagem, repetindo em novos ambientes o motivo recorrente do Paraíso (...)». Desenvolve-se a partir daqui uma tendência até então pouco explorada para transformar o uso da água em recurso fundamental de toda a ordem de efeitos artísticos: «(...) O ponto de partida para esta escalada artística assenta no engenho dos mestres árabes que trataram a água como o elemento de eleição e a puseram em movimento, fazendo-a aparecer, saltar, cair, reluzir, ser recolhida e reaparecer de novo em padrões surpreendentes. O artifício encenara a sua chegada triunfal, e viera para ficar (...)».

Em Portugal, os vestígios são escassos mas a sabedoria e a atracção pelos efeitos estéticos manteve-se e volta a aparecer no século XVI, depois do contacto com a Índia.

Os tanques e os canais na Pérsia que contagiaram a Índia

A Pérsia representa o ponto de partida da vivência dos jardins como local de eleição tanto para reuniões de trabalho, como para a contemplação, a cultura, o lazer e o cortejar. A água é nele o elemento imprescindível. «(...) O uso da água como elemento ornamental nos jardins persas começou por não incluir qualquer tipo de água em movimento, nem em riachos, nem em repuxos, limitando-se durante vários séculos a grandes tanques de reserva abastecidos por pequenos canais de distribuição. Os próprios feitios e tamanhos, embora evoluíssem com o tempo e se desdobrassem em múltiplas variedades, permaneceram circunscritos aos motivos geométricos, predominantemente rectangulares e circulares, sem se aventurarem em efeitos hidráulicos com repuxos de água sob pressão (...)».

Pintura com os elementos fundamentais do jardim persa, *in* Marie Louise Gothein, *Indian Gardens*.

O grande impulsionador da expansão da cultura islâmica em direcção à Índia é Tamerlão, conquistador poderoso do século XIV, grande apreciador de arquitectura, poupando na sua chacina à cidade de Damasco unicamente arquitectos e vidreiros. Os jardins sublimes que mandou construir, aos quais conferiu uma expressão artística de demonstração de poder, exuberância e glória, influenciaram vários imperadores no Médio Oriente: «(...) Os jardins de Samarcanda, mandados

construir por Tamerlão entre 1336 e 1405, ficaram célebres nas descrições de Clavijo, o embaixador enviado pelo rei de Castela e Leão em 1404. Ao mudar para aqui a sua capital, Tamerlão mandara construir onze jardins no interior e em redor, organizados como uma grinalda. E outros mais foram então construídos, designados pelo nome das grandes cidades da época, como Cairo e Damasco. O pasmo de Clavijo deve ter sido imenso. Estava-se no fim da Idade Média. Em nenhuma parte da Europa se pensava ainda nos jardins como entidades integrantes dos planos de construção de novas cidades, e muito menos com a exuberância encontrada entre os persas (...)».

Depois da chegada dos portugueses ao Sul da Índia, em 1498, e durante o século XVI, constataram a «febre» de construir jardins sob a influência da arquitectura muçulmana que tivera início no Norte, com Babur, descendente de Tamerlão. Babur conquista Deli em 1526 e nas suas memórias queixa-se da pobreza dos jardins que encontra na Índia.

«(...) Durante o século XVI, três grandes impérios partilharam entre si a zona central do Islão, dos Balcãs a Bengala: os Otomanos, baseados no Mediterrâneo, os Safavidas no Irão e os Mogóis na Índia. Embora os três grupos tenham criado domínios culturais distintos, com formas de expressão artística claramente diferenciadas, todos emanaram de um mesmo ponto fulcral Tamerlão durante o século XIV (...)».

Inicia-se o Império Mogol com uma sucessão de imperadores que farão perpetuar durante quatro gerações a simbiose entre poder e palácios com jardins de água. «(...) Para a construção de cada nova cidade, erigida a partir do nada à glória dos seus fundadores, juntavam-se artistas vindos de todos os confins do império, da Etiópia, da China, da Grécia. Os seus esforços concentravam-se em torno de projectos sem limites de orçamento e com um planeamento extremamente elaborado (...)».

Babur dava corpo à glória das suas conquistas através de uma «euforia arquitectónica» e conforme vai expandindo o seu império para leste procura os lugares ideais com abundância de água para a construção de jardins, encontrando em Agra, nas margens do rio Jumna, o seu local preferido. Um grande jardim murado, Rambagh, que se encontra hoje completamente delapidado, é-lhe atribuído.

Nas suas memórias, Babur revela uma indiscutível paixão pelos seus jardins e «(...) visitava-os sempre que uma campanha militar o trazia até às suas proximidades, apreciando as várias épocas de floração e dando ordens claras e precisas sobre as formas de tratamento e manutenção de vegetação (...)». E afirma: «(...) Planto jardins em cada sítio que me parece adequado, em cada jardim planto rosas e narcisos em canteiros simétricos e exactamente iguais. Três coisas me atormentam na Índia: o calor, o pó e os ventos fortes. A construção de tanques seria a forma de diminuir estes três inconvenientes (...)»[5].

Os traços distintivos dos jardins mogóis decorrem da concepção persa trazida pela cultura muçulmana e adaptada ao clima e à topografia de cada região. «(...) Ao iniciar o processo, Babur introduziu na Índia os elementos iranianos de forma muito clara: o espaço quadripartido, o uso da água corrente, a formalidade e simetria do plano, tudo se transplantou e só depois se remodelou. À data da sua morte, em 1530, estava solidamente estabelecida

uma escola que se manteve activa, influenciando todas as culturas que entraram em contacto com o património dos grandes Mogóis (...)».

Quando Akbar conquista a região de Caxemira (c. 1556) surgem as residências de Verão dos imperadores e o jardim passa a ter um papel primordial pois «(...) nele se distribuem os pavilhões para dormir, viver, e tomar banho, posicionados de tal forma que passam a ser só mais um ornamento a contribuir para o jardim como um todo (...)»[6]. Shalimar Bagh, em Caxemira, é um exemplo em que a presença de pavilhões ao longo do eixo de água do jardim se revela como uma inovação.

«(...) A euforia da abundância de água permitiu novas variações. Em Udaipur aparece uma outra composição inovadora, em que o tanque quadrado tem no seu centro um pavilhão inacessível, como se emergisse do lago. A água parada funciona como espelho e permite a criação de um lugar de tranquilidade e meditação perfeitamente isolado (...)». Este ornamento poderá ter influenciado a construção de lagos nos jardins em Portugal. A solução lago-pavilhão reaparece na Quinta das Torres em Azeitão (c. 1598), em que o pavilhão central do lago surge como uma absoluta novidade na Europa, um sinal distintivo da ligação de Portugal à Índia.

Srinagar, Jardim Shalimar Bagh, a influência persa reinterpretada no vale de Caxemira, fotografia de Maria de Lurdes Andrade e Silva, 1990.

Os portugueses e o reencontro da arte muçulmana de jardins na Índia

Na cultura hindu, que os portugueses vieram encontrar nas regiões de Goa, Damão e Diu, muito havia de diferente, mas a arquitectura do império do grande mogol não lhes era estranha e não ficaram alheios às fortíssimas expressões de poder que todo este aparato de palácios e jardins significava, reconhecendo e facilmente apreciando estas formas de arte de origem islâmica.

Antes da chegada à Índia, e apesar da cultura árabe fazer parte do *pedigree* dos nossos jardins, a água não é tratada com grandiosidade e os tanques são pequenos, os canais irregulares e os pavilhões inexistentes. Só depois do contacto com a Índia e com a arquitectura mogol, o jardim português ganha dimensão e se enraíza como uma peça fundamental de qualquer inovação arquitectónica, criando-se a trilogia palácio-jardim-tanque ornamentado mas servindo também depois as necessidades de rega.

É fácil admitir, quer pelas descrições dos espaços exteriores deixadas durante o século XVI pelos imperadores mogóis, quer pelos vestígios que ainda existem do esplendor desses jardins, que a vivência nos jardins, os efeitos da água e o conforto a céu aberto eram admirados e assimilados tão facilmente pelos portugueses, tão próximos da cultura islâmica influente na arte de construir em Portugal. A facilidade com que os portugueses adaptaram a prática de construir jardins e absorveram o seu vocabulário próprio revela um encontro de uma cultura latente.

Sintra, Quinta da Penha Longa, Jardim do Núncio construído no século XVI, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2010.

Lisboa, Jardins do Palácio Fronteira, grande tanque decorado a azulejos, 2008.

Estas formas de água em grandes tanques, com os pavilhões em arcaria ligados directamente com a água ou com pavilhões no centro geométrico do lago, surgem assim natural e inovadoramente nos jardins portugueses do século XVI. Primeiro na Bacalhoa, por volta de 1530, depois em Ribafria em 1550 e no jardim da Quinta das Torres, cerca de 1590. O gosto pela água no jardim português e a sua arte expressam-se entrelaçando a herança árabe, a influência italiana e a celebração da Índia. Os *giochi*, moda do Sul de Itália, produto da sabedoria árabe e da arte de se recrear em Nápoles[7], surge já no Jardim do Cardeal D. Henrique (Jardim do Núncio) na Quinta da Penha Longa, em Sintra, para onde o cardeal convidou os jovens embaixadores do Japão trazidos pelo padre jesuíta Diogo de Mesquita, em Agosto de 1584, e da qual o padre Luís de Froes dá uma detalhada descrição: «(...) Ficarão estes Senhores admirados de verem aquellas pinturas, e antiguidades, especialmente quando os levarão a hua caza d'água cheio de esgichos, que por todas as partes brotam tezos, a onde se lhe fechão as grades necessariamente se molha quem entra dentro, e não menos era para ver o Mosteiro de Perolonga, assim pela obra, e sitio, como pela frescura da horta e artificio dagua que alli tem (...)»[8]. Estes *giochi* foram bem aceites em Portugal e reaparecem no conjunto da Casa de Fresco e Lago dos SS do Palácio Fronteira e ainda no *grottoe* do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. Não se pode afirmar que estes jardins, mandados construir por uma aristocracia em contacto permanente com a Índia, sejam de origem islâmica, mas admitimos que a componente islâmica faz legitimamente parte do tronco donde saíu a expressão artística neles manifestada.

Na conjuntura política do início da dinastia filipina, Portugal viu reduzida a sua produção artística e, por conseguinte, a adaptação ou evolução de novos modelos, como os grandes tanques e pavilhões nos jardins. Mas com a restauração da nacionalidade e a consequente retoma da cultura portuguesa tem início a construção de uma das peças mais reveladoras desta influência, terminada em cerca de 1668: os jardins do Palácio Fronteira.

Conímbriga, tanque de um jardim romano privado, 2006.

Os jardins romanos e a sua retoma no Renascimento. A água contida nos tanques, a geometria e o jardim utilitário

Na evolução da água no jardim português, não é possível esquecer a herança romana, os seus conhecimentos hidráulicos e a sua capacidade de manipular a água. Os tratados romanos sobre aquedutos e a forma como se abasteciam as cidades são documentos que nos permitem dimensionar o conhecimento dos engenheiros de Roma. Em Pompeia, a água era escassa até à construção do aqueduto de Augusto, que veio a alterar o abastecimento de água à cidade, reflectindo-se no espaço público e nos jardins privados que puderam aumentar a sua área e utilizar mais água como ornamento. Nas vilas do Alentejo, como Estremoz e Elvas, são conhecidos quatro aquedutos romanos[9] que, à sua escala, repetem as soluções das cidades romanas, distribuindo a água através de canais subterrâneos e enchendo tanques públicos. Outras importantes obras romanas permitiam recolher a água e encaminhá-la para os pontos de concentração de população ou áreas de rega: as barragens, cujo levantamento sistemático no Alentejo e Algarve[10] permite conhecer a técnica de construção e a importância para o desenvolvimento de cada região sob domínio romano.

Os melhores exemplos do uso da água nos jardins privados romanos construídos em Portugal encontram-se em Conímbriga. Os efeitos dos bordos dos lagos revestidos a mosaico de pedra, os tanques recortados com repuxos, as caleiras, os banhos e todo o sistema subterrâneo que permitia estes efeitos fazem parte de um conhecimento acumulado que os romanos legaram aos nossos jardins.

A água ocupa na *villa* romana um lugar central e aparece em todos os territórios conquistados, seguindo um padrão com algumas variações de adaptação à região. A análise de uma casa tipo romana dos arredores de Roma, mandada construir por Horácio, apresenta um rectângulo com a casa virada a sul para o jardim, mas construída de forma a que a transição entre a casa e o jardim fosse defendida por pérgulas da grande exposição ao quadrante sul. O jardim continua murado e a água ocupa uma área importante, contida e parada na piscina, ao centro do rectângulo, e ocupando o eixo de simetria. Fora desse perímetro, a água aparece também em pequenas fontes sobre os eixos secundários. O espaço é tratado como uma composição total e a forma como a água nela surge revela a intenção de um espaço harmonioso, virado para o bem-estar, tanto do indivíduo como do grupo de convivas. Os pavimentos criam percursos cómodos com pérgulas que convidam ao passeio e o jardim

é feito para ser admirado numa relação sã entre o Homem e o seu microcosmos. Não há surpresas nem dramatismos no tratamento deste espaço contido por muros, mas sobressai o requinte e a simplicidade que tambem encontramos na arquitectura dos jardins de Conímbriga.

Outras casas e jardins romanos de grandes dimensões foram dispostos com mais imaginação, introduzindo inovações e efeitos sublimes com água. As *villas* de Plínio-o-Novo sobre o mar, perto de Ostia, das quais temos uma descrição clara dada por Plínio numa carta que escreve ao seu amigo Apollinus, têm efeitos de água de grande requinte e novidade. O mesmo se passa com a *villa* de Lauretium, descrita na carta de Plínio a Gallus. Algumas passagens ilustram bem a importância da água no jardim romano: «(...) no meio do requinte da villa aparece de súbito à nossa frente como que um aspecto do campo, um espaço envolto em plátanos, por trás o acantus e a seguir figuras desenhadas e nomes. Ao fundo uma cama de mesa em mármore branco à sombra de uma latada suportada por quatro pequenas colunas em mármore de Caryste. Da cama, como se o peso de quem lá se senta a fizesse esguichar, tubos deitam água que cai dentro de uma laje afundada, passando depois para uma taça de mármore finamente trabalhada que graças a uma técnica invisível fica cheia sem transbordar. O tabuleiro das entradas e pratos principais é pousado na borda da taça, os pratos mais leves flutuam para trás e para a frente em tigelas que representam barquinhos e pássaros. Em frente fica uma fonte que repuxa água e a recolhe depois porque uma vez lançada no ar a água volta a cair sobre si mesma, um sistema de aberturas absorve e fá-la desaparecer (...)». Os repuxos, as drenagens dos tanques, as técnicas invisíveis foram adquiridas na Roma imperial e vão sendo conhecidas nas regiões conquistadas, em menor escala mas em grande variedade.

A *Villa* Adriana, cujas ruínas nos permitem ainda hoje ver a imensidão das construções, foi construída perto de Tivoli. O imperador mandou construir uma *villa* que relembrasse as suas expedições pelo Oriente, eternizando-as na sua casa, que concentra no seu traçado os conhecimentos acumulados por artistas e arquitectos, engenheiros e jardineiros, repetindo uma situação semelhante à das capitais persas: uma cidade planeada do zero com um largo orçamento.

À arquitectura do espaço exterior é dada tanta atenção como à dos edifícios e cada construção, praça, jardim ou tanque tinha um significado que adicionava um factor novo ao conjunto: cada peça tomava sentido na memória, no recordar das situações e paisagens que Adriano elegera como os momentos mais marcantes das suas viagens. É assim que aparece o *Canopus*, descrito na *História Augusta* como o vale navegável que unia Alexandria à antiga cidade, e transformado na *Villa* Adriana num grande lago de 120 x 19 metros, terminando numa construção circular, em concha. O *Canopus* foi construído num vale e era envolvido por uma colunata intervalada por estátuas. A água está contida e parada ao nível do chão, com as estátuas a reflectirem-se. A dimensão e o facto de se encontrar ao nível térreo, traduzindo-se num efeito de espelho de água magistral em espaço aberto, revelam a grandiosidade dos efeitos da água em grandes tanques.

A abundância de água, ou a sua simulação, depende do seu armazenamento, sendo a construção de cisternas uma prática frequente no território da Lusitânia que é mantida após a queda do Império Romano, durante a ocupação árabe. As cisternas romanas identificadas espalham-se pelo Algarve e pelo Alentejo e, pela sua utilidade, vão sendo mantidas em uso quase até ao século XX.

Esquecendo uma sequência histórica linear, aqui faz-se uma interrupção, ligando directamente Roma ao Renascimento, durante o qual todos os elementos do jardim da Roma imperial emergem de novo. O jardim passa a ser um sinal de prestígio das grandes famílias burguesas e nobres, a água é tratada da mesma forma, mas um importante elemento é adicionado: os jardins em terraço, nascidos na Toscânia a partir de 1400, vão difundir-se pela Europa e vulgarizar-se em França, em Espanha, em Portugal, na Áustria, na Alemanha, e, mais tarde, também na Holanda e em Inglaterra. Com o terreno armado em terraços é possível fazer descer a água por degraus, em cascatas e canais inclinados, como na Vila Lante e na Vila D'Este, e inventar repuxos criando novos efeitos extraordinários. O século XVI pode ser considerado o «século dos jardins», pois é marcado pela emergência do jardim com unidade, coerência e significado. Apesar de datarem do século XVII, o jardim do Palácio Fronteira e o lago do Convento do Bom Sucesso são exemplos preciosos desta animação dos jardins através da água e no caso português dos azulejos.

A carga alegórica dos jardins baseia-se nos temas clássicos. «(...) Com o avanço dos séculos, a fonte de inspiração dos textos antigos e temas poéticos introduziu no microcosmos paradisíaco vectores crescentes de erudição e simbologia mítica. Esta recriação de releituras inicia-se pela exploração temática da água, trabalhada em representação dos deuses-rio, do nascimento de Vénus, dos quatro rios do Paraíso. Depois estendeu-se à ilustração de imagens contidas nos poemas clássicos, como as *Metamorfoses*, de Ovídio, e daqui passou rapidamente para a celebração da vitória do Homem sobre a Natureza (...)». Na Vila D'Este, «(...) a concretização da associação entre o poema e a água seria tanto mais perfeita quanto mais próximo o conjunto decorativo se encontrasse no ambiente descrito. Uma carga alegórica cada vez mais imbricada em que a água tem um papel primordial (...)» e representa as *Metamorfoses*, de Ovídio.

A Idade Média e a sua interpretação romântica no século XIX

Da ocupação árabe e da Idade Média entre os séculos VIII e XII-XIV, já referimos acima, a marca deixada pela cultura árabe com a mesquita e madressa de Córdoba a funcionar como elo de ligação entre o conhecimento clássico e a Europa medieval.

Todos os tratados de construção de jardins islâmicos repetem os elementos fundamentais: canteiros rectangulares a dividir o jardim e utilizando plantas perenes que simbolizam a eternidade, cor e fragâncias dadas pelas flores, sombra de árvores e a presença privilegiada e muito variada da água.

Coimbra, Quinta das Lágrimas, simplicidade do traçado da Fonte dos Amores, construída em 1326, fotografada em 2010.

Nos palácios, constituídos por salas ligadas por pátios e corredores num jogo variado de exterior/interior, mantém-se a escala humana e a área de penumbra sob as arcarias é confortável e muito bem ornamentada com lambris de azulejos e tectos em estuque.

Em Portugal, a civilização árabe deixou estruturas hidráulicas em Mértola em Santarém, onde se registaram cerca de 260 cisternas nos pátios privados do casco antigo; e em Sintra, no Palácio da Vila, apesar das múltiplas adaptações, mantém-se o intricado de pátios com elementos de água, com os jogos de exterior, interior e penumbra.

Dos jardins das comunidades cristãs medievais restam-nos os claustros e, a partir de um documento como o plano da Abadia de Canterbury, datado de 1165, reconhecemos a estrutura do sistema de águas de forma clara, com os tanques e fontes desenhados em alçado e as canalizações em planta. As fontes mais trabalhadas encontram-se sob uma construção num dos lados do claustro, simbolizando a fonte da vida com toda a carga significativa associada ao Paraíso. Este padrão repete-se em Portugal.

A função de horta e do jardim de plantas medicinais das ordens monásticas e ainda de regras como a de São Bento[11], em que se ordena que o mosteiro seja uma unidade auto-sustentada, levou a uma escolha de locais que disponham de quantidade de água suficiente para a vida do convento.

Dos jardins de castelos e palácios medievais, os dados chegaram-nos por duas vias distintas, a literária e a ilustrativa: o *Roman de la Rose*, o *Decameron*, *Les Trés Riches Heures de Jean*, *Duc de Berry*, o documento de Piero de Crescenzi, *Liber Ruralium Commodorum* — sendo este o primeiro *Manual de Arquitectura Paisagista*, escrito entre 1304 e 1309. O traçado do jardim medieval é irregular, não obedece a uma simetria completa, mas o centro é sempre ocupado por uma fonte, com ou sem taça, e água a cair dela sobre uma bacia. A expressão da água é mínima, quando comparada com as épocas atrás descritas, pois perdeu-se muito do conhecimento hidráulico que só é retomado no Renascimento. O Paço do Senhor da Serra, em Belas, e o jardim medieval da Quinta das Lágrimas, em Coimbra, ainda mantêm dessas épocas remotas alguns canais e as fontes.

O jardim naturalista e a interpretação romântica da Idade Média

Ponta Delgada, Jardim José do Canto, lago irregular do jardim romântico, hoje coberto de vegetação exótica, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2008.

O jardim naturalista retoma as linhas irregulares do jardim medieval, mas a escala passa a ser a da paisagem, pelo que não contida em muros. A água ocupa áreas enormes de lagos cuja posição construtiva apontava para a apreciação das linhas naturais dos jardins sem limites, onde se incluía toda a paisagem rural que os rodeava. É no seio de uma sociedade ilustrada, leitora em profundidade dos autores clássicos, que aparecem as inovações paisagistas no jardim. Os arquitectos da paisagem, em Inglaterra, andaram a par de filósofos, poetas, pintores e cientistas, numa conjuntura que apontava para uma mudança de atitude em relação à posição do homem no mundo.

Não é o reflexo da natureza que se procura construir no jardim paisagista, mas a imagem de uma natureza compreendida, assimilada e celebrizada nos quadros dos pintores. O *picturesque* foi uma forma de apreciar a paisagem, não no seu estado puro, mas como um quadro (*picture*), depois de filtrada pela sensibilidade do pintor, onde a presença humana é pontual e distante.

Em 1794, William Beckford subaluga a Gerard de Vismes a Quinta de Monserrate, na sua amada Sintra, e nela constrói, com centenas de jardineiros vindos de fora, uma paisagem inventada para ele. É o primeiro jardim paisagista em Portugal. A água atravessa toda a propriedade, quebrando numa enorme cascata de 10 metros de altura, descendo depois entre pedras e saltando até ao grande lago rodeado de plantas aquáticas. «(...) Em Painshill, construída em 1765, a pedra imita cavernas naturais, e se relaciona directamente às pinturas mais misteriosas e selvagens de Salvatore Rosa (...). Os jardins-cenários que se construíram neste período eram a retransmissão da paisagem primordial depois de filtrada pela sensibilidade de um pintor. Na rebentação desta nova vaga, o *grotto* é o único elemento que se mantém vivo na transição do jardim francês para o jardim inglês. A carga simbólica que lhe está associada e a importância incontornável da água no jardim permitiram-lhe deslizar através dos estilos e das culturas (...)». O *grotto* ligado às grandes superfícies de água deixa serpentear, como nascente dele saído, um fio de água. Este efeito será imitado nos jardins dos séculos XVIII e XIX e encontramos um *grotto* no Palácio Pombal, em Oeiras, ou na Vila Morais, em Ponte de Lima. Destes riachos, cascatas e lagos irregulares temos também exemplos no jardim romântico da Quinta das Lágrimas, no Jardim José do Canto, em Ponta Delgada, e na Quinta de Santo António, em Lisboa, todos do século XIX.

Não seguindo a cronologia habitual, chegamos ao jardim paisagista do século XIX sem ter abordado o período barroco que o antecede e que apresentamos em seguida. A invenção do jardim barroco deve-se a Le Nôtre (1613-1700) e a sua divulgação a Luís XIV (1661-1715), que reinou cinquenta anos e veio a estabelecer-se como poder dominante na Europa. A civilização expressa pela monarquia era superficialmente baseada em prazeres materiais e o

Ponte de Lima, Paço Vitorino, tanque barroco de armazenamento de água, depois do restauro, 2010.

jardim vai tornar-se o cenário por excelência desta forma de vida social. «(...) Da dimensão média que os italianos imprimiram ao jardim até ao século XVII, os franceses saltam abruptamente para um aumento substancial da área: o eixo de Vaux mede oitocentos metros, e o de Versailles cinco quilómetros (...), o efeito mais insistentemente perseguido por estes processos é sem dúvida o da magnificência (...). O jardim francês é um cenário preparado para efeitos grandiosos, em que a ostentação do poder é a grande regra filosófica (...)».

Em Vaux-le-Viconte, o primeiro jardim barroco desenhado por Le Nôtre, dá-se o «(...) grande encontro entre a erudição literária, o conhecimento científico (...)» e a arte de fazer jardins. As descobertas de Torricelli vão ser postas ao serviço da arte de jardins, o repuxo La Gerbe, largo de 1 x 5 metros, em Vaux-le-Vicomte, é a primeira fonte cujo elaborado sistema hidráulico vai abrir caminho para milhares de imitações, que vão diversificar o uso da água nos jardins. Os circuitos hidráulicos enterrados vão estar na base do sucesso do jardim e dos seus efeitos grandiosos. O resultado das experiências de Harvey (1576-1657), sobre a circulação do sangue no corpo humano, fica disponível para a comunidade científica, e a sua proximidade com a hidráulica nos jardins coincide em datas e em conteúdos: «(...) Antes de Harvey ninguém tinha sido capaz de explicar a circulação do sangue, e as teorias existentes baseavam-se em analogias entre o problema da circulação da água no mar e na terra (...)»[12].

Outros efeitos decorrentes das leis da óptica, e utilizando a água como espelho, levam à abertura de enormes superfícies paradas. «(...) A experimentação e postulação científicas, então em pleno florescimento, instigam e proporcionam cada um destes arrojos da engenharia, numa associação entre a tecnologia e a arte, de tal forma estreita, que a imagem do palácio espelhada no tanque à sua frente aparece como uma demonstração precisa da lei da óptica enunciada por Descartes — o ângulo de incidência é igual ao ângulo de reflexão (...)».

Os avanços científicos trazem um novo alento de liberdade, que se consubstancia também na abolição dos compartimentos e na subordinação de todo o espaço a uma organização total através de princípios de composição claros: o jardim não é mais uma continuação da casa, antes se liga à paisagem; a geometria tridimensional baseada nos eixos marca o relevo das colinas; os novos conhecimentos de óptica servem para dirigir firmemente o olhar com truques de ilusão de perspectivas. Em Vaux-le-Viconte, o palácio é rodeado por um fosso, o eixo palácio/jardim vai do interior para o exterior até ao infinito, apontando para um ponto focal marcado pela estátua de Hércules. Antes da construção do jardim, e subjacente a todo o seu traçado, foi necessário inventar o sistema de canalização do ribeiro natural que ali passava e criar um canal contido entre paredes de pedra que permitisse todos estes efeitos magistrais e um aumento da importância da água como elemento primordial nos jardins.

Mas, ao contrário do que se verifica em Vaux-le-Vicomte, «(...) as condições ambientais em Versailles não eram totalmente propícias a este tipo de escultura da paisagem (...) onde até agora a adaptação dos factores naturais do ecossistema se limitava a canalizações e derivações de rios, construções de terraços e socalcos e optimização das exposições. Em Versailles salta-se da adaptação para a importação pura. A água vem de fora, e a própria energia para a elevar através das rodas de Marly é também obtida no exterior. Estamos perante mais um ponto de viragem, o início de um processo até então desconhecido, mas em breve generalizado a todo o Ocidente: o carácter de ecossistema auto-sustentado do jardim pulveriza-se face à intervenção de forças motrizes importadas, e as limitações impostas pelas condições naturais deixam de ser factores dominantes no planeamento da sua arquitectura (...)».

Queluz é o nosso jardim barroco por excelência, mas por todo o país se declinaram estes elementos criando grandes lagos de água, em terraços; e, quando o investimento não era possível, passando para tanques de granito mais pequenos e inseridos numa geometria axial a que obedece toda a estatuária de granito e em que a água é o elemento que une todo o traçado. A maioria dos jardins restaurados no âmbito do projecto EEA Grants são declinações do jardim barroco. São os jardins do vale do Lima, dos quais destacamos o Paço de Vitorino das Donas, a Quinta da Boa Viagem, e ainda em Lousada, a Casa de Juste, o grande tanque barroco no jardim da Quinta das Machadas, em Setúbal, os patamares geométricos do Jardim Botânico de Coimbra e o traçado regular da Quinta da Francelha, em Loures.

A história da água nos jardins do mundo segue um percurso que se reflecte em Portugal, com especificidades e adaptações à nossa escala; mas as influências fazem-se sentir no momento próprio e a beleza das formas de água nos nossos jardins é uma constante que levou a Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos a tentar recuperar e restaurar os sistemas abandonados ou parados, para recolher a água localmente e dar aos jardins a qualidade e o conforto que os tanques, os canais, as fontes e os repuxos lhes conferem e sempre conferiram ao longo da história das civilizações.

[1] Francisco Caldeira Cabral — «Jardins de Portugal». *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza, 1993, pp. 115-128.
[2] As citações integrais ou adaptações de frases são provenientes do livro *Os Quatro Rios do Paraíso* (Edições D. Quixote, 1994), redigido em co-autoria por mim e pela Prof. Clara Pinto Correia, a partir de pesquisa realizada para a minha dissertação de doutoramento em Arquitectura Paisagista, *Os Jardins dos Vice-Reis: o Lugar e o Significado* (Universidade Técnica de Lisboa, 1992), pelo que apenas para as excepções serão mencionadas as respectivas fontes.
[3] Teresa P. Marques — «Jardins du Portugal». *In* AA.VV. — *Jardins du Maroc, d'Espagne et du Portugal*. Paris: Actes Sud, 2003, p. 146.
[4] L. Zangheri *et al.* — «Il giardino islamico». *Giardini e Paesaggio*, Ed. Leo Olshkip, 2006, p. 381.
[5] *Babur Memoirs.*
[6] Marie-Louise Gothein — *A History of Garden Art*. Primeira edição em 1926; edição em inglês por Tom Turner 2008, Gardenvisit.com
[7] Cristina Castel-Branco — *Os Jardins dos Vice-Reis: Fronteira*. Lisboa: Leya, 2008, p. 22-25.
[8] J. A. Abranches Pinto, Yoshimoto Okamoto e Henri Bernard (ed. lit.) — *La Premiére ambassade du Japon en Europe, 1582-1592*. Tokyo: Sophia University, 1942, vol. 1 (Le Traité du Pére Frois), p. 35.
[9] António Quintela; João L. C. Cardoso; José M. Mascarenhas — *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*. Lisboa: MPAT; Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1990.
[10] *Idem, ibidem*, p. 48.
[11] *Idem, ibidem*, p. 27.
[12] M. Teresa L. Andresen — *Para a Crítica da Paisagem*. Aveiro: s.n., 1992. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, texto policopiado.

Os Doze Jardins

1. Jardins do Palácio dos Marqueses de Fronteira

Raquel Carvalho, Cristina Castel-Branco e João Ribeiro

História da propriedade e uso actual

Localizada no sopé da serra de Monsanto, em Lisboa, a Quinta dos Marqueses de Fronteira (Quinta dos Loureiros na sua origem) é constituída pelo palácio, pela capela, pelos jardins formais dispostos em terraços, pela horta, pelos pomares e pelas vinha e mata, ocupando cerca de 6 hectares da referida encosta, sobre o vale de Benfica.

O palácio e os jardins foram mandados construir por volta de 1665 por D. João de Mascarenhas, segundo conde da Torre, descendente de D. Pedro e D. Francisco de Mascarenhas, vice-reis da Índia, no lugar que se chamava Morgado Novo. Apesar de não haver bases documentais que comprovem a autoria da obra, esta tem sido atribuída ao arquitecto português João Nunes Tinoco[1]. O núcleo original do palácio é formado por um corpo de planta quadrangular, actualmente com torres em três cantos do quadrado, tendo sido edificado junto a uma pequena capela datada de 1584 onde «(...) segundo a tradição, São Francisco Xavier celebrou a sua última missa antes de embarcar para a Índia (...)»[2].

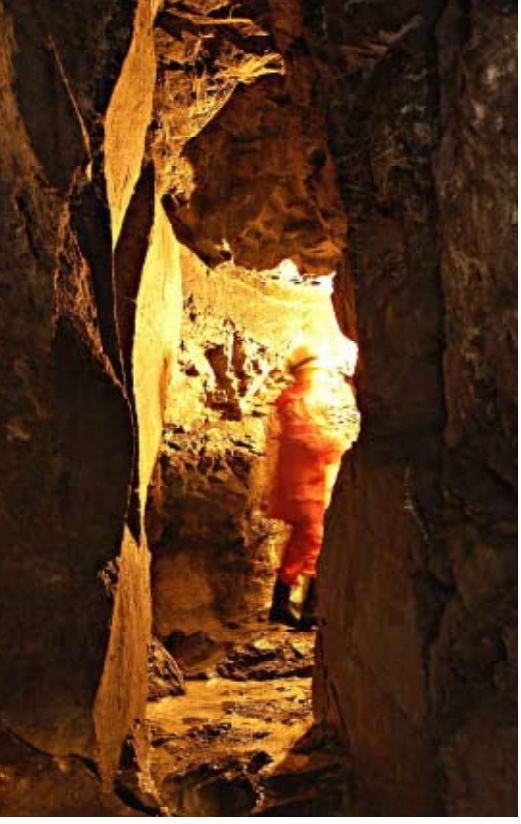
Em 1670, o rei D. Afonso VI concede a D. João de Mascarenhas o título de marquês de Fronteira como recompensa pelos seus esforços e dedicação na causa da Restauração portuguesa, que constitui, aliás, o tema de celebração dos jardins. Entre 1671 e 1672, palácio e jardins terão sido inaugurados na presença do príncipe-regente D. Pedro. Inicialmente o palácio era residência de Verão, ou pavilhão de caça da família Mascarenhas, e só mais tarde é ampliada a sua ala ocidental, pelo quinto marquês de Fronteira, «(...) após o terramoto de 1755, quando a família teve de se mudar do seu palácio em ruínas, no centro de Lisboa, para o pavilhão de caça em Benfica que, a escassos doze quilómetros e meio do centro da cidade de Lisboa, resistiu ao terramoto (...)»[3]. Ainda no século XVIII, o palácio sofre mais alterações, transformando em terraço o lago que circundava as fachadas nascente e sul e que as reflectia com os seus painéis de azulejos. No século XIX, o palácio sofre ainda mais alterações, fechando a *loggia* da fachada norte, reaberta e restaurada em 1998.

A água que alimentava o palácio e os jardins era captada de nascentes e minas, dentro e fora da propriedade. Conduzida por caleiras com início nos pontos mais altos, a água enchia os tanques e lagos dos níveis inferiores, e por último as fontes, repuxos e canais de pedra (áreas agrícolas), sempre através de engenhosos sistemas de circulação livre de águas. Por sua vez, quatro minas escavadas no substrato calcário e basáltico conduziam a água para tanques de armazenamento mais abaixo.

Existe uma linha de água que atravessa a propriedade, mas só tem água no Inverno, e começou a funcionar mais tarde, aquando da construção do Aqueduto das Águas Livres

PROPRIEDADE
Fundação das Casas de Fronteira e Alorna
REPRESENTANTE
Fernando Mascarenhas (marquês de Fronteira)
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XVII
ÁREA
6.4 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Limpeza das minas; restauro do sistema de repuxos e esguichos da Casa de Fresco e do Lago dos SS; construção do jardim do laranjal com oito lagos e três espelhos de água para armazenamento da água vinda da Casa de Fresco e Lago dos SS.
VALOR
197 193,95 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Raquel Carvalho
PROJECTO DE HIDRÁULICA
Campo d'Água, Engenharia e Gestão, Lda.
EMPREITEIRO
EJR – Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.

Jardins do Palácio Fronteira, Casa de Fresco e Lago dos SS, pormenor, 2009



Minas de água no basalto e calcário, 2007.

O EEA Grants permitiu o restauro de vários sistemas hidráulicos e o acesso a sistemas de rega no Palácio Fronteira, para além de ter promovido o aumento da capacidade das reservas de água. Três factos que expressam claramente a importância deste projecto.

O chamado Palácio Fronteira é uma villa *suburbana de inspiração arquitectónica e paisagística italiana, mas bem portuguesa em muitos aspectos, designadamente nos revestimentos azulejares.*

De entre os restauros de sistemas hidráulicos, gostaria de salientar o dos jogos de água da Casa da Água e do Lago dos SS. Posso assegurar que nunca ouvi ninguém afirmar tê-los visto a funcionar na sua totalidade, porém, recordo muito bem de vê-los a funcionar no final da minha infância e início da puberdade, talvez três quartos do sistema original, ora restaurado. Assim, ao prazer de, na medida do possível, reviver essa parte do Jardim de Vénus como a viveram os nossos antepassados, junta-se o prazer de reviver, também, recordações de infância. | *Fernando Mascarenhas*

(cerca de 1738), como *trop-plein* deste. Esta linha de água formalizava uma divisão da propriedade: a norte, as edificações e os jardins do palácio; a sul, a mata[4], o pombal e as áreas agrícolas, nas quais temos o registo que existiriam importantes laranjais: «(...) E per detrás do lago há outro tan/que que serve pêra regar as larangeiras/ e huma fonte no meio do laranjal (...)»[5].

Os jardins de Fronteira espelham a essência do jardim português, quer nos seus elementos originais, quer nas inspirações obtidas junto dos jardins italianos, franceses ou islâmicos e orientais. Não se destacam pela sua simplicidade, mas sim pela exuberância, originalidade artística e intensa simbologia que tem dado origem a interpretações múltiplas.

O terraço principal constitui a imagem de marca dos jardins de Fronteira e representa, em muitos livros de história da arte dos jardins, o melhor exemplo do jardim português, com o *parterre*, as cinco fontes com repuxos e o Lago dos Cavaleiros, adjacente à magnífica parede de cerca de 10 metros de altura, revestida a azulejos, que culmina com a Galeria dos Reis.

No Jardim de Vénus, no patamar acima, é a Fonte de Vénus, ao gosto renascentista, o elemento de água entre canteiros e árvores exóticas introduzidas no século XVIII. No mesmo patamar, localiza-se a Casa de Fresco, um (...) *grotto* abobadado pequeno (...)»[6] com apenas 7 metros de diâmetro, com embrechados no interior e no exterior e fontes no interior. Liga-se directamente ao Lago dos SS, um lago revestido a azulejos, com estátuas e repuxos, assente numa planta elíptica. Em torno do lago existem bancos com azulejos que escondem repuxos inseridos nas rochas ou nas paredes, os *giochi*, que molhavam de surpresa os visitantes, truque muito usado no Renascimento italiano.

Num outro patamar mais acima, ligado ao Jardim de Vénus por uma escada, existe um outro tanque, rodeado por nichos com estátuas de chumbo, que durante o século XX foi dividido em duas partes: uma para a construção de uma piscina, na outra manteve-se o tanque para recolher água da mina.

Em 1982, o Palácio dos Marqueses de Fronteira foi classificado como Monumento Nacional[7], e os jardins, já em 1994, integrados numa zona especial de protecção[8]. Em 1989 é

constituída a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (FCFA), tendo como fundadores Fernando Mascarenhas, Mafalda Osório Mascarenhas, Maria Margarida George e Frederico George, representantes de três importantes casas da antiga nobreza portuguesa (Fronteira, Alorna e Távora). D. Fernando Mascarenhas, décimo segundo marquês de Fronteira, herdou o condado da Torre e o Palácio Fronteira de uma das suas tias-bisavós e, por não ter herdeiros, entendeu que desta forma poderia manter uma ligação entre o património herdado e a família. A fundação tem por finalidade a protecção do seu património cultural e material e a promoção da investigação, da criação artística e da formação cultural. Além de disponibilizar um conjunto de espaços do palácio ou dos jardins para eventos, estes estão abertos quer a visitas turísticas, quer a visitas de estudo, tendo a fundação promovido o restauro rigoroso dos jardins históricos do palácio.

O Lago dos SS, a Casa de Fresco e os bancos de azulejos, 2009.

A inscrição da FCFA na Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos (APJSH) permitiu uma colaboração estreita e frutuosa entre as duas instituições, a qual culminou no projecto EEA Grants e nos restauros do jardim que daí decorreram.

Condições existentes

O sistema hidráulico de Fronteira começa pelas minas, que foram perfuradas nos terrenos da quinta e se estendem em subterrâneos para fora dela, as quais permitiam a captação de água a partir de nascentes subterrâneas. Essa água, infiltrando-se através do basalto, corre por canais construídos sem se perder nas camadas calcárias, criando pequenos ribeiros subterrâneos irregulares. Nos calcários, a escavação de túneis na rocha-mãe criou um sistema de aquedutos subterrâneos cujas paredes artificiais são encimadas por duas lajes inclinadas na rocha basáltica. O chão é feito de tijolos, ladeando um canal de pedra para o qual as galerias subsidiárias conduzem a água.

Os sistemas hidráulicos a restaurar dependiam do caudal de água proveniente destas minas, algumas das quais agora obstruídas com acumulações de terras e raízes.

A Quinta dos Marqueses de Fronteira é atravessada por um riacho, seco no Verão e muito caudaloso no Inverno. No século XVII este foi canalizado em caneiro que passa por baixo

Quinta dos Marqueses de Fronteira, Tanque dos Cavaleiros, a grande reserva de água com intensa ornamentação, 2008.

Linha de água natural canalizada a funcionar como caneiro de drenagem dos 6 hectares da quinta, 2007.

dos terraços do jardim, continuando a fazer parte do sistema hidráulico da quinta, sobretudo no que diz respeito à drenagem. Originalmente, o riacho era uma linha de água, tendo passado a funcionar também como descarregador do Aqueduto das Águas Livres, em meados do século XVIII. Hoje em dia, apesar de não ter um caudal de água permanente, mantém-se como sistema principal de drenagem da quinta. Mais adiante explicar-se-á como foi essencial para o trabalho de restauro dos dois núcleos intervencionados, ligando a Casa de Fresco ao laranjal novo.

Em dois troços, antes dos terraços do jardim, e depois a partir do laranjal, mais abaixo, o caneiro corre a céu aberto, sendo construído em diferentes tipos de base: grandes pedras de basalto, grandes lajes de pedras calcárias e laje de betão com dois tipos de cobertura (laje de pedra e abóbada em tijolo). Quando penetra no subterrâneo dos terraços, a galeria, com 1,50 metros de altura, conduz uma manilha independente que segue na base do canal.

A Casa de Fresco, revestida a embrechados na abóbada interior e a azulejos no exterior, é o tesouro escondido do Palácio Fronteira, que se liga ao Lago dos SS como uma jóia repousa sobre um cochim. Em redor de ambos, os bancos em semi-elipse revestidos de azulejos com macacarias envolvem o conjunto com temas enigmáticos de desenho *naif* e temas alegóricos de macacos e gatos a desempenhar funções humanas. À decoração densa e original das três peças estava associado um elaborado sistema de águas, nomeadamente dentro da casa, onde existe uma mesa de pedra alta com um orifício ao centro, do qual se desconhecia a função: seria um repuxo para expelir água ou um ralo para a drenar? Esguichos e repuxos saem de três estátuas assentes sobre bacias, monstros compósitos agarrando trombetas donde a água há muito não saía, que completavam a decoração e animavam este canto recolhido junto à escadaria de ligação ao grande terraço da casa.

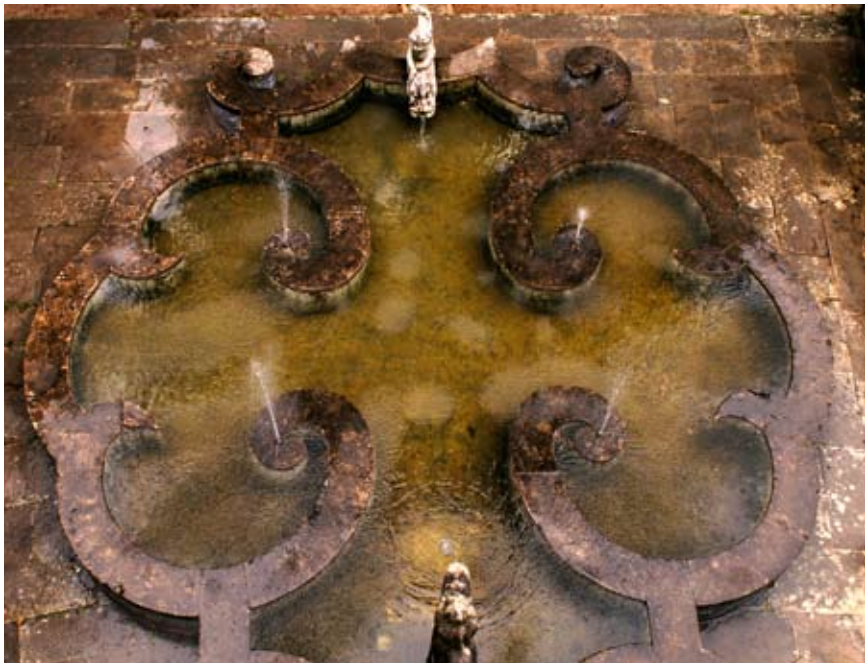
Num patamar superior à Casa de Fresco, um tanque, conhecido por Tanque dos Limoeiros, permite armazenar cerca de 7,5 m^3 de água a uma cota superior, desconhecendo-se, no entanto, como seria feita a adução de água, mas sabendo-se que eram dali alimentados os repuxos e esguichos da Casa de Fresco. A prospecção permitiu identificar quatro derivações a partir deste tanque: os esguichos escamoteados por trás dos bancos das macacarias; os quatro repuxos do Lago dos SS; a mesa central da Casa de Fresco e a Fonte de Vénus. A divergência de tubagens e as válvulas existentes indicaram que a partir do tanque a àgua accionava os sistemas gravíticos destes quatro conjuntos, pois a diferença de cota criava condições de pressão de água suficientes para mover todos os mecanismos. O Tanque dos Limoeiros apresentava fissuras e provocava infiltrações para a casa com a qual confina, estando por isso sempre vazio e sem utilização.

O Jardim do Laranjal situa-se na cota mais baixa da quinta, não estava ligado à Casa de Fresco e não interfere visualmente na leitura do jardim histórico, situado mais acima. Do *parterre* de buxo, o jardim só se vê no limite sul, junto à mesa e ao caramanchão. O jardim confina com o muro limite da quinta e as vistas a partir dele para o exterior estavam muito desqualificadas pela crescente massa urbana construída nas encostas de Benfica. Os 4136 m² da área do Jardim do Laranjal são divididos em quatro áreas pelo caneiro, 2 a 3 metros desnivelado em relação ao terreno, que atravessa a quinta e aparece ali a céu aberto e por um caminho de saibro de feição utilitária. Estas quatro áreas irregulares são armadas em socalcos por pequenos muros de suporte, também irregulares, de topo arredondado.

A intenção de não haver perdas de água levou a equipa projectista a sugerir que, depois do restauro, a água que circulava no conjunto Lago dos SS e Casa de Fresco — prevendo-se que uma ou duas vezes por dia se mantenha em funcionamento durante o período de visitas — fosse conduzida para o caneiro, por baixo de terra, em conduta estanque, e alimentasse o novo Jardim do Laranjal enchendo uma barragem de água por baixo do mirante e ligando assim os dois pólos de restauro.

Esta água serviria para a rega do laranjal e para a reposição de água nos tanques novos e nos canais, de onde se perde por evaporação, podendo ser reposta para dentro dos tanques por esguichos, repuxos de água, durante os períodos de visitas ao jardim.

Através desta conduta a colocar dentro da galeria do caneiro, as duas intervenções do projecto EEA Grants ficaram ligadas entre si, e em ambos os casos, no restauro do sistema gravítico seiscentista do conjunto da Casa de Fresco e na construção de um jardim contemporâneo e actual, a água é usada para criar efeitos estéticos, seguindo depois para a sua função utilitária de rega.



Lago dos SS com todos os sistemas de água em funcionamento, 2009.

Lago dos SS antes da obra, 2007.

Casa de Fresco, durante o processo de restauro da mesa de água, 2008.

Casa de Fresco, mesa de água com bolha de água em funcionamento após o restauro, 2009.

Desde o início dos trabalhos do projecto EEA Grants, foi apresentada à FCFA, como prioridade, voltar a fazer funcionar a água no conjunto Casa de Fresco e Lago dos SS. A equipa de arquitectos paisagistas defendia a recuperação integral do sistema por gravidade, reactivando a ligação a uma mina existente atrás do edifício da Casa de Fresco e do Tanque dos Limoeiros, cerca de 5 metros acima das fontes e repuxos, que no passado alimentou estas fontes. A FCFA tinha outra intenção, a de introduzir bombas alimentadas pelo furo recentemente implantado no cimo da propriedade, mas perdia-se, com essa solução, a aprendizagem da hidráulica do século XVII e a poupança de energia que representava a recuperação do sistema tal como foi desenhado na origem, sem fontes energéticas exteriores.

A decisão foi tomada pelo presidente da fundação, Fernando Mascarenhas, e o projecto seguiu a orientação de restauro o mais próximo possível da origem, com substituição de materiais funcionais, como tubos de chumbo, por PVC, quando enterrados, e as válvulas de ferro por electroválvulas, mas mantendo a alimentação de água através do tanque existente e através da mina que deita a água para o exterior, por trás da Casa de Fresco, bastando aumentar um pequeno reservatório para armazenar a água da mina, e depois do Lago dos SS ligar um tubo com a água sobrante ao laranjal novo.

Restauro da Casa de Fresco e Lago dos SS

Partindo de trabalhos de prospecção, o sistema hidráulico foi fotografado e desenhado. A existência de lajes de pedra no pavimento em redor do Lago dos SS assentes directamente sobre a terra, onde estão enterradas as tubagens

originais de chumbo, facilitou o acesso e a substituição em tubagem paralela sem a remoção das antigas.

Em relação aos materiais das tubagens originais, foi feito o registo fotográfico dos mesmos e identificadas algumas particularidades: os referentes a adução de água são condutas de cerâmica, tubagens de cobre (mesa de pedra da Casa de Fresco) e de chumbo (sendo as mais antigas folha de chumbo soldada); as tubagens referentes a descarga/esgoto são em ferro ou conduta de cerâmica.

Com a prospecção, detectou-se que não seria possível restabelecer uma ligação directa da mina para as figuras da Casa de Fresco pelo tardoz da mesma (ligações muito deterioradas ou truncadas anteriormente em data indefinida). Por este facto e pela necessidade de armazenar a água proveniente da mina (cujo caudal é inferior ao que teria originalmente), optou-se por aumentar um reservatório subterrâneo e a partir deste conduzir a tubagem para cotas inferiores.

Este reservatório junto à saída da mina, com 1 metro de profundidade, armazena a água proveniente da mina ou de uma derivação da canalização do furo (ligação adicional) e alimenta as figuras no interior da Casa de Fresco, os meninos do Lago dos SS e o Lago dos Pretos. Quando a água da mina é muita, outra tubagem serve de descarga de superfície deste reservatório e conduz a água para o caneiro. No interior da caixa estão colocadas duas electroválvulas e válvulas manuais reguladoras de pressão que regulam as fontes da Casa de Fresco e os meninos do Lago dos SS. Foram também introduzidas electroválvulas nos locais onde já existiam válvulas manuais, para o funcionamento automático do sistema dos repuxos do Lago dos SS, esguichos dos bancos e mesa central da Casa de Fresco.

Com os trabalhos de prospecção identificou-se uma tubagem cerâmica com 8 centímetros de diâmetro, proveniente da parte de trás dos monstros compósitos da Casa de Fresco. Desta coluna de manilhas de cerâmica, que pertencem à construção original e se encontram dentro da alvenaria original da Casa de Fresco, saía uma estrutura de três tubos de chumbo, já muito danificada dentro da parede de trás, que alimentavam os três monstros compósitos. Estas manilhas mais largas ligam-se a tubagem estreita, e em posição vertical criam pressão para a água dos três repuxos dos monstros compósitos da Casa de Fresco.

Na cobertura em abóbada existe uma caleira que encaminha a água que caía sobre esta, para a tubagem de cerâmica vertical, mas

Lago dos SS após intervenção de restauro, 2009.

Cano de chumbo com diferentes diâmetros para aumento da pressão dos esguichos dos bancos de azulejos, fotografia de Raquel Carvalho, 2008.

Casa de Fresco, interior, nichos azulejados, abóbada de embrechados, repuxos dos monstros compósitos e mesa de água, 2009.

Vista do *parterre* e do palácio a partir do caramanchão, de onde também se vê, no sentido oposto, o jardim do laranjal novo, 2010.

a proveniência das águas, além da pluvial, não foi descoberta, admitindo-se que qualquer uma das minas pudesse alimentar este sistema de pressão *in situ*.

Identificou-se que a mesa de pedra central é alimentada a partir do sistema de abastecimento de água do Tanque dos Limoeiros 5 metros acima, através de tubagem em chumbo. A mesa foi cuidadosamente desmantelada e encontrou-se um receptáculo no pavimento onde assenta o pedestal, uma pedra inteira perfurada de topo a topo, e onde chega uma conduta de alimentação de água. Dentro dela encontrou-se um tubo de ferro de diâmetro inferior ao da perfuração, criando um vazio entre o ferro e a pedra. É esta composição que permite que a água, subindo pelo tubo de ferro, crie uma bola que borbulha sobre a mesa e se espalha pelo tampo, voltando de novo ao centro e desaparecendo caindo pelo vazio da coluna do pedestal. A bola é formada pelo ar que sai do vazio, expulso pela água que entra.

Depois do restauro, o sistema de águas das estátuas de monstros compósitos que encimam as pias passaram a deitar água por trombetas e as pias apresentam uma superfície de água permanente, tendo apenas um descarregador de superfície. Esta água segue em conduta e descarrega também para o Lago dos SS.

A adução de água para o Lago dos SS é feita a partir das estátuas dos dois meninos sobre golfinhos, de quatro repuxos de estanho e da descarga de água da Casa de Fresco. O descarregador de superfície conduzia a água para uma tubagem cuja orientação indica que alimentava a Fonte da Carranquinha no terraço de baixo. Do lado oposto à Casa de Fresco, um descarregador de fundo no Lago dos SS conduz a água para o caneiro subterrâneo do riacho que atravessa por baixo de todos os terraços até sair no Jardim do Laranjal e voltar a ser usado como atrás foi referido.

Os quatro repuxos em estanho que saem de uma voluta em pedra, à superfície da água do lago, não funcionavam desde o princípio do século XX. As estátuas dos meninos eram abastecidas a partir da mina adjacente à Casa de Fresco, conforme indicam as tubagens encontradas no muro de suporte para o patamar acima, sendo agora feita a aducção a partir do novo reservatório alimentado pela mina.

Os dez esguichos inseridos nas pedras e os cinco inseridos no muro, sobre os bancos, são também alimentados a partir do sistema de abastecimento do Tanque dos Limoeiros. As canalizações em cerâmica tinham acopladas em cada bico uma peça de chumbo que reduzia a secção para enviar maior projecção do esguicho e molhar os visitantes. São os

famosos *giochi* descritos nos jardins italianos do Renascimento e que funcionavam neste conjunto quando os visitantes passavam ou se sentavam nos bancos de azulejos.

A nascente do Lago dos SS, a tubagem descoberta evidencia uma ligação para a Fonte de Vénus, identificada pela sua orientação. Esta tubagem, proveniente do sistema de abastecimento do Tanque dos Limoeiros, é a quarta divergência do tubo vertical proveniente deste tanque, esclarecendo-se quanto à última válvula por baixo do banco que não se sabia qual o circuito que abastecia. No entanto, e antes deste restauro da responsabilidade do ateliê ACB - Arquitectura Paisagista com o apoio EEA Grants, a Fonte de Vénus foi posta a funcionar pela FCFA a partir de um sistema de abastecimento de água por bombagem, independente do sistema gravítico restaurado da Casa de Fresco e do Lago dos SS. Estes trabalhos da Fonte de Vénus foram retirados do projecto EEA Grants.

Os sistemas originais em estudo remontam ao século XVII. O objectivo principal do restauro hidráulico foi restabelecer o funcionamento de todo o sistema por gravidade, preservando ou restaurando as tubagens originais e procedendo-se ao levantamento desenhado destes traçados.

No restauro procurou-se, sempre que possível, preservar os materiais existentes, o que se aplicou em praticamente todas a situações de ligação aos elementos escultóricos ou de saída de água. Os ramais de adução, ou por já não existirem ou por estarem já muito deteriorados, foram executados de novo, deixando no entanto as tubagens encontradas nos mesmos locais para futuro registo.

Todos os trabalhos de prospecção e restauro foram acompanhados e registados por uma equipa pluridisciplinar de modo a tentar conhecer e preservar o mais possível o património existente. O objectivo deste restauro foi atingido e o conjunto voltou a ter água em todas as tubagens, repuxos a funcionar como na sua origem e sem perdas de água.

A remodelação do Jardim do Laranjal

O Jardim do Laranjal é uma encomenda de Fernando Mascarenhas, que desejava dar vida ao terreno da horta meio abandonada e ao mesmo tempo deixar uma marca do século XXI que prolongasse os jardins através de uma peça artística.

Tal como na Quinta das Lágrimas, na Quinta dos Marqueses de Fronteira foram efectuados dois projectos que se completavam. O primeiro foi o aproveitamento da água dos repuxos do Lago dos SS e da Casa de Fresco, o segundo foi o embelezamento de um jardim com azulejos de traço contemporâneo interpretando a carga histórica dos jardins seiscentistas. O desenho dos talhões deste jardim contemporâneo inspira-se na geometria dos talhões de buxo do terraço logo acima, e respeita uma simetria que é também introduzida nos elementos de água: lagos e canais que servem de irrigação e de ornamento ao espaço e surgem em perfeita simetria no talhão de cima. Os dois outros níveis deste jardim foram também traçados com uma simetria em que o centro é ocupado por lagos ligados entre si por canais revestidos a azulejo, embutidos na tijoleira do chão. Dentro de cada

Horta vista do caramanchão do *parterre* antes da obra, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2006.

Jardim do Laranjal, pavimentação e tanques de recolha de água em obra, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2009.

Horta transformada em Jardim do Laranjal com azulejos de Eduardo Nery, 2010.

lago, em ilha, surge uma ou mais tangerineiras em caldeira, a partir da qual emergem dois repuxos que vão fazendo circular a água e animam o ar. A inspiração islâmica é completada por elementos locais, pois o Lago dos SS tem o mesmo efeito de repuxos a deitar água a partir da bordadura do lago.

Os elementos preexistentes construídos no local foram mantidos: no mirante não houve intervenção; no canal adaptou-se a estrutura existente para obter um espelho de água; a caleira em pedra no patamar de entrada foi mantida junto à parede; os muretes de divisão dos antigos talhões de horta foram também mantidos, bem como todas as árvores existentes no local.

A entrada para o Jardim do Laranjal, vindo do *parterre* superior de buxo, foi alargada, assim como o portão e os degraus, pensando já na integração do Jardim do Laranjal num circuito de visitas turísticas. As escadas em pedra de calcário lioz foram aumentadas e repetem o desenho das escadas de acesso, entre o palácio e o *parterre* superior de buxo.

As árvores plantadas são eritrinas, que virão reforçar a existente já envelhecida; ciprestes, romãzeiras e vários citrinos que no passado já ali estiveram, pois os documentos antigos indicam esta zona como laranjal.

Toda a intervenção previa uma valorização dos elementos preexistentes como o mirante revestido a azulejos por cima do canal e o próprio canal que corria sem se ver, no fundo de dois muros de mais de 2 metros de altura. Este canal, que atravessa a horta, foi transformado através de um sistema de consola em três espelhos de água que transbordam para uma barragem por baixo do mirante. Um sistema de bombagem envia a água para os repuxos e tanques, que transbordam para os canais embutidos no pavimento, os quais despejam de novo a água nos espelhos de água do canal, fechan-do o ciclo.

O projecto do sistema hidráulico, da responsabilidade da empresa Campo d'Água, calculou a potência da bomba por baixo do mirante de forma a criar uma distribuição homogénea pelos canais em sistema fechado. Este projecto é complexo, pois o terreno não é completamente plano e foi necessário reforçar com adução a meio percurso o caudal que circula nos canais. Os movimentos de terra foram reduzidos ao mínimo possível. Respeitando os desníveis naturais entre os talhões e as irregularidades dos muretes, o sistema de canais foi adaptado ao terreno existente, com modelação mínima de forma a criar as pendentes necessárias para a circulação livre da água nas caleiras. Caso não seja suficiente o caudal das minas e por consequência o pleno da barragem, o sistema de rega será ligado ao sistema já existente e alimentado por furo e bombas independentes.

A rede de canais proposta foi projectada para ser revestida a peças cerâmicas esmaltadas à cor dos azulejos azul-fronteira da parede da Galeria dos Reis, sendo o revestimento dos lagos em cal e óxido de ferro da cor das fachadas do palácio. Foram solicitadas amostras de azulejos azul-fronteira e o resultado é muito próximo da cor original do século XVI, encorajando a sua utilização. Mais tarde, a vontade de aumentar o cunho artístico do jardim levou a que Fernando Mascarenhas tenha encomendado, ao mestre Eduardo Nery, um revestimento de azulejos em desenho original trabalhado para aquelas formas dos lagos e para a sua localização. Os oito novos tanques foram então integralmente azulejados com desenho contemporâneo, cores fortes em todas as paredes e no fundo dos lagos. Só os canais ao nível do chão se mantiveram no azul-fronteira previsto por ACB – Arquitectura Paisagista.

O laranjal proposto foi plantado nos talhões de baixo, é denso e visto de cima, da pérgula do jardim de buxo formal, cria uma superfície sempre verde tal como acontece nos passeios sobrelevados dos jardins islâmicos. O sistema de rega destas laranjeiras em quadrícula é adaptado ao sistema existente de rega gota-a-gota e alimentado pelo sistema de rega da horta.

Os sistemas construtivos utilizados foram pensados de forma a adaptarem-se ao existente, de modo a valorizar ou tornar funcional e rentável todas as preexistências. Conseguiram-se recuperar os antigos talhões para um laranjal com intenção ornamental e de recreio. Criou-se uma nova área preparada para a visita ao público simultaneamente funcional e produtiva. O Jardim do Laranjal irá integrar mais um ponto de visita turística do Palácio Fronteira, preparado para o fluxo actual de visitantes e para um aumento dos mesmos, criando uma nova oferta

Caneiro a céu aberto na horta, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2006.

Estudo prévio, simulação do canal com água elaborado a partir do conceito de projecto de ACB - Arquitectura Paisagista , fotografia de Raquel Carvalho, 2006.

Espelho de água sobre o caneiro restaurado, 2010.

Canais de azulejo embutidos na tijoleira de inspiração islâmica, revestidos a azulejo «azul-Fronteira», fotografia de Cristina Castel-Branco, 2010.

Lagos do Laranjal revestidos a azulejo de Eduardo Nery, fotografia de António Sacchetti, 2010.

de recreio nos jardins de Fronteira. A necessidade de isolar as vistas das urbanizações que foram crescendo sobre as colinas de Benfica, do Estádio da Luz e do bairro do Calhau, que invadem o jardim na sua parte sul, norte e nascente, levou à plantação de uma cortina de vegetação em toda a periferia nascente e sul da quinta, permitindo assim um isolamento dos jardins e palácio em relação à periferia da propriedade. Em Fevereiro de 2007 foram plantadas cerca de 200 árvores, que se encontrava em franco desenvolvimento, permitindo criar o efeito pretendido, sobretudo no Jardim do Laranjal, que passou a ser um espaço virado para o interior graças à cortina de choupos e cedros do Buçaco.

[1] Cristina Castel-Branco — *Os Jardins dos Vice-Reis: Fronteira*. Alfragide: Leya, 2008, pp. 116-119.
[2] *Idem, ibidem*, p. 101.
[3] *Idem, ibidem*, p. 58.
[4] A mata, contida dentro dos muros limite da propriedade, constitui o vestígio do que seria a mata original de Monsanto, dado que até aos anos quarenta do século XX Monsanto era coberto por campos agrícolas, tendo sido reflorestada em meados do século XX.
[5] Inventário citado por Cristina Castel-Branco — Ob. cit., p. 98.
[6] Cristina Castel-Branco — Ob. cit., p.119.
[7] Decreto n.º 28/82, publicado no *Diário da República*, n.º 47.
[8] *Ibidem*, ZEP, DG 283.

Legenda:
1. Caneiro
2. Tanque dos Limoeiros
3. Casa de Fresco
4. Lago dos SS's
5. Lago dos Nenúfares
6. Fonte da Carranquinha
7. Jardim e Fonte de Vénus
8. Tanque dos Cavaleiros
9. Galeria dos Reis
10. Parterre de Buxo
11. Jardim do Laranjal
12. Mirante
13. Mata
14. Pombal

PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA

limite da propriedade

edifícios

traçado das minas de captação de água

superfícies de água

estruturas de escoamento superficial

estruturas de escoamento subterrâneo

2. Claustro do Convento do Bom Sucesso

Cristina Castel-Branco e Inês Fontes

À condessa da Atalaia, D. Iria de Brito, pertencia a extraordinária quinta em Pedrouços, mesmo junto da praia do Bom Sucesso, em Belém. Em 1628, a condessa resolve doar a quinta a um convento. Sendo necessária autorização régia, D. Iria de Brito pede a interferência do dominicano irlandês Daniel O'Daly (Dominic of the Rosary) junto do rei Filipe III de Portugal, que autoriza a construção do convento em 1639 em troca do apoio das tropas irlandesas para reforçar o exército espanhol contra a Flandres. Foi, então, ali edificado, entre 1645 e 1688, o Convento do Bom Sucesso[1], rodeado pela quinta composta por latadas, formando quadrados, onde se cultivava a horta e o pomar, ao fundo das quais se situavam fontes. Os esteios das latadas ainda se encontram no convento, bem como as fontes e cruzeiros a rematar os eixos do recreio do Colégio do Bom Sucesso.

O Convento do Bom Sucesso foi erigido com o objectivo de acolher religiosas refugiadas da Irlanda em Portugal, por motivo de perseguição das forças protestantes, tornando-se no primeiro convento feminino de dominicanas irlandesas no mundo inteiro[2].

Em 1834, com a expulsão das ordens religiosas, as irmãs foram obrigadas a deixar o convento, conseguindo, no entanto, retomar as sua actividades religiosas, após algumas semanas, através da intercessão do rei, pela função educativa para alunas internas que o convento promovia[3].

Em 1910, com a implantação da República, as irmãs voltaram a ter de abandonar o convento, altura em que muitos documentos[4] do tombo foram queimados pela madre prioresa e outros desapareceram , mas mais uma vez, sob o pretexto de se tratar de uma instituição de ensino, regressaram e reabriram o convento. Em 1955, o Colégio do Bom Sucesso, nas instalações do convento, deixa de ser exclusivamente interno para passar a externo, assim se mantendo até aos dias de hoje. Em 1997 o convento foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto-Lei n.º 67/97 de 31 de Dezembro), destacando-se do conjunto a igreja de planta octogonal e o claustro.

Ao entrar no claustro destacam-se, em simultâneo, a fonte e o pináculo da torre da igreja, ambos recobertos por azulejos azuis e brancos em ziguezague. A bacia da fonte central é revestida por estes azulejos, criando uma unidade de materiais que se reflecte no padrão azulejar (branco e faixa simples azul) das arcarias do claustro.

Projecto de restauro e intervenção

Ao integrar o projecto de restauro de «Recuperação de Estruturas Hidráulicas, Muros e Pavimentos em Jardins» desenvolvido no âmbito do EEA Grants, sob a coordenação da Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos (APJSH), pretendeu-se recuperar

PROPRIEDADE
Religiosas Dominicanas Irlandesas do Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso
REPRESENTANTE
Irmã Alicia Rose Mooney
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XVII
ÁREA
235 m²
NATUREZA DOS TRABALHOS
Restauro do sistema hidráulico dos esguichos do lago; colocação de calçada à portuguesa; muretes e instalação do sistema de drenagem.
VALOR
23416,00 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.: Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Inês Fontes
EMPREITEIRO
EJR – Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.

Lisboa, Convento do Bom Sucesso, repuxos laterais e revestimento azulejar do lago e das arcarias do claustro, pormenor, 2010.

Claustro do convento antes, durante e depois do restauro do sistema hidráulico da fonte central, 2010.

no Convento do Bom Sucesso os pavimentos do claustro, a drenagem, os canteiros, os repuxos e o antigo sistema hidráulico do lago.

O restauro da pedra e dos azulejos do lago já se encontrava em curso pela empresa de conservação e restauro Junqueira 220[5], a qual solicitou o apoio da APJSH para a recuperação dos repuxos e do sistema hidráulico. Antes de iniciar a obra procedeu-se à pesquisa histórica e prospecção das canalizações no local[6].

A partir dos documentos fornecidos pelas irmãs do convento, verificámos que a água originalmente provinha de uma mina alimentada por duas nascentes situada em Vila Correia, actualmente uma área de viveiros da Câmara Municipal de Lisboa, e visitou-se o local, a 200 metros do convento. A mina encontra-se adossada a um muro de suporte, à qual se acede através de degraus que levam a um poço redondo construído em tijolo.

O nível da água, neste momento, é baixo, mas a humidade no poço e a presença da água foi confirmada, permitindo perceber a facilidade com que se podia, a partir daquele ponto, fazer chegar a água por gravidade ao convento. Pode ser esta ou outra a mina referida nos documentos do convento, certo é que há nascentes naturais nesta encosta basáltica de Monsanto — tal como na outra, do lado de Benfica, onde foi construído o Palácio Fronteira — e que a quinta da condessa da Atalaia era alimentada por água, vinda desta encosta.

Não foi possível restabelecer a ligação à mina, interrompida desde Junho de 1942, altura em que a água deixou de correr definitivamente para o convento, devido ao crescimento urbano na encosta onde a mina se encontra, passando o abastecimento a ser feito pela Companhia das Águas, o que hoje se mantém[7]. No âmbito deste projecto não se encontrava prevista a recuperação da origem da água que antes abastecia o convento, no entanto a informação fica registada para futuros trabalhos de redução de consumo de água.

O claustro e o lago central são revestidos a azulejos brancos e azuis muito peculiares, pois remetem para uma decoração de origem árabe, o pátio de Dar Si Saïd, em Maraquexe[8]. Trata-se de faixas de azulejos rectangulares (13,50 x 7 centímetros) colocados em ziguezague no lago, em cuja planta centralizada assenta uma interessante conjugação nas paredes verticais de mármore branco, preto e vermelho. A cor azul dos azulejos

é muito semelhante à do «azul-Fronteira» dos azulejos da mesma época que revestem a parede do Lago dos Cavaleiros, no Palácio Fronteira.

Para o lago convergiam o repuxo central e oito laterais nos vértices que se encontravam inactivos e desaparecidos. Dispostos entre cada uma das pedras de bordadura do lago e a chacota dos azulejos, alimentados por um anel de tubos de chumbo que foi identificado na prospecção, estes repuxos são semelhantes aos que existem no Pátio das Acequias, no Alhambra, em Granada, relação que faz algum sentido pois Portugal era nessa altura uma província de Espanha.

O repuxo central, de traço renascentista, em alabastro, sai da taça de mármore trabalhado que assenta num pé alto. Ao centro existe uma peça em cobre que se move em círculos com a pressão da água, espalhando-a por todo o lago.

No âmbito do restauro do sistema hidráulico foram introduzidos novos tubos em cobre, em paralelo, muito próximos dos tubos antigos em chumbo que alimentavam os repuxos dos vértices do lago mantendo estes últimos no local. Em relação ao repuxo principal foi mantida a tubagem sob o lago e os tubos de ligação substituídos por novos em PEAD, colocados paralelamente aos existentes, garantindo a adução de água ao lago.

O lago tinha ainda um descarregador de fundo, o qual se manteve, substituindo apenas as tubagens de saída do mesmo e introduzindo um tampão com *trop-plein* incorporado, que permite o controlo do nível da água dentro do lago, deixando de fora uma parte dos azulejos a brilhar por serem molhados pelos repuxos e fonte. O efeito após o restauro foi surpreendente, pois a água e os azulejos criam brilhos e cores em movimento que animam o espaço.

A saída do descarregador de fundo está ligada a uma caixa de águas pluviais, ligação que será activada apenas quando for necessário despejar integralmente o lago. A água proveniente do descarregador de superfície segue para a caixa onde se encontra a bomba de recirculação instalada que irá alimentar os repuxos dos vértices do lago e voltar a aduzir o repuxo central, permitindo recirculação, sem perdas de água. O sistema de repuxos é accionado por uma electroválvula no quadro eléctrico do claustro.

Lago depois do restauro da pedra, azulejos e sistema hidráulico, 2010.

Novo tubo de cobre em paralelo com o antigo, em chumbo, embutido por debaixo dos azulejos, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2010.

O Convento do Bom Sucesso é o nosso lar, é a casa de que tanto gostamos. Nele o claustro tem um lugar especial, uma abertura para deixar entrar o céu e a luz no convento. Utilizamos muito o claustro e algumas de nós trabalham sob as arcadas aproveitando a sua luz e o seu conforto. Nunca nele está frio, nem calor demais. Ao centro do claustro encontra-se a fonte carregada de simbolismo como fons vitae, *a Fonte da Vida.*

Com o tempo (já lá vão quatro séculos) a fonte foi-se estragando, os azulejos que cobriam as paredes foram caindo, o tanque foi perdendo água, deixando de poder reflectir o céu, e os repuxos deixaram de funcionar. Os canteiros precisaram de contenção, tendo-se-lhes erguido muros em betão até ao chão, desfeando-os.

Os restauros iniciados pela equipa da Junqueira 220 permitiram recuperar a pedra e os azulejos da fonte e do tanque, e a recuperação do sistema hiráulico, pela APJSH deu vida ao claustro, retirando o betão do chão dos canteiros, substituindo-o por pedra, mas o mais importante é que a água voltou à Fonte da Vida, refrescando o claustro e trazendo-lhe o som dos repuxos de água fresca. | *Irmãs do Convento do Bom Sucesso*

Pináculo da torre da igreja e fonte com a mesma disposição dos azulejos em ziguezague, 2010.

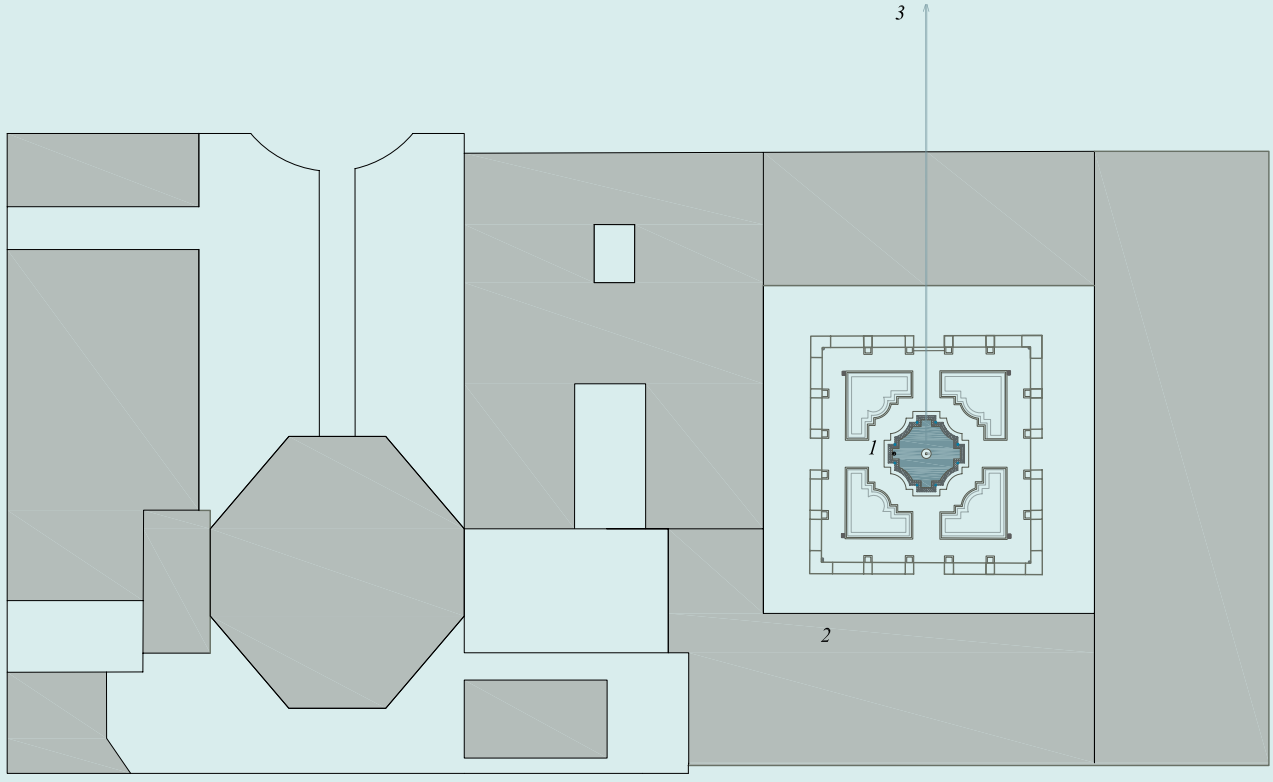
Repuxo central em funcionamento, 2010.

Para além da fonte, o claustro padecia de vários problemas. A dissonância no espaço era acentuada pelo material de betão que revestia os caminhos e lancis encimados por tijoleira em todo o claustro. No âmbito do programa EEA Grants foi proposta a substituição do betão por calçada miúda nos pavimentos, e nos muretes por lancil de calcário bujardado e ainda por calçada de maiores dimensões nos limites dos canteiros laterais, donde sobem as *bogainvilleas* pelas colunas do claustro. Foram também corrigidos erros na simetria dos canteiros, de forma a criar uma cruz com a fonte no centro e uma quadripartição perfeita do claustro.

A água dos telhados do convento era dirigida para o chão do claustro, essa situação corrigiu-se ligando o tubo de queda do algeroz aos tubos de drenagem subterrâneos, e a drenagem superficial é feita por valetas construídas em calçada em redor dos canteiros principais que ligam aos sumidouros.

A luminosidade introduzida pela pedra branca, a frescura e o barulho da água a sair dos repuxos deram nova vida ao claustro que mantendo a sua traça antiga ganhou vida e beleza.

[1] Disponível em: http://www.cl-bom-sucesso.com/historia.htm, consultado a 2 de Agosto de 2010.
[2] *Ibidem.*
[3] *Ibidem.*
[4] Ficha do Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso, por T. Vale; C. Gomes; actualizado por A. Silveira em 2006. Disponível em: http://www.monumentos.pt, consultado a 28 de Junho de 2010.
[5] O restauro, sob a coordenação de Carmen Olazabal, focava o azulejo e a pedra da fonte.
[6] Trabalho elaborado pela equipa projectista ACB – Arquitectura Paisagista, Lda. (Cristina Castel-Branco e Inês Fontes) e equipa de empreitada EJR – Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda. (João Ribeiro).
[7] Cartas inéditas pertencentes ao espólio do Convento do Bom Sucesso.
[8] Mohamed El Faiz – «Jardin du Maroc». *Jardin du Maroc, d'Espagne et du Portugal,* Paris: Actes Sud, 2003, p. 36.



CONVENTO DO BOM SUCESSO

edifícios

traçado da mina de captação de água

superfícies de água

Legenda:
1. Lago central revestido a azulejos
2. Fonte de Santo António
3. Mina

3. Jardim José do Canto

Cristina Castel-branco

Os Açores: enquadramento geográfico

Dos doze jardins estudados no âmbito do projecto EEA Grants, o Jardim José do Canto, na Ilha de São Miguel, nos Açores, foi aquele que nos trouxe mais surpresas. Projectado e plantado no século XIX por um homem de cultura, que dispunha de uma considerável fortuna, com fortes ligações à Europa, o jardim foi criado sobre um vulcão, cujo pico negro de basalto se eleva sobre as águas no meio do oceano.

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas, que, tal como acontece com outros arquipélagos da Macaronésia, são de origem vulcânica, constituindo os picos de uma cadeia de montanhas submersa no oceano Atlântico. Da sua composição geológica distingue-se a presença de basalto, cinzas, escórias e lapillis, e esta última pedra, conhecida localmente como bagacina, é usada, pela sua forte cor vermelha ou preta, como pavimento, conferindo um traço de distinção aos jardins açorianos. Nas rochas, velhas crateras transformaram-se em lagoas, como as das Sete Cidades, do Fogo e das Furnas.

O clima nestas ilhas é influenciado pela sua localização numa zona subtropical e anticiclónica. Os fortes ventos dificultam o cultivo de diversos produtos agrícolas, pelo que, a partir do século XIX e até aos nossos dias, se intensificou a plantação de sebes vivas que protegessem as culturas, sensíveis ao vento e ao sal. A temperatura média anual é de 17,5º C, criando uma atmosfera húmida e temperada, com variações térmicas baixas, onde a aclimatação de plantas é fácil, o que favoreceu, durante o século XIX, a introdução de espécies tropicais nos parques e jardins do arquipélago. A primeira descrição da luxuriosa paisagem açoriana é-nos dada por Gaspar Frutuoso que, em 1582, publicou uma meticulosa exposição sobre estas misteriosas ilhas: «(…) andávamos longas distancias sem colocar os pés na terra, mas em cima de árvores verdes, deitadas no chão (…)»[1].

O Jardim José do Canto: contextualização histórica

O Jardim José do Canto deve o nome ao seu fundador, o grande proprietário e intelectual açoriano José do Canto (1820-1898)[2], que orientou a sua plantação a partir de 1845 e o acarinhou até ao final da sua vida. No *Livro de Família*, Augusto Athayde (descendente de José do Canto, actual proprietário do jardim) descreve detalhadamente a forma como os seus antepassados foram acumulando bens e, sobretudo, os terrenos que permitiram a plantação deste jardim. Por volta de 1838, uma jovem, Maria Guilhermina, herda as terras de Sant'Ana: a «(…) época era turbulenta (…) a fortuna enorme (…) desenfreadas as cobiças

PROPRIEDADE
SALBAT, SA.
REPRESENTANTE
Margarida de Albuquerque de Athayde
Augusto Athayde
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XIX
ÁREA
6 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Reorganização do armazenamento e distribuição de água para que funcione com a força da gravidade; restauro do tanque; reconstrução de algumas paredes; instalação de rede de rega.
VALOR
72152,52 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.º Miguel Coelho de Sousa
EMPREITEIRO
Aquafluxo
António Fernando de Medeiros Cabral

Ponta Delgada, Jardim José do Canto, a vegetação luxuriante *Agathis australis*, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

A madrugada da minha vida começou na grande suavidade da Primavera e Verão de São Miguel que envolvia magicamente o jardim. Luzes, aragens, cheiros, ruídos, pássaros, nuvens brancas ou cinzentas, sol e penumbra, tudo o que constituía a alma imaterial daquele paraíso, começavam a transmitir à criança posta na relva uma ainda inconsciente fascinação. Que, afinal, duraria toda a vida.

Desde a infância o jardim ocupava na minha vida o lugar principal. Para ele corria cada manhã. E só a chuva ou a noite me faziam voltar, quantas vezes com pouca vontade de obedecer à ordem de recolher a casa. Em algumas noites, era «o ciclone» que me acordava. Por vezes destacando-se do assobio e do ranger do vento, ouvia-se o estrondo surdo da queda de uma árvore. Enquanto o sono me não recuperava, pensava vagamente no desgosto que José do Canto teria… De manhã já se sabia qual tinha sido.

O jardim estava desfigurado, como uma pessoa depois de uma noite de insónia e de lágrimas. | *Augusto de Athayde Soares d'Albergaria*

de parentes (…) Compreende-se bem a urgência da Mãe em a ver casada! (…)»[3]. De facto, em 1842, Maria Guilhermina casava com José do Canto. Outro casamento, a outra escala e quase simultâneo, terá com este um paralelo no plano da história da arte dos jardins, o de D. Maria II com D. Fernando Saxe Coburgo Gotha (futuro D. Fernando II), em 1836, pois também neste caso terras incultas (aqui pertença da Coroa de Portugal) terão, tal como os terrenos de Sant'Ana, um destino privilegiado na sua transformação em parques e jardins.

Assim, «(…) as velhas terras de Diogo Vaz Carreiro, dos Frias e dos Brum da Silveira passaram a ser administradas por José do Canto que iria influenciar profundamente o seu destino (…)»[4]. Nas «terras sitas em Sant'Anna», um convento, na parte norte de Ponta Delgada, ajusta as extremas para acolher o jardim que então recebeu o seu nome de Sant'Ana. Para além desta área de jardim em Ponta Delgada, José do Canto e a sua mulher eram donos de vastos terrenos em redor da Lagoa das Furnas. Nestes dois lugares, José do Canto deixou obras-mestras de arquitectura paisagista, que não podem analisar-se separadamente, tal como acontece com o Parque da Pena e os jardins do Palácio das Necessidades, ambos criados, na mesma época, por D. Fernando II.

Para que a dinâmica dos jardins pudesse avançar era necessária uma solidez financeira, que, neste caso, só foi possível graças ao fenómeno da laranja. Conhecidas como *Saint Michael's oranges*, as laranjas desempenharam um papel fundamental na economia das ilhas dos Açores. A sua exportação, feita directamente de São Miguel para Londres, começou em 1794, atingindo o seu auge em 1867. A produção de laranjas era grande e os barcos vinham de Londres buscá-las entre Maio e Setembro. Muitas das fortunas do século XIX, que mais tarde possibilitaram a construção de palácios e jardins, foram assim iniciadas.

Simultaneamente, a Europa assistia, desde o final do século XVIII, a um crescente gosto pelo coleccionismo de plantas exóticas, pelo desenvolvimento da arte dos jardins, que regista então investimentos sem comparação, que vão transformando as paisagens e aumentando a competição entre os seus apaixonados proprietários-paisagistas. «(…) Pelo lado da ciência, com o mundo das plantas agora classificado por Lineu e o conhecimento botânico enriquecido pelas viagens de colectores aos novos mundos, a botânica expandiu a sua influência aos jardins. Sir Joseph Banks, no Endeavour, descobre novas plantas do outro lado do mundo, e o movimento dos 'caçadores de plantas' acelera-se. (…) A Royal Horticultural Society é criada em 1804 em Londres por Banks e Jonh Wedgwood tendo por objectivo 'recolher informações sobre todas as plantas e apoiarmos melhoramentos em horticultura'(…)»[5].

José do Canto é um homem do seu tempo, desenvolvendo ele próprio a paixão pelo paisagismo, que confessa em carta (datada de 24 de Agosto de 1853) ao seu primo José Jácomo Correia: «(…) Alegrarão-me as notícias que me deste das tuas e minhas plantas, e espero que sempre que me deres o prazer das tuas notícias, reservarás um cantinho das tuas cartas para este capítulo. Sabes como o amor das plantas insensivelmente se tem tornado em mim uma paixão dominante, ocupando-me nas minhas affeições em espaço mais largo do que rasoavelmente lhe devera consagrar, fallando-me pois d'ellas, fallas-me d'uma parte da minha família (…)»[6]. José do Canto manteve-se, igualmente, em permanente contacto com este pulsar internacional, que incluía também o estudo das tendências da composição paisagística e dos tratados sobre a beleza decorrente do traçado dos parques e jardins.

Em 1795, Uvedale Price havia publicado o seu tratado, *O Pinturesco Comparado com o Sublime e o Belo; sobre a Utilidade do Estudo de Pinturas com o Propósito de Melhorar Paisagens Reais*[7], onde descrevia o pitoresco e explicava quais os elementos necessários à composição de uma paisagem sublime, ou bela. Com esta obra tornou-se moda uma nova linha de desenho de jardins, inventada em Inglaterra, o jardim «pinturesco» (mais tarde designado, em Portugal, por pitoresco), no qual se insere, por exemplo, o Parque da Pena, em Sintra[8].

Ao analisarmos os parques de Sant'Ana e das Furnas identificamos os elementos deste conceito de «sublime», alcançado nas Furnas, com grandes e dramáticas composições entre a floresta, que reveste a cratera do vulcão, a lagoa e as fumarolas, e reservando, para a área urbana de Sant'Ana as expressões do «belo», pois aí as flores têm prioridade, a escala é humana, os ornamentos são apontamentos das artes clássicas — urnas, estátuas, pontes, bancos e pérgulas. Na sua relação com a paisagem envolvente, ambos podem também ser considerados jardins «pinturescos».

Do ponto de vista conceptual, o Jardim de Sant'Ana pode ainda ser classificado como pertencendo aos «jardins floristas», género que se desenvolveu «(…) em diversas direcções no decorrer do século XIX, constituindo-se como formas de 'reconhecimento da arte' e como uma aceitação da não mais unidade de expressão. Privilegiava-se, antes, a escala do conforto[9] e da privacidade e, particularmente, o gosto pela horticultura pela apreciação das plantas. A concepção de base paisagista permanecia, contudo, nos grandes parques públicos e nos parques das grandes propriedades privadas, dos quais apenas partes eram cedidas para os jardins floristas, por vezes adoptando formas arquitectónicas de carácter revivalista, nomeadamente o 'jardim italiano' (…)»[10]. Adiante veremos a primazia dada às flores.

O rosal do jardim e a paisagem vulcânica de São Miguel, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

Parque das Furnas, desenhado por Barillet, onde José do Canto mandou construir o seu mausoléu neogótico, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

Fachada neoclássica do palácio construído depois da morte de José do Canto, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

O conhecimento que José do Canto tinha destas tendências ligadas a uma estética naturalista, subjacente à arte de construir jardins, parece-nos confirmado pelo facto de ter subsidiado a publicação da primeira tradução para português do *Georgics*, de Virgílio, feita por José Feliciano de Castilho, em 1866. Admitimos, assim, que José do Canto possa ter seguido na criação dos seus jardins as seguintes escolas, identificadas segundo as palavras de Horace Walpole (1717-1797): a da quinta ornamental (*ferme ornée*), que levou a cena utilitária (a quinta ou a fábrica) para o campo da arte, ilustrada na poesia clássica *Georgicas*, de Virgílio[11]; a da floresta de jardim selvagem (*forest of savage garden*), ou mais precisamente, o pitoresco, nos domínios do pintor, do intelectual e diletante; e o do jardim que faz ligação a um parque, preocupado com o desenho do espaço, este último racionalizado por Capability Brown (1716-1783) e intelectualizado por Humphry Repton (1752-1818). O Jardim de Sant'Ana, no seu traçado inicial, pode ser considerado como pertencendo ao tipo de *ferme ornée*, com jardins floristas; e a sua floresta e Parque das Furnas como *forest of savage garden*.

Desta conjugação de condições nasceram duas excelentes obras paisagísticas. Uma delas, o Jardim de Sant'Ana, passou a chamar-se Jardim José do Canto e foi comentada pelos seus contemporâneos, tanto botânicos como proprietários. O conceituado botânico alemão Edmund Goeze concede-lhe doze páginas na sua descrição dos Açores: «(…) O jardim do sr. José do Canto é inquestionavelmente o mais rico de todos, possuindo talvez mais de 3.000 espécies. Nenhum dos jardins particulares, que tivemos ocasião de visitar na Europa, lhe pode ser comparado (…)». Quando é nomeado director do Jardim Botânico de Coimbra, Goeze reporta-se às doações de plantas vindas dos Açores, agradece a «(…) grande generosidade de alguns cavalheiros da Ilha de S. Miguel (…)»[12] e, referindo-se ao Jardim José do Canto, escreve: «(…) foi neste jardim que podemos estudar a vegetação dos paizes estrangeiros: foi d'elle também que trouxemos mais de 800 especies e ainda que nos não pertença (…) devemos agradecer também a Mr. Alexandre Reith, jardineiro em chefe, o muito que nos coadiuvou (…)»[13].

Por estas palavras podemos imaginar a dimensão da obra de José do Canto, as ajudas que juntou para melhor fazer o jardim, a sua generosidade e a forma como se insere no movimento da arquitectura paisagista mundial, sustentado por uma rede de ligações botânicas internacional. «(…) A aclimatação de espécies nos Açores levou José do Canto a trocar correspondência e a estabelecer estreitas relações com grandes botânicos como Hooker, director dos Kew Gardens, o Barão de Mueller, director do jardim de Sydney e com as direcções dos jardins de Florença, Alger e tantos outros (interessante um impresso com a indicação de espécies disponíveis para troca, prova cabal da plena integração do Jardim na comunidade internacional dos parques botânicos e de aclimatação) (…)»[14]. O próprio rei, D. Fernando II, como coleccionador de plantas e construtor de jardins,

agradece a José do Canto as espécies exóticas que ele lhe enviara depois de aclimatadas nos Açores, referindo-se-lhe: «(...) Conheço José do Canto e estou-lhe muito grato. Ele enviou-me uma generosa oferenda: uma grande variedade de plantas raras, incluindo plantas de chá (...)»[15]. Sabemos que a planta do chá foi plantada no Alto do Chá, no Parque da Pena, em Sintra, e ainda lá estava no fim do século XX. Hoje, os Açores são a única região europeia que ainda produz chá.

A estufa reconstruída, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

As grandes árvores e o traçado sinuoso do jardim, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

O projecto e a criação do jardim

«(...) José do Canto aproveitou a Cerca [do Convento de Sant'Ana] para nela instalar a maior parte da sua grande (hoje bem menor!) colecção de palmeiras, que, com os anos (e muitas vezes por causas meramente naturais), se espalharam, aliás, por todo o Jardim (...)»[16]. Para a construção dos seus jardins de São Miguel, José do Canto contou com a parceria do seu primo co-irmão José Jácome Correia, que tinha propriedades adjacentes. «(...) Curioso referir o caminho diverso seguido pelos primos co-irmãos José Jácome e José do Canto. O primeiro começando pelo Palácio e desenvolvendo mais lentamente o jardim. O segundo arrancando com o Jardim, não 'conseguindo' parar de o fazer crescer (...) e acabando por nunca construir o Palácio que se destinava a ser edificado (...) José do Canto expandiu gradualmente a área ajardinada, à medida que chegavam novas espécies. Como o entusiasmo se prolongou até ao fim da vida, o jardim nunca cessou de aumentar (...)»[17].

Demonstrando a influência do paisagismo da época e o contacto assíduo com a sociedade inglesa, José do Canto encomenda para os terrenos de Sant'Ana o projecto para um parque e palácio a David Mocatta (1806-1882), inglês de origem judaica, com estudos em Itália. O preço do projecto leva a um desencantamento e ao abandono da ideia de construir um palácio. Foram, no entanto, feitos, a partir dele, os arruamentos que constituem hoje a estrutura do parque, assim como toda a parafernália de elementos construídos «(...) comuns a outros jardins de comparável vulto, tais como escadarias, vasos, jarrões, estátuas, fontanários, riachos, glorietas, para não falar das lapinhas, tanto ao gosto tradicional micaelense (...)»[18]. Mocatta projectara um jardim que se poderia classificar de *ferme ornée*, mas José do Canto ao optar por um parque sem palácio, por plantar e não construir, criou mais uma pequena *forest of savage garden* do que uma *ferme ornée*.

Nas Furnas, sabemos que, desde 1845 ou 1846, José do Canto tentou reflorestar várias encostas, que tinham sido sobre-exploradas para a obtenção da madeira com que se faziam

A composição «pinturesca» do lago irregular, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

as caixas para a exportação de laranjas, tendo plantado, durante vários anos, em média dois milhões de árvores por ano, incluindo pinheiros (*Pinus Pinaster*), *Cryptomeria japonica* e muitas espécies de acácias, carvalhos, *thuyas*, eucaliptos, *cedrus*, *araucarias*, *abies*, *Juniperus bermudiana*, *Ulmus glabra Huds* (*U. Montana*), *Jacaranda acutifolia*, *Cupressus macrocarpa*, *Dracaena sp.*, *Yucca* sp., *Pandanus* sp. e *Musa ensete*[19].

Posteriormente, decidiu-se pela construção de um jardim, ou um parque, desenhado por um mestre de arquitectura paisagista[20]. Nas suas frequentes idas a Paris contacta com Jean Pierre Barillet-Deschamps (1824-1875), a quem encomendou o desenho do seu jardim das Furnas (plano assinado em 1861). Jean Pierre Barillet-Deschamps, mais do que arquitecto paisagista, era perito em horticultura: «(...) Estudou horticultura no Jardin des Plantes e em 1850 estabeleceu-se como arquitecto paisagista em Bordeaux onde construiu estufas e um jardim de Inverno. Em 1860 JCA Alphand trouxe-o para Paris para ser chefe jardineiro da cidade. Supervisionou as estufas e viveiros que providenciavam as plantas para o Bois de Boulogne e em conjunto com Alphand, desenhou o Bois de Vincennes, os jardins do Champs-Elysées e o Parque de Monceau, também enviou plantas para a exposição mundial de Paris em 1867 (...)»[21].

Carreiro da Costa, na sua obra *Alguns da Grande Geração e os Seus Jardins*[22], explica que para «(...) o jardim e a mata que José do Canto plantou, ao longo da lagoa das Furnas, e que se estende até à Ribeira Quente, cobre cerca de 600 hectares e inúmeras sementes de plantas exóticas foram trazidas do estrangeiro (...) importou 86 variedades e pinheiros, 28 espécies de carvalhos e 36 de acácias. Fez um catálogo com 268 páginas manuscritas, referindo 1028 classes e cerca de 6000 espécies. Só a ele devemos a introdução de mais de 3000 novas espécies em São Miguel (...)». A dimensão da tarefa é europeia e o resultado foi fundamental para a reflorestação da ilha.

Nas Furnas, como em Sant'Ana, é possível observar as influências que José do Canto trouxe de Londres e de Paris, onde escolheu os técnicos que o assistiram nos jardins e onde encontrou também interlocutores à altura para a sua enorme paixão pela botânica e pela arte de construir jardins. Não terá sido, igualmente, imune à influência local de João Carlos Scholtze, adepto de Lineu, que juntava plantas exóticas e as classificava no seu jardim vizinho da cerca de Sant'Ana, «descrito como paradisíaco»[23].

O actual Jardim José do Canto vem descrito na obra do seu proprietário Augusto Athayde, sendo, ainda hoje, possível reconhecer o *jardin floriste*, com adaptações açorianas do maior interesse. «(...) Na parte mais alta do jardim (logo abaixo do já referido 'socalco Norte') situa-se a zona destinada às camélias (...) diversas ruas foram 'bordadas' também com cameleiras (...) Logo abaixo estende-se o roseiral (dito rosal). O rosal deste jardim era o encanto de quantos o contemplavam, pela beleza das flores, fragrância de perfumes, variedade e de cores e tamanhos (...) Mais para baixo, no declive do mesmo plano, vem o chamado 'jardim das azáleas': em larga área e no rigoroso ordenamento dos seus canteiros,

havia dezenas desses arbustos. Quando todos se cobriam de flores, o espectáculo era deslumbrante. Logo abaixo surge-nos um denso maciço de bambus e canas da Índia, cuja reprodução tem através dos anos sido notável e mesmo, invasiva. De referir ainda o gosto de José do Canto pelos carvalhos de que existem no jardim alguns magníficos exemplares de diversas espécies (...) De entre as espécies de araucárias existentes sobressaem as *excelseas* pela elegância do seu porte, (...) bem como a raríssima auracária anã situada no centro do rosal (...)»[24].

Caixa de água no basalto, fotografia de Francisco Sá da Bandeira, 2007.

Projecto de recolha de água e rega

A pedido dos proprietários, o projecto apresentado aos fundos EEA Grants traçou a recuperação dos sistemas de recolha e armazenamento de águas pluviais e a instalação de um sistema de rega automatizado. A água do antigo sistema de rega do Jardim José do Canto tinha origem num tanque que, de acordo com a informação recolhida, seria alimentado por águas pluviais. Este tanque, que depois de partilhas se localizava no exterior do jardim, a norte, foi destruído pela urbanização que aí se desenvolveu, sendo necessário substituí-lo.

Do tanque partia um canal, principal elemento do sistema de rega, que fornecia a água até determinados pontos do jardim, onde existiam as «caixas» a partir das quais era distribuída manualmente, com regadores ou baldes.

Deste sistema de rega só existem hoje duas caixas, uma situada perto da casa e a outra perto da estufa. Têm secção circular, com aproximadamente 1 metro de diâmetro, e foram construídas em alvenaria de pedra. A entrada de água far-se-ia por uma conduta de cerâmica com a 10 a 15 centímetros de diâmetro, o que leva a supor terem existido ramais alimentados pelo canal e constituídos por esta conduta enterrada. As caixas apresentam ainda um degrau em pedra que provavelmente serviria de apoio para a operação de enchimento dos regadores.

O projecto previa, igualmente, a recolha de água das chuvas, mas agora efectuada a partir daquela que cai sobre os telhados da casa, que têm uma área total de cerca de 1000 m^2. A água recolhida é encaminhada para oito tubos de grés pertencentes à canalização original, agora recuperada e reforçada, vencendo cerca de 8 metros de desnível, até às caixas enterradas em torno da casa, a partir das quais a água é conduzida por uma conduta subterrânea, até às cisternas, que se localizam perto do limite nascente do jardim. Foram postos em funcionamento quatro reservatórios com um volume total de armazenamento de 463 m^3.

Junto a estes reservatórios está instalada a casa de máquinas, onde se encontram as bombas, que pressurizam a rede de rega, e os filtros. A água armazenada nos reservatórios é assim filtrada e bombada para as condutas que alimentam os emissores de rega. O parque tem uma área total de cerca de 6 hectares dos quais serão regados cerca de 6000 m^2. A evapotranspiração potencial (ET0) é da ordem de 2 milímetros/dia em mês de ponta

e seria desejável assegurar as necessidades de água durante um período de trinta dias, sendo assim necessário criar um volume mínimo de armazenamento de cerca de 360 m^3.

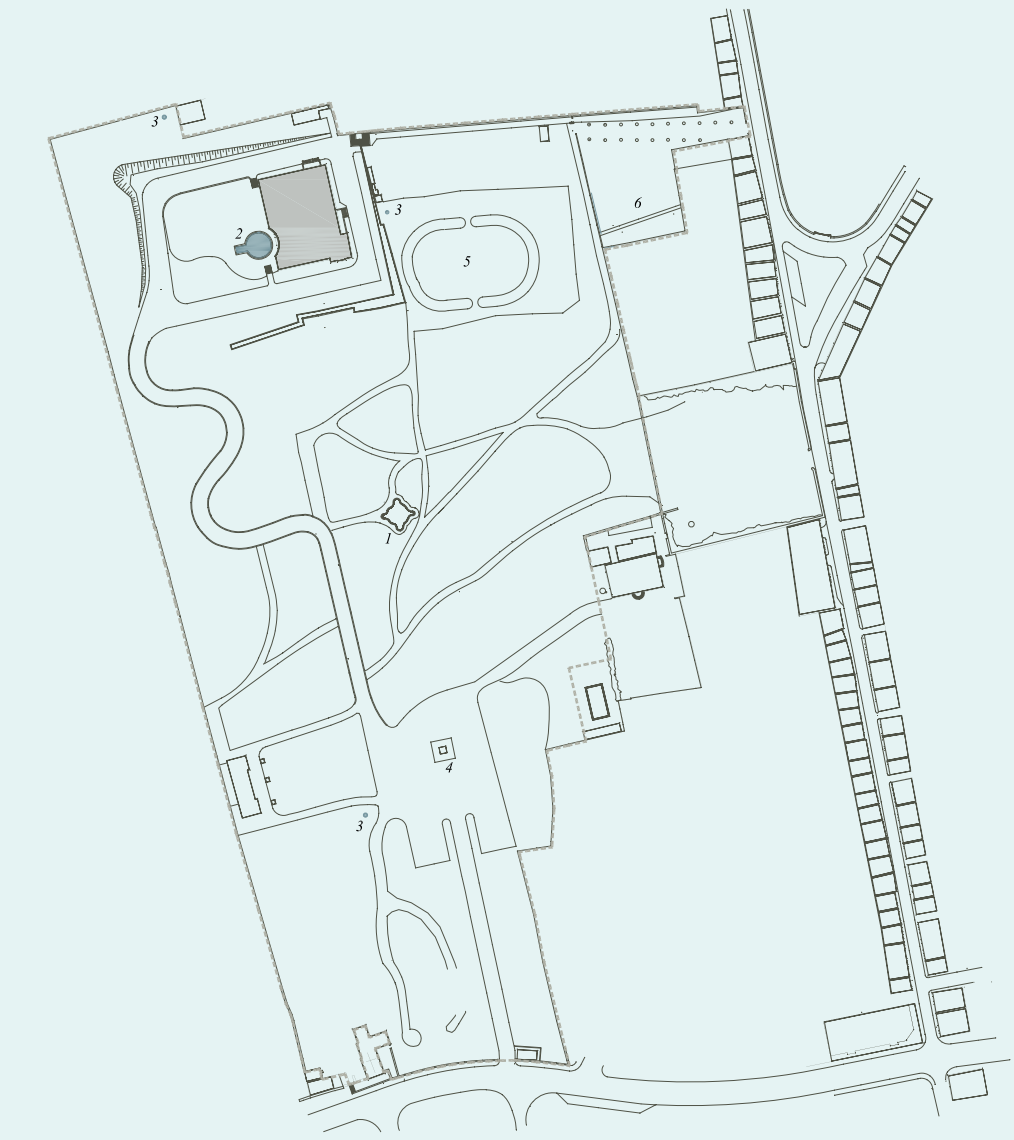
Para o roseiral, peça histórica neste jardim por pertencer com exactidão a um estilo praticado na Europa na época da sua criação, a importância da rega é fundamental, pelo que foi assim utilizado um recurso local para manter viva a colecção de rosas que no passado foi afamada.

Na área das camélias e das azáleas a ajuda da rega é, igualmente, essencial, pois, durante o Verão, regista-se nos Açores uma redução de pluviosidade, que pode ser compensada com esta água. Foi também previsto um *by-pass* que permite o recurso à água do sistema de abastecimento público quando necessário.

A rega gota-a-gota permitirá minimizar significativamente o volume gasto diariamente, e, consequentemente, reduzir o défice de armazenamento acima referido. É, assim, proposto este tipo de rega para talhões com muitas árvores de médio e grande porte. Sugere-se, então, a replantação de faixas de arbustos com florações notáveis (azáleas e camélias), na periferia dos talhões e ladeando os caminhos, as quais poderão beneficiar da rega gota-a-gota.

O projecto EEA Grants contribui assim para a manutenção de um património paisagístico ímpar, que marcou o seu tempo, e é igualmente reflexo da grandiosidade de um homem dos Açores que tornou a sua paixão pelas plantas numa dádiva à Ilha de São Miguel.

[1] Gaspar Frutuoso – *Saudades da Terra*. 1ª. ed. 1582. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1582.
[2] José do Canto (1820-1898) nasceu e cresceu nos Açores, tendo, posteriormente, partido para Paris, onde estudou no Colégio Fontenay-aux-Roses; em 1840 matriculou-se na Universidade de Coimbra para estudar Matemática. Em 1842 interrompe os seus estudos, regressando aos Açores para contrair matrimónio com D. Maria Guilhermina, jovem herdeira de vínculos nas ilhas de São Miguel e Faial. Cf. Isabel Soares de Albergaria – *Quintas, Jardins e Parques na Ilha de São Miguel 1785-1885* Lisboa: Quetzal Editores, 2001, p. 42. A vida e obra paisagista de José do Canto e outros seus contemporâneos foi amplamente estudada pela autora, a quem agradeço a generosa disponibilidade de informação.
[3] Augusto Athayde – *Livro de Família*. Ponta Delgada: ed. autor, 2002, p. 334.
[4] *Idem, ibidem* p. 335.
[5] Cristina Castel-Branco – *Jardins e Cerca das Necessidades*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 75-76.
[6] *Idem, ibidem* p. 342.
[7] *An Essay on the Picturesque as compared with the Sublime and the Beautiful; and, on the Use of Studying Pictures for the Purpose of Improving Real Landscape.*
[8] Visconde de Juromenha – *Cintra Pinturesca*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis, 1838.
[9] Edward Kemp – *How to Lay Out a Garden*, 1860 p. 130. «…) A garden is for confort, and convenience, and luxury and use, as well as for making a beautiful picture. It is to express civilisation, and care, and design, and refinement (…) In these respects, it is fundamentally different from all natural scenes (…)».
[10] Teresa P. Marques – *Dos Jardineiros Paisagistas e Horticultores do Porto de Oitocentos ao Modernismo na Arquitectura Paisagista em Portugal*. Lisboa: s.n., 2010, p. 169. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia.
[11] Sir Geoffrey and Susan Jellicoe – *The Landscape of Man.* London: Thames and Hudson, 1987, p. 233.
[12] E. Goeze cit. em A. Athayde – ob. cit., pp. 7-8.
[13] A. Athayde, A. – Ob. cit, p. 340.
[14] *Idem, ibidem*.
[15] F. A. de Medeiros Sousa – *José do Canto – Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, p. 35.
[16] *Idem, ibidem*, p. 336.
[17] A. Athayde – Ob. cit.
[18] *Idem, ibidem*, p. 342.
[19] J.M. Moreira – *Alguns Aspectos da Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de São Miguel (Açores)*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987, p. 62.
[20] Isabel Soares de Albergaria – Ob. cit., p. 114.
[21] Sir Geoffrey and Susan Jellicoe – *The Oxford companion to Gardens*. New York: Oxford University Press, 1986, p. 304.
[22] Carreiro da Costa – *Alguns da Grande Geração e os seus Jardins*. Ponta Delgada: 20 de Agosto de 1954, p. 2.
[23] A. Athayde – Ob. cit. p. 337.
[24] *Idem, ibidem*, pp. 343-344.



Legenda:
1. Lago Romântico
2. Tanque circular
3. Caixas de recepção (poços de água)
4. Estátua José do Canto
5. Rosal
6. Cisternas

JARDIM JOSÉ DO CANTO

limite da propriedade

edifícios

caixas de secção circular

4. Quinta da Boa Viagem

Maria Matos Silva e Cristina Castel-branco

A Quinta da Boa Viagem localiza-se entre a serra e o mar e é ladeada por um ribeiro que desce do cimo do monte criando saltos e poças de água límpida e fresca. A paisagem envolvente é única, com lugares muito aprazíveis por onde escorrem regatos, atravessando velhos caminhos romanos e medievais, sempre com vistas para o mar, a poente.

A história da quinta decorre a par e passo com a da família Villasboas, que a construiu há mais de quatrocentos anos. Segundo Felgueiras Gayo: «(...) he esta familia hua das mais antigas, e Illustres de Entre Douro e Minho, pois já no tempo do Sr. Rey D. Deniz se acha hua procuração dos Fidalgos de Riba Minho, nos seus regitos, em que como tal, asignou João Annes de Villasboas, primeiro que temos notissia com este apelido (...)»[1].

Foi Gonçalo Ferreira Villasboas quem instituiu o morgadio da Boa Viagem, ao qual vinculou esta quinta, depois de 1579, altura em que obteve a carta de brasão de armas, tendo sido então identificado como morador em Viana do Castelo. Por essa época mandou também construir uma capela consagrada a Nossa Senhora da Boa Viagem: «(...) a capela de Nossa Senhora da Boa Viagem sita na minha quinta de Santa Maria da Vinha[2] (...)»[3].

A Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem e o seu cruzeiro são as construções mais antigas da quinta, tendo sido erguidas entre 1579 e 1608. A capela, de influência renascentista e planta regular, insere-se na arquitectura tradicional portuguesa, apresentando alpendre, assente sobre colunas toscanas, de onde se vê bem o mar. O cruzeiro processional, integrado na tradição dos cruzeiros do Alto Minho, em granito, é constituído por uma figura de Cristo pregado na cruz, assente em coluna de fuste circular, sobre base quadrangular chanfrada. Um olival plantado em linhas paralelas faz a ligação perfeita entre os granitos das duas construções.

«(...) Nossa Senhora da Boa Viagem é a protectora dos viajantes. Evocada, na época dos Descobrimentos, pelas tripulações das viagens marítimas como a Estrela do Mar, era o socorro certo quando falhavam os instrumentos ou sobrevinha o mau tempo. Muitas das naus que cruzaram o caminho para as Índias ou para o Brasil traziam o seu nome (...)»[4]. A beleza do local fez com que o povo jurasse que todas as embarcações, sempre que passavam defronte da capela, saudavam Nossa Senhora da Boa Viagem, pedindo protecção ou agradecendo a sua «boa viagem».

Para além da forte relação com o mar e com as caravelas dos Descobrimentos, também aqui paravam os peregrinos que seguiam para Santiago de Compostela, procurando um lugar de oração e descanso na capela e no alpendre de granito fresco, à sombra de oliveiras, na entrada da Quinta da Boa Viagem. Ao lado, no ribeiro do Pêgo, repleto de moinhos, açudes e cascatas, os peregrinos podiam ainda saciar a sede e contemplar a paisagem: «(...)

PROPRIEDADE
José Teixeira de Queiroz
REPRESENTANTE
José Teixeira de Queiroz
DATA DE CONSTRUÇÃO
Finais do século XVI
ÁREA
3,5 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Reparação do sistema de minas e caleiras, fontes e canais de pedra; limpeza de quatro fontes e relocalização da grande fonte de taça, degraus e pavimentos, ligação por escada à varanda da casa; reconstrução do muro de suporte da entrada; instalação de um sistema de rega automática.
VALOR
107772,29 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Maria Matos Silva
Arq.ª Inês Fontes
EMPREITEIRO
Alfredo & Carvalhido. Lda.

Viana do Castelo, Quinta da Boa Viagem, fachada da casa e tanque do terreiro da entrada, 2008.

Entrada principal da quinta, portão barroco, 2008.

Vista do terraço do jardim para o mar, 2008.

Vêm de longe cortando serranias / As águas d'espumas rendilhadas, / Saltando aqui, além nas penedias / Como cabrinhas brancas, engraçadas / (…) / Bem hajam as águas generosas / Que aos moinhos acodem carinhosas / Com vida e força para moer o pão (…)»[5].

No entanto, para construir um solar e seus jardins com a nobreza e a qualidade presentes na Quinta da Boa Viagem, era necessário «(…) riqueza acumulada durante um tempo que no Minho correspondia a períodos de altas produções agrícolas e de sucesso no comércio pelo mar, tendo o porto de Viana do Castelo conhecido o seu período áureo com o comércio do açúcar brasileiro, durante os séculos XVI e XVII (…)»[6]. Relativamente à construção de solares, Carlos Azevedo refere que «(…) o século XVIII é a época das grandes casas, e muitas destas, de consideráveis dimensões e ostentando ricas fachadas, são produto do influxo de novas riquezas do exterior, particularmente o dinheiro do açúcar, prata e diamantes do Brasil. Foram muitos os proprietários que então resolveram reconstruir, acrescentar ou melhorar a casa de seus antepassados, melhoramentos geralmente fáceis de assinalar em grande parte dos edifícios (…)»[7].

D. Fernando Leite Lobo, descendente de navegadores e nobres mercadores de Viana do Castelo, formado em leis, casa em 1742 com sua prima Maria Rozenda Villasboas. É este moço fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, também morgado da Boa Viagem, que vai investir na quinta a sua fortuna acumulada no Brasil, ornamentando-a com fontes e tanques, e construindo escadarias e terraços, «(…) em dimensões e com uma dignidade que revelam a experiência das vastidões da paisagem brasileira (…)»[8].

Com a riqueza vinda do Brasil e o sucesso da introdução do cultivo do milho nas suas propriedades, a família Villasboas pôde reconstruir ou acrescentar sobre a casa dos antepassados a expressão da ostentação do período barroco, podendo mesmo afirmar-se que a Quinta da Boa Viagem é uma das quintas nobres setecentistas com maior interesse no concelho de Viana do Castelo: «(…) Construída na segunda metade do séc. XVIII, a Casa da Boa Viagem é um dos notáveis exemplos da casa nobre setecentista que continua o tipo tradicional de casa-torre, que surgira no final da Idade Média (…)»[9].

A casa, semelhante a muitas casas nobres rurais, apresenta uma estrutura em que se combinam elementos da edificação original, como a casa-torre, e outros típicos da arquitectura solarenga setecentista[10]. A relação da casa com a envolvente é reforçada por varandas de

granito, demonstrando a vontade de abrir a casa para o exterior e aproveitar as vistas. A escadaria ladeada por duas arcadas e varandas, assim como a fonte barroca de São João dão movimento à fachada.

O portão da entrada principal situa-se abaixo da cota da casa, criando um efeito de dignificação da fachada, da escadaria e da torre, o que é reforçado pela existência de um brasão de pedra da família Aguiar, considerado[11] um notável exemplo ornamental da arquitectura barroca do Alto Minho[12].

Toda a quinta é estruturada em terraços como forma de melhor se adaptar ao elevado declive do sítio, permitindo a exploração de actividades agrícolas. Apenas a existência de afloramentos de granito condiciona esta estrutura de largos socalcos, o que é visível, por exemplo, na localização do edifício principal da quinta, construído sobre um maciço granítico, aproveitando uma base sólida de fundação que ao mesmo tempo corresponde a uma área de solos mais pobres.

Nenhuma geração quis alterar a entrada, «(...) felizmente ninguém teve a ousadia de cortar as rochas profundas e milenares sobre as quais a família foi crescendo em raízes agarradas à pedra e procurando o solo fértil, como as carvalheiras da mata e da capela (...)»[13].

Um dos espaços mais curiosos da Quinta da Boa Viagem é o chamado «jardim da preguiça», projectado e construído nos finais do século XVIII. Este espaço, constituído por fontes e esculturas mitológicas, inclui dois «cães de fó», de influência chinesa, muito em voga na época. Na extremidade mais alta do eixo de simetria que compõe o jardim encontra-se a fonte que dá nome ao mesmo, composta por uma escultura de granito de uma figura feminina reclinada.

A água que alimenta o sistema hidráulico da Quinta da Boa Viagem provém actualmente de três minas, localizadas em cotas superiores na encosta da serra de Santa Luzia, sendo encaminhada por tubos e levadas até aos vários tanques, dos quais se destacam a mãe-de-água, com diferentes dimensões e claras preocupações ornamentais e estéticas, e o Tanque dos Peixes, que recebe a água que atravessa o muro de cima da quinta. Armazenada nos tanques — que recebem a água de uma carranca de granito no topo da quinta —, a água é utilizada como superfície de reflexo em patamares que criam jardins de

Fonte, jardim e «tanque da preguiça», 2008.

Tanque das Camélias para armazenamento de água, localizado no cimo da quinta, 2008.

Profundidade do poço de ligação a uma das minas, 2008.

Terreiro da entrada, fonte barroca de São João, 2008.

Caleira de granito ao longo dos caminhos, 2008.

Distribuição da água para os canteiros, 2008.

Tanque das camélias, torneira de abertura para distribuição da água por caleiras, 2008.

camélias com bancos e mesas de granito, formando pontos de estadia de grande conforto onde se combinam três dos traços característicos do jardim português: a vista para o Atlântico, a água a correr e água parada nos tanques que cria superfícies em espelho, e a colecção de cameleiras, que encontra aqui a situação perfeita, florescendo a partir de Fevereiro em esplendorosas cores e tamanhos.

Cumprida a sua função de recreio, a água é distribuída para a rega dos campos agrícolas e para a alimentação das fontes, através de uma rede de caleiras de granito, a céu aberto, ou por condutas subterrâneas.

O estilo tardobarroco é também visível nos arvoredos tratados como grandes massas naturalizadas, como é o caso da «matinha», uma mancha arbórea densa no meio da quinta, composta por admiráveis carvalhos-roble (*Quercus robur*), que tira partido da grande quantidade de água no solo.

Todo o conjunto em socalcos e terraços foi mandado erguer por D. Fernando Leite Lobo que, por forte ligação à quinta, jaz sepultado na Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem desde 1776, data da sua morte. Após três gerações de sucessores, João Teixeira de Queiroz Coelho de Almeida e Vasconcelos, enquanto proprietário da quinta, dirigiu a sua actividade para a exploração agropecuária baseada na cultura do milho e na produção de leite. Foi também este proprietário quem reestruturou significativamente a quinta com novos elementos, nomeadamente com a aquisição em hasta pública da Fonte de Ganimedes, no final do século XIX[14], implantando-a perto do portão da entrada, nas cotas baixas do terreiro fronteiro à casa; a construção, no primeiro terço do século XX[15], de um jardim de buxo, localizado num dos terraços superiores da quinta; a colocação de carvalhiças, de um cruzeiro na «matinha» proveniente de um convento de Viana do Castelo, ao qual terá acrescentado uma dedicatória a sua mãe em 1909; e a construção de um enorme cruzeiro em betão na encosta da serra de Santa Luzia, perto do Poço Negro[16], fora da propriedade da quinta mas visível do seu interior[17].

Actualmente, a Quinta da Boa Viagem pertence a José Inácio Teixeira de Queiroz — sobrinho de João Coelho de Almeida e Vasconcelos —, que a herdou em 1964, representando uma linha de descendência segundogénita do primeiro morgado da Boa Viagem, Gonçalo Ferreira Vilasboas. Em 1990, José Teixeira de Queiroz decidiu adaptar a Quinta da Boa Viagem para turismo de habitação, promovendo a remodelação de antigas casas de caseiros e casas de apoio à lavoura e criando, assim, doze quartos para aluguer a turistas. Para esse efeito, pediu a colaboração do arquitecto paisagista Ilídio de Araújo[18] para a realização de um projecto conjunto para toda a quinta. Embora o projecto não tenha sido realizado no seu todo, as suas propostas foram sendo concretizadas, designadamente a piscina e a envolvente das casas remodeladas. É também por esta altura que é plantada vinha, suportada por esteios de granito, proporcionando percursos de sombra que frequentemente rematam em campos cultivados.

Mas o que continua a atrair as pessoas que por aqui passam são as coisas simples que já existiam desde o tempo do primeiro morgadio: os miradouros preparados para nos sentarmos, os arcos e caminhos lajeados, os muros de pedra seca e afloramentos de granito, o cheiro do laranjal regado pelas caleiras e o desenho das flores de camélia no chão, a mata de carvalheiras e castanheiros atrás da casa e os tanques ornamentados, a serra e o repouso da vista sobre o oceano.

De modo a promover e a qualificar esta nova função da Quinta da Boa Viagem, o turismo de habitação, José Teixeira de Queiroz investe continuadamente na sua recuperação e, como sócio activo da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos, foi dos primeiros entusiastas da candidatura ao projecto EEA Grants.

Uma vez que todo o sistema hidráulico da quinta sofria de um generalizado mau estado de conservação, este projecto representou uma excelente oportunidade para a renovação e recuperação das águas das minas que se encontravam estancadas ou entupidas.

Após a realização do primeiro levantamento[19], diagnosticaram-se os seguintes problemas: o sistema de caleiras a céu aberto não se encontrava em funcionamento, uma vez que perdia água em vários troços; o Tanque de Santo António, no jardim traseiro à casa, não estava devidamente impermeabilizado; e a mina que alimentava o referido tanque tinha sofrido um desabamento de terras que causou uma redução substancial do caudal debitado.

Quinta da Boa Viagem, estudo do terreiro da casa, por Jaime Martins Barata, década de 1960.

Este é um lugar mágico. Sinto-o desde pequeno! Será a presença poderosa do mar na nossa frente? Será o murmurar das águas do ribeiro que corre próximo? Será o vento que agita as folhas das carvalheiras seculares? Seja o que for, antes de mim, outros foram atraídos pelo mistério e aqui deixaram os testemunhos dos seus cultos: ara castreja, cruzeiro medieval, capela quinhentista e a devoção a Nossa Senhora da Boa Viagem.

Mas o tempo deixa também cicatrizes que esta obra veio reparar e a água retomou o seu lugar. À prima Cristina Castel-Branco, que tão bem soube interpretar o espírito deste lugar a que também está ligada, manifesto a nossa gratidão.

Na Eira dos Mouros, Neptuno voltou a sorrir. Dois «Cães de Fó» guardam a mais barroca das festas: um tritão enlaça Santo António e, lânguida, a Preguiça swinga *com São Fernando. É a exaltação da Mãe Natureza.* | *José Teixeira de Queiroz*

Relocalização da fonte e do chafariz, obra no jardim das traseiras, 2009.

Sistema de águas em funcionamento na fonte e no chafariz barroco, 2010.

Por um acaso, foi descoberto[20] um estudo a óleo da frontaria do Solar da Boa Viagem, pintado por Jaime Martins Barata, nos anos sessenta do século XX , antes das remodelações dos finais do século. Nele identificou-se um muro no terreiro da quinta, o que permitiu encontrar a solução mais equilibrada para este espaço, assim como para a transição com os terraços de laranjeiras que foram construídos. A reposição de um muro oblíquo a ligar os terraços que termina junto da Fonte de São João foi a solução encontrada, inspirada a partir de fotografias antigas que ajudaram a conter o espaço sem o geometrizar.

Assim, para além das intervenções nos espaços atrás referidos, com o intuito de restaurar o jardim histórico no seu todo, foram ainda propostas pelo ateliê ACB-Arquitectura Paisagista[21] outras intervenções, nomeadamente a reabilitação dos espaços da entrada e das traseiras da casa da Boa Viagem e a reposição do muro da entrada reconstruindo-o tal qual o seu simétrico. Sobre esta última, refira-se que o efeito de surpresa da casa e da sua sumptuosa escadaria se perdia com a anulação do muro, destruído para ser vista a Fonte de Ganimedes.

Os restauros dividiram-se em três fases: iniciaram-se pelo desentupimento e abertura de minas que traziam a água e que haviam aluído; depois centraram-se no espaço da entrada em frente do solar, na armação em terraços e na recuperação dos muros de pedra granítica da quinta e sua execução[22] com o método e a forma vernaculares dos muros de pedra do Minho; e, finalmente, terminaram com a construção do jardim das traseiras e com a colocação da Fonte de Ganimedes no centro do mesmo.

Esta última intervenção, na zona traseira ao solar, reinterpretou o traçado projectado pelo arquitecto paisagista Ilídio de Araújo, adaptando-o e ligando-o à varanda do solar que tem vista para o mar. Ao deslocar o pedestal, a bacia e a base de granito da fonte, que se julgava ser de Ganimedes, percebeu-se que a pedra cimeira, esculpida com a águia com menino não encaixava no fuste e não pertencia ao conjunto. Esta alusão à personagem da mitologia foi substituída por uma escultura, de aspecto mais sóbrio, ao conjunto que passou a designar-se por chafariz barroco. Agora, o chafariz ocupa o centro deste jardim das traseiras e é alimentado pelo Tanque de Santo António, também renascido através do projecto EEA Grants. O traçado do novo jardim destaca não apenas o chafariz barroco, mas também o tanque, cujo sistema de águas é alimentado pela mãe-de-água, no cimo da quinta, agora a funcionar plenamente graças ao caudal da mina desentupida, mas também graças ao trabalho de consolidação das caleiras, que correm ao longo dos caminhos.

Tal como o proprietário, sentimos que este é um lugar mágico e que a sua magia vive muito da água que por ele corre, abundante, fresca e que dá vida a toda quinta.

Terreiro da entrada antes da obra, 2008.

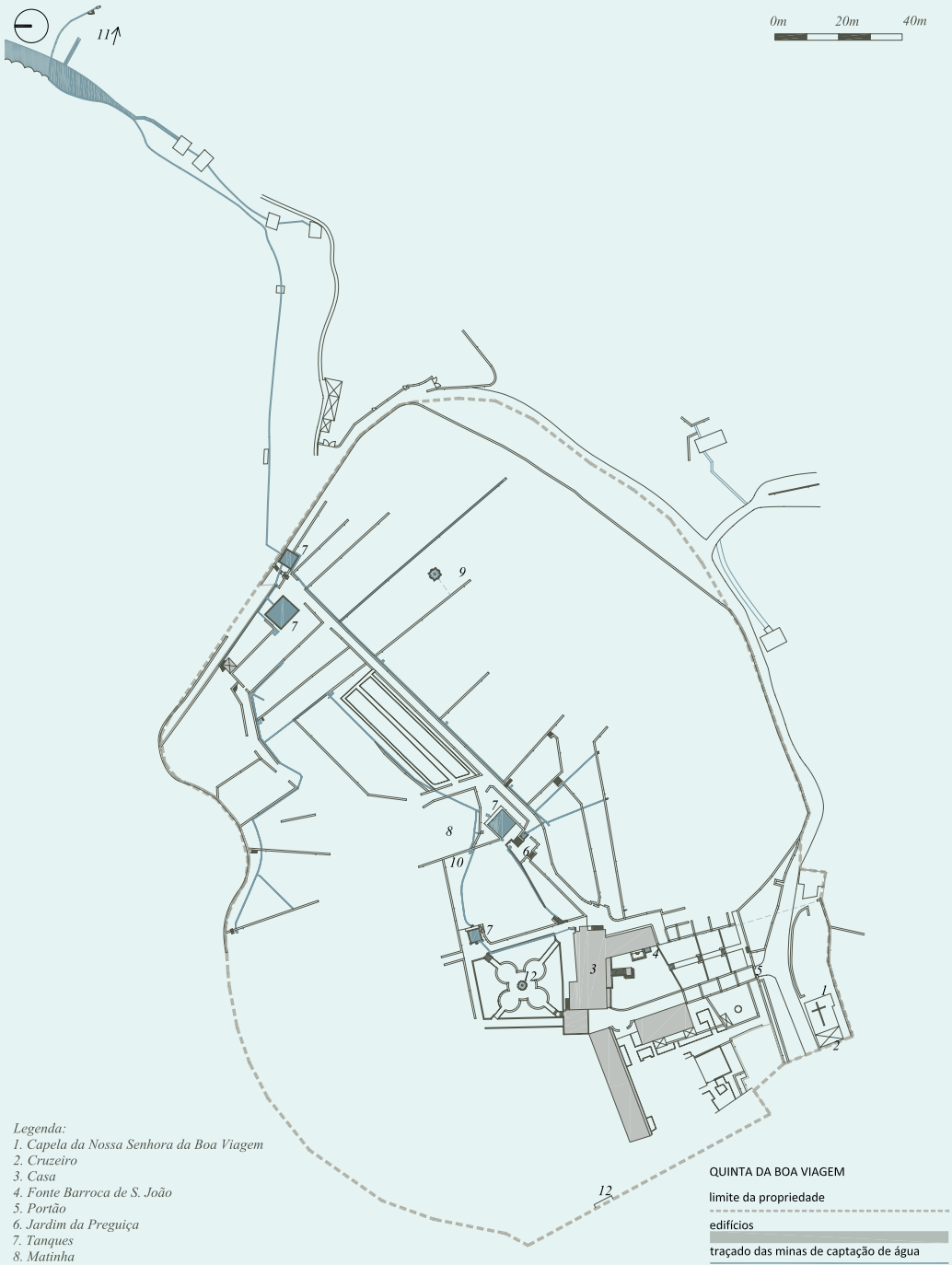
Construção de muros em alvenaria de pedra seca, 2009.

Armação do terreno em patamares e muros construídos conforme a técnica original, 2010.

Terreiro da entrada depois da remoção do muro nos anos cinquenta do século XX, fotografado em 2010.

Recuperação do muro original, conforme fotografia antiga, 2010.

[1] Manuel Felgueiras Gayo — *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Editora Carvalhos de Basto, 1990, vol. X, tomos XXVIII e XXIXI, p. 238.
[2] Santa Maria da Vinha era o antigo nome da freguesia de Areosa.
[3] Extracto do *Testamento de Gonçalo Ferreira Villasboas*, de 14 de Junho de 1608, citado por Sónia Talhé Azambuja — *A Quinta da Boa Viagem na Rota dos Descobrimentos*. Lisboa: s.n., 1999, p. 65. Relatório final de licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Agronomia.
[4] Lígia Vidal Gomes da Gama — *Devoção e Nostalgia Informação Histórico-Litúrgica sobre Catolicismo e o Culto da Virgem Maria em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estatal Luiz Bessa, 1980, p. 19.
[5] Mariana Vilas Boas Teixeira de Queiroz — «O ribeiro da Boa Viagem». *Poesias inéditas*, 1928 (gentilmente cedida pelo senhor engenheiro José Teixeira de Queiroz).
[6] Cristina Castel-Branco — «Quinta da Boa Viagem. Viana do Castelo — Areosa. Século XVI». In Cristina Castel-Branco (coord.) — *Jardins com História. Poesia atrás de Muros*. Lisboa: INAPA, pp. 32-33.
[7] Carlos de Azevedo — *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 78.
[8] Cristina Castel-Branco — «Quinta da Boa Viagem. Viana do Castelo — Areosa. Século XVI». *In* Cristina Castel-Branco (coord.) — Ob. cit., p. 33.
[9] Carlos de Azevedo — Ob. cit., p. 120.
[10] Catarina Oliveira — «Casa e quinta da Boa Viagem, capela, alameda da Oliveira e cruzeiro» IPPAR — *Pesquisa de Património*. 2005. http://www.igespar.pt/pt/patrimonio pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72707/ (acedido em 15 de Julho de 2008).
[11] Sónia Talhé Azambuja — Ob. cit., p.74.
[12] Família materna de D. Fernando Leite Lobo.
[13] Cristina Castel-Branco — «Quinta da Boa Viagem. Viana do Castelo — Areosa. Século XVI». *In* Cristina Castel-Branco (coord.) — Ob. cit., p. 32.
[14] De acordo com o livro de assentos do engenheiro João Almeida de Vasconcelos, tio do actual proprietário.
[15] Segundo indicado nos desenhos do seu projecto, localizados na Casa da Boa Viagem.
[16] O chamado «Poço Negro» é um açude natural onde se forma o ribeiro do Pêgo. Este local, composto por uma cascata é, por muitos, considerado o mais aprazível da serra de Santa Luzia.
[17] Segundo Sónia Talhé Azambuja — Ob. cit., p. 81, a sua localização não foi ocasional, uma vez que existe um eixo entre a cruz da capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, a sineira com cruz que surge no topo do jardim de buxo, e o cruzeiro de betão.
[18] Considerado o primeiro arquitecto paisagista a investigar sobre a história da arte dos jardins, é autor de *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1962.
[19] Muitos dos trabalhos de pesquisa bibliográfica e alguns levantamentos haviam sido feitos por Sónia Azambuja para a sua tese de licenciatura em Arquitectura Paisagista, em 1999; outros, como os levantamentos das condições existentes do sistema de água, tinham sido registados pela equipa de alunos no âmbito da disciplina de História de Arte de Jardins II, do Instituto Superior de Agronomia. O acompanhamento diário por parte do proprietário, assim como o seu conhecimento do terreno permitiram avançar sem dúvidas para a definição de prioridades, e o projecto foi sendo adaptado aos elementos descobertos durante as prospecções e durante a obra.
[20]Em casa do arquitecto José Pedro Martins Barata.
[21] www.acbpaisagem.com
[22] O trabalho foi executado pela empresa Alfredo & Carvalhido, Lda. Os muros de suporte que formam agora os patamares dos terraços têm 1,2 metros de altura e são drenados por bueiros altos. A meio têm uma abertura com degraus que liga os patamares e que termina no caminho de ronda do muro alto da quinta.



Legenda:
1. Capela da Nossa Senhora da Boa Viagem
2. Cruzeiro
3. Casa
4. Fonte Barroca de S. João
5. Portão
6. Jardim da Preguiça
7. Tanques
8. Matinha
9. Fonte dos Ganimedes
10. Cruzeiro
11. Cruzeiro em Betão
12. Portão

5. Jardim do Paço Vitorino

Ana Luísa Soares e Marta Malheiro

História do jardim

Ao quilómetro 17 da Estrada Nacional de Ponte de Lima, em direcção a Viana do Castelo, à medida que nos vamos aproximando da freguesia de Vitorino das Donas no horizonte uma alameda, com o Paço Vitorino em pano de fundo.

Por cima da alameda de gigantescos carvalhos (*Quercus robur*), que adquirem diferentes tonalidades ao longo do ano, destaca-se um alto muro de ameias e a fachada de uma capela barroca. Transposto o muro, num vasto terreiro quadrado, surge o Paço Vitorino, outrora conhecido por Quinta do Barco.

A actual designação remonta a 1580, altura em que o paço acolheu D. António Prior do Crato, possível herdeiro da Coroa, quando este fugia das tropas espanholas. Em 1836, a quinta ficou conhecida como a «casa queimada», por ter sido incendiada por um grupo de assaltantes liberais, tendo ficado definitivamente conhecido por Paço Vitorino, quando El-rei D. Carlos I concedeu o primeiro título de conde do Paço Vitorino a Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho, bisavô do actual proprietário, José Pereira Coutinho.

A casa do Paço Vitorino não funcionou apenas como quinta de recreio, mas como habitação própria. Ergue-se ao fundo de um grande terreiro (1200 m²), rodeado por construções térreas destinadas a arrecadações, celeiros, cavalariças e aposentos do pessoal. Apresenta planta em «U», com andar nobre térreo, a cimalha guarnecida de ameias muito espaçadas e a varanda de arcaria com uma elegantíssima escada de balaústres, de lanços opostos[1]. Existe ainda um pátio interior, claramente descentrado para o lado direito da casa, que estabelece a ligação entre o terreiro e o jardim de traçado barroco.

De planta rectangular, o jardim barroco encontra-se murado, apresentando duas aberturas na extremidade norte. Pelo lado esquerdo acede-se ao pomar (1150 m²), como se pode verificar na planta de zoneamento, o qual terá sido inicialmente o jardim da casa, ou seja, a horta ajardinada[2]. A forma quadrada (típica dos séculos XVI e XVII), a dimensão, a localização e a sua atmosfera acolhedora são elementos que sustentam esta interpretação do espaço. No extremo direito existe uma abertura (hoje uma porta fechada) que estabelece a ligação entre o jardim e a mata. Na mata (9300 m²), constituida predominantemente por carvalhos, encontra-se um oratório.

A concepção do jardim centra-se num plano de conjunto que tem como ponto de partida e referência a casa, a partir da qual sai um eixo, reforçado pela beleza pontual de uma pequena rotunda, delimitada por bancos e uma fonte central. O eixo de simetria é ainda acentuado, em termos volumétricos, pelas notáveis japoneiras (*Camelia japonica* spp.) alinhadas de

PROPRIEDADE
José Pereira Coutinho
REPRESENTANTE
José Pereira Coutinho
DATA DE CONSTRUÇÃO
Séculos XVI e XVII
ÁREA
2 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Limpeza e recuperação do sistema de minas de água; restauro/reconstrução dos muros de suporte e reparação de canais, tanques e fontes.
VALOR
83149,24 €
EQUIPA DE PROJECTO
Arq.ª Ana Luísa Soares (directora)
Arq. ª Marta Malheiro
Arq.º Bernardo de Magalhães e Menezes (estagiário)
EMPREITEIRO
Salvador, Albino & Fernandes

Ponte de Lima, Paço Vitorino, jardim barroco, tanques, 2010.

Tanque principal antes e após a intervenção de restauro,
fotografias de Marta Malheiro, 2006
e António Sacchetti, 2010, respectivamente.

cada um dos lados, criando um cenário teatral, e até de surpresa (muito procurado na época barroca), escondendo o grandioso tanque com as esculturas mitológicas ao fundo.

Em Setembro de 2005 efectuou-se uma limpeza, assim como se fizeram o reconhecimento e o levantamento do traçado original deste jardim[3], o qual serviu de base ao actual projecto de intervenção.

O levantamento do traçado do jardim barroco, juntamente com as referências bibliográficas, permitiu identificar indícios de canteiros[4] regulares, marcados, hoje, por blocos de granito que formavam grandes canteiros, onde antigamente se encontravam plantadas diversas espécies vegetais, oriundas dos quatro cantos do mundo. Após esta descrição começou a surgir a ideia de que as plantações foram agrupadas segundo a sua origem geográfica e como referência apresentavam, no limite ou no centro dos canteiros, as estátuas que retratam os quatros continentes — África, América, Ásia e Europa. Actualmente, estas estátuas encontram-se sobre o tanque[5], mas no século XVII, estas figuras alegóricas encontravam-se retratadas noutros jardins do Norte de Portugal, sendo a Casa de Simães, em Felgueiras, um desses exemplos, apesar de as estátuas, neste caso, se integrarem em fontes[6].

Relativamente à vegetação, registaram-se, além das notáveis japoneiras, três palmeiras (*Livistona australis*), que originalmente teriam sido quatro, e que tinham como objectivo marcar o centro do jardim. Uma combinação entre o material inerte (fonte e bancos) e o material vegetal acentua o centro do jardim.

Apesar da simetria marcar todo este jardim, este não se abre para o exterior e não disfruta de vistas, sendo o muro que o encima, em todo o seu perímetro, semelhante às cercas dos jardins medievais. A rematar esta composição geométrica de canteiros encontram-se dois tanques, em planos e dimensões diferentes. O tanque superior apresenta-se enquadrado por dois alpendres rectangulares, ritmado por pilastras almofadadas e um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, enquadrada por várias esculturas mitológicas — Baco, Diana e Neptuno.

Ao centro da parede norte deste tanque encontra-se, a encimá-lo, uma escultura que representa a Preguiça, semelhante à que existe na Quinta da Boa Viagem, em Viana do Castelo.

Existem indícios de painéis de azulejos nos muros que rodeiam os alpendres, mas apenas se registou o formato de azulejo desenhado sobre a cal, em más condições.

O sistema hidráulico que alimenta os tanques é elaborado a partir de canalizações antigas que ainda se mantêm e se apresentam em caleiras

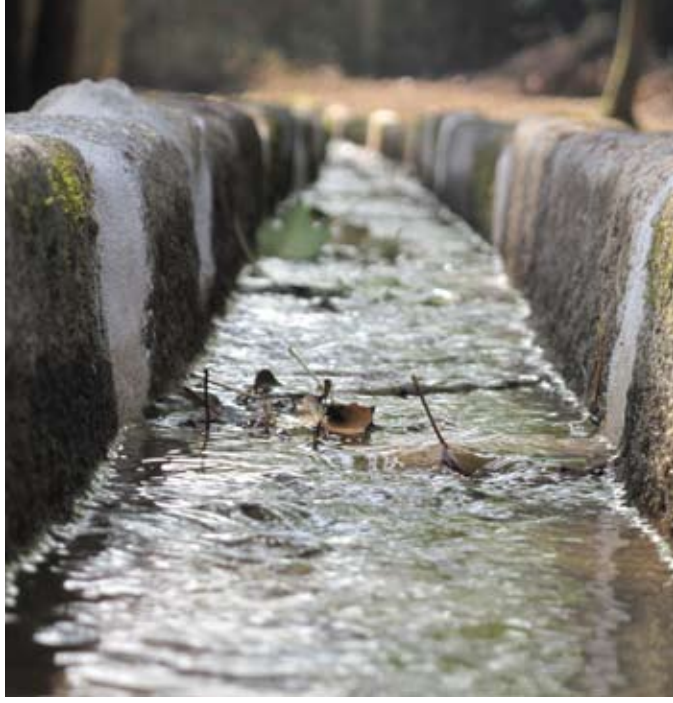
de granito à superfície. No Casal da Carriça, em Viseu, encontra-se um sistema idêntico. A água acumulada nos tanques era encaminhada por caleiras que ainda hoje atravessam o jardim.

A alimentação de todo o jardim faz-se pelo sul, através de duas nascentes situadas a cotas superiores ao jardim. A água de ambas as nascentes juntava-se numa única caleira que seguia ao longo do muro, distribuindo-se por dois pontos: uma parte para os tanques, e a restante para a fonte central. A água da nascente situada mais a sul alimentava os dois tanques, a partir dos quais se distribuía, por gravidade, para a maior parte do jardim, através de caleiras. A água podia ainda ser encaminhada para um tanque de lavar, que se encontra no extremo esquerdo do jardim, escondido, e que antigamente era coberto por um telheiro. A sudoeste encontra-se a nascente que alimenta directamente a casa. Todo o sistema hidráulico é talhado em pedra granítica.

Os limites laterais do jardim murado eram reforçados por latadas, cujos encaixes ainda apresentam vestígios que testemunham a sua presença de outrora, o que é visível na fotografia aérea de 1965, onde ainda se identifica a latada, o que é muito frequente nesta região.

Em 2007, quando iniciámos este projecto de intervenção, os muros do Paço Vitorino ocultavam um jardim abandonado há décadas, cujo traço se encontrava desbotado pelo passar dos anos e pela falta de manutenção. Este jardim adormecido, onde a vegetação cresceu em excesso, escondendo os leves resquícios de informação, por ser um documento essencial para o testemunho e evolução de um espaço, torna-o fundamental para captar a sua antiga linha mestra para o reanimar.

O «Projecto de Recuperação de Sistemas Hidráulicos, Muros e Caminhos em Jardins Históricos» tem como objectivo a recuperação da estrutura antiga do jardim, tentando recuperar a «(...) essência de uma cultura reservada (...)»[7], torná-lo um espaço de testemunho vivo, possibilitando a recordação de uma época. Não se pretende, no entanto, o restauro de um jardim tal como foi antes, até porque não é possível recriar a essência do jardim do passado. A essência é «(...) mutável, minuto a minuto, dia a dia, em perpétua transformação (...)»[8]. A falta de registos relativamente ao jardim é outro aspecto que impede que o passado original seja representado no presente.



Canal de água que atravessa a mata, fotografia de Marta Malheiro, 2010.

Um paço escondido, mas nunca esquecido…
A origem do Paço Vitorino remonta a 1568, ano em que foi comprada a então Quinta do Barco por António Ramos, capitão de infantaria que acompanhou Francisco Pizarro na conquista do Peru, onde foi governador da cidade de Cusco. Um século depois, a sua bisneta Francisca de Lima e seu marido Guilherme de Kampanaer Logier, fidalgo flamengo que se estabeleceu com uma grande frota em Viana do Castelo, instituem o morgadio na sua Quinta do Paço Vitorino, por escritura lavrada em 3 de Fevereiro de 1653, tendo-se mantido a propriedade na família, por varonia, até aos dias de hoje. Ao longo dos tempos o solar sofreu várias modificações, mas o século XVIII foi, sem dúvida, a época que marcou decisivamente a traça actual da casa, da capela e dos jardins. Na qualidade de actuais proprietários de um património tão rico, foi com entusiasmo que iniciámos em 2005 os trabalhos de limpeza e levantamento topográfico do jardim histórico barroco e do seu sofisticado sistema hidráulico de abastecimento e rega.
A APJSH juntamente com os apoios do EEA Grants permitiram um precioso apoio na recuperação do nosso património paisagístico, utilizando não só os seus conhecimentos técnicos, mas também um especial interesse e sensibilidade para este tipo de intervenção.
Agradecemos, desde já, o apoio facultado por toda a equipa responsável por este trabalho e também o apoio europeu que permitiu a recuperação do nosso jardim. | *Clara e José Pereira Coutinho*

Mina de granito, interior, 2009.

Condições existentes

Como ferramenta principal e base de todo o trabalho fez-se o levantamento topográfico dentro da área de intervenção de todas as estruturas construídas (edifícios, caleiras, tanques, muros), incluindo a localização e a marcação das minas à superfície e no seu interior. Tratando-se de minas de grandes extensões, considerou-se conveniente fazer as recuperações necessárias à medida que se fazia o levantamento.

A água e os seus efeitos estéticos são muito explorados nos jardins barrocos, constituindo o maior valor do jardim tendo uma forte presença na estrutura de todo o espaço, não só como componente ornamental, mas sobretudo como fonte de alimentação para todos os terrenos que necessitam de rega em redor da casa.

A alimentação da casa e do jardim é feita através de três minas que se descrevem de seguida. Estas foram exploradas com vista à recuperação da água, objectivo primeiro do projecto EEA Grants.

Na mina 1 foi executado o levantamento topográfico de 70 metros e todos os trabalhos de limpeza e as reparações necessárias, confirmando-se que esta mina vai alimentar o canal de água que por sua vez alimenta os tanques do jardim barroco. Esta água, depois de os tanques alcançarem o nível máximo, é distribuida pelos vários canais existentes, que regam o pomar e os campos agrícolas.

Na mina 2 foi realizado o levantamento topográfico e os respectivos trabalhos de limpeza e reparações até onde foi possível, medindo-se 215 metros. Foi detectado um ponto de desabamento da estrutura desta mina e não foi possível localizar o ponto a montante. No sentido de se localizar a origem desta mina contactaram-se várias entidades que poderiam facultar esta informação[9], no entanto, não foram encontrados quaisquer registos sobre as nascentes que alimentam a mina. Apesar da obstrução no percurso, esta é a mina que apresenta maior caudal de água e que vai alimentar a casa. A outra estrutura de recolha de água desta mina é composta por um tanque e uma caleira que distribui a água e poderá vir a ser recuperada com o intuito de regar os campos agrícolas na sua envolvente.

Na mina 3 foi realizado o levantamento topográfico e respectivos trabalhos de limpeza e reparações até 86 metros de comprimento. Esta mina atravessa a Quinta Nova e chega até ao canal, onde se encontra com a água da mina 1, a partir do qual fazem o mesmo trajecto.

Após a recuperação destes elementos, foram efectuadas várias medições de caudais em Março de 2010, para se avaliar os resultados finais da intervenção.

Os valores registados são valores médios porque se verificaram perdas de água em alguns pontos. Essa situação foi tomada em consideração. Obtendo-se os seguintes caudais:

Mina 1	3,08 L/s
Mina 2	4,72 L/s
Mina 3	0,29 L/s

Intervenção

Na sequência do estudo prévio seleccionaram-se como prioridades neste projecto de execução, no âmbito do projecto EEA Grants, as seguintes intervenções:

- limpeza e nivelamento do canal de água que atravessa a mata ao longo do muro e que funcionava por gravidade;
- substituição da canalização que alimenta a fonte central do jardim e restauro dos elementos que compõem a fonte;
- reconstrução da caleira que se encontra interrompida junto ao primeiro tanque;
- restauro da «estátua da preguiça»;
- preservação e reconstrução do muro que limita todo o jardim;
- reconstrução dos telheiros dos alpendres e do tanque de lavar;
- recuperação do Nicho da Nossa Senhora da Conceição;
- relocalização da escultura do Baco no pátio interior de casa;
- restauro e limpeza dos dois tanques e elementos associados;
- reconstrução dos muros dos tanques;
- colocação de pavimento em saibro junto aos tanques e ao Nicho da Nossa Senhora da Conceição.

A intervenção mais delicada foi a da recuperação do Nicho da Nossa Senhora da Conceição, uma vez que foi necessário desmontar todos os elementos, enumerá-los, de modo a voltar a reconstruir todo o nicho,

Carranca ornamental, 2010.

Sistema de caleiras, 2010.

Jardim barroco, vista geral, 2010.

Tanque principal, pormenor, 2010.

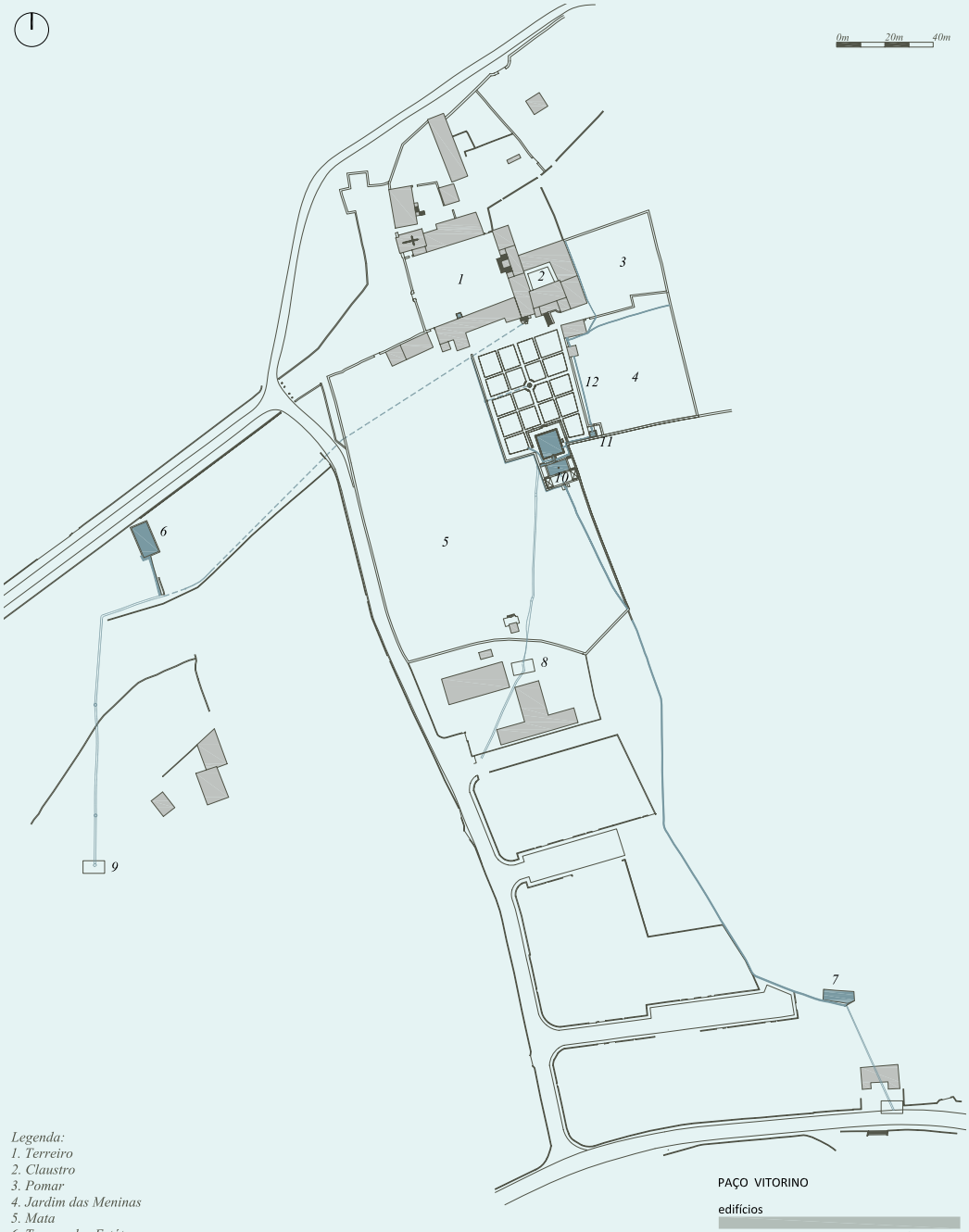
recuperando a sua estabilidade. As estátuas foram todas limpas e algumas recuperadas.

Na fonte central do jardim foi substituída toda a canalização de forma a voltar a ser abastecida de água por gravidade.

Relativamente a todos os elementos de pedra (muros, tanques e fonte), foram limpos e removidas todas as espécies herbáceas e arbustivas, com aplicação de herbicida sistémico e biocida (para as colonizações biológicas) e recuperação das suas lacunas.

Neste projecto foi dada prioridade à recuperação de toda a estrutura hidráulica do jardim, reconstrução de telheiros, limpeza e recuperação de estatuária, reconstrução e limpeza de muros que limitam o jardim e o pavimento no jardim barroco junto dos tanques. Com esta intervenção paisagística contribuiu-se inquestionavelmente para a promoção do seu valor paisagístico, histórico e cultural, respeitando a herança e testemunho deste jardim misterioso e fascinante escondido por entre muros.

[1] A. L. Pereira da Silva — *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1965, p. 76.
[2] Segundo o arquitecto paisagista Ilídio de Araújo
[3] No âmbito do relatório de trabalho final de curso de arquitectura paisagista, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, de Marta Malheiro sob a orientação de Cristina Castel-Branco.
[4] Segundo D. João Sousa Coutinho, conde de Aurora.
[5] Na opinião do arquitecto paisagista Ilídio de Araújo, as quatro estátuas estiveram desde o princípio nos cantos do tanque.
[6] I. Araújo — *A Arte Paisagista e a Arte de Jardins em Portugal.* Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, p. 118.
[7] C. Castel-Branco — *Jardins com História — Poesia Atrás de Muros*. Lisboa: Edição Inapa, 2002, p. 11.
[8] C. Añòn — «El jardin histórico: notas para una metodologia previa al proyecto de recuperación *in* Journal Scientifique». *Jardins et Sites Historiques*. Madrid: ICOMOS, 1993, p. 313. («mutable minuto a minuto, día a dia, en perpetua transformación» — tradução livre da autora).
[9] Departamento de Obras do INAG de Viana do Castelo, Departamento de Infra-Estruturas da Águas do Minho Lima, Departamento de Estradas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Levantamento de águas subterrâneas do INAG em Lisboa, ARH Norte.



Legenda:
1. Terreiro
2. Claustro
3. Pomar
4. Jardim das Meninas
5. Mata
6. Tanque das Estátuas
7. Mina 1
8. Mina 2
9. Mina 3
10. Tanque de chegada da água
11. Tanque de lavar a roupa
12. Caleira de granito

6. Jardim da Casa de Juste

Teresa Chambel e Inês Pereira de Lima

A Quinta da Casa de Juste situa-se na freguesia do Torno, no concelho de Lousada, integrado na Região do Vale do Sousa, lugar onde a tradição das paisagens rurais se alia à fragmentação impulsionada pela expansão urbana, associada, por sua vez, ao crescimento de actividades industriais, de comércio e de serviços.

A Casa de Juste integra as terras do Sousa que pertencem ao grupo dos espaços rurais tradicionais que conservam ainda paisagens com traços fortes de parcelamento da propriedade, marcadas pelos campos agrícolas muito recortados, associados a uma policultura de base familiar, às vinhas e pomares e às áreas de mata, que cobrem as zonas mais altas, menos acessíveis e com solos menos produtivos.

Em primeiro lugar, é útil localizar Juste no tempo, sabendo que, como diz Gutiérrez González, as *villas* medievais teriam correspondência com as *villae* romanas, que em certos casos se teriam transformado em centros religiosos. Nesta situação podemos considerar a igreja de *Sancti Felicis de Torno* como o pólo centralizador das inquirições medievais da *Villa* de Juste e de outros locais nas suas proximidades.

A atestar a sua antiguidade é ainda de notar que, já depois da fundação da nacionalidade, o termo de Lousada é mencionado quer nas *Inquirições* de 1220, quer, mais tarde, nas de 1258, em que aparece como julgado. Daqui se supõe derivar o nome de Juste, local da justiça.

A origem da propriedade de Juste, com a respectiva casa nobre, remonta aos primórdios da nacionalidade portuguesa, dela havendo registos desde o início do século XIII, altura em que a *Villa* de Juste era constituída por sete casais, um dos quais pertença do filho de D. Elvira Vasques[1], neta de Egas Moniz[2], aio de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal e senhor de vastas propriedades em toda a região de Entre-Douro-e-Minho[3]. Através dos estudos genealógicos de famílias locais[4] compreende-se que a evolução de prosperidade de Juste se fez, durante mais de sete séculos, no seio de uma mesma família.

A primeira fase de ascensão da Casa de Juste terá ocorrido no século XV, data a que corresponde, segundo os estudos arqueológicos efectuados, grande parte das pedras utilizadas na construção do edifício principal. Terá passado nessa altura a habitação senhorial, o que se supõe relacionado com a criação do senhorio de Felgueiras, doado por D. João I a Fernão Coelho, descendente de Egas Moniz, e que incluía as terras de Felgueiras, Vieira e Lousada[5]. Sucedendo o seu filho mais velho no referido senhorio, terá sido herdada a propriedade de Juste por um outro filho, Gil Coelho, de quem descendem os actuais proprietários[6].

A Casa de Juste passou a funcionar como um pólo centralizador da zona, em torno do qual se processava, ou do qual dependia, a vida quotidiana dos vários rendeiros, caseiros

PROPRIEDADE
Sociedade Agrícola de Juste. S.A.
REPRESENTANTE
Ana Osório Guedes e Fernando Guedes
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XVI
ÁREA
12 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Construção/recuperação de caminhos, muros e drenagem; construção de tanque para armazenamento e distribuição de àgua das minas; instalação de sistemas de rega automatizada.
VALOR
74795.00 €
EQUIPA DE PROJECTO
Plano Auxiliar , Des. Arquitectura, Lda.:
Arq.ª Teresa Chambel (directora)
Arq.ª Inês Pereira de Lima
EMPREITEIRO
Instal Rega - Projectos e Construção de Sistemas de Rega e Jardins, Lda.
Silva Pintos, Lda.

Lousada, Casa de Juste, Jardim de Buxo, tanque, 2009.

Jardim de Buxo, 2010.

e trabalhadores, cuja ligação à casa, descrita no arquivo de família, é visível através das rendas e serviços que estes deviam. Atribui-se assim no século XV a designação de Casa de Juste, significando o vocábulo «casa» a relação entre família e propriedade, a casa-edifício ao longo do tempo — no sector de raiz aristocrática há mais de dois séculos[7].

Uma nova fase da Casa de Juste inicia-se em 1754, quando D. João Osório Pinto da Fonseca, então proprietário, recebe de D. José I a carta de armas. Nessa altura terão sido feitos alguns melhoramentos na quinta, incluindo a construção da capela.

Entre o final do século XIX e o princípio do XX, as diversas propriedades de Juste (referidas no *Inventário da Casa de Juste*) foram sendo transferidas para vários sucessores, nomeadamente quando, com o fim da Monarquia, foram extintos todos os direitos existentes sobre as terras, tais como morgadios e foros, sendo neste período a propriedade dividida por onze herdeiros. Porém, a residência principal e os terrenos circundantes mantiveram-se no que constitui a actual quinta, com 12 hectares.

Em 1991, a Casa de Juste é doada por Gonçalo Couto Vieira de Mello da Cunha Coutinho Osório aos seus filhos e actuais proprietários, Ana Osório Guedes e Fernando Guedes. Inicia-se, então um processo de recuperação e reabilitação com vista à sua adaptação para turismo, acção frequente no Norte do país a partir da segunda metade do século XX.

A casa senhorial é hoje habitada pelos seus proprietários, sendo os anexos e a casa da eira destinados ao alojamento turístico, actividade que tem permitido a preservação do seu património, uma vez que as elevadas despesas de manutenção e a baixa rentabilidade da agricultura não permitem a conservação da propriedade como antigamente. Paralelamente, como forma de dinamização da quinta em termos económicos, foram edificadas uma construção destinada a eventos e uma fábrica de produtos alimentares, feitos a partir de receitas tradicionais da casa, produtos regionais *gourmet*, vendidos com grande sucesso um pouco por todo o país.

Este núcleo, formado pela casa senhorial e os respectivos anexos destinados ao alojamento turístico, encontra-se rodeado por jardins, caminhos plantados e terreiros onde a água corre através de tanques, fontes e caleiras, o que lhe confere um ambiente de frescura. Como elementos marcantes do jardim podemos destacar: o caminho de acesso à casa, ladeado por

uma imponente sebe de buxo talhado; o jardim da casa principal, com os seus elementos de água e os canteiros de buxo pontuados por flores de época, variando estas na cor e no perfume ao longo do ano.

Os jardins construídos recentemente pelos proprietários têm vindo a dotar a quinta de novos espaços de recreio e lazer, o que tem contribuído para a dinamização da Casa de Juste como pólo de atracção turística da região. São espaços tão variados como o Jardim dos Lagos, o Jardim do Inglês, ou o Jardim das Aromáticas, a alameda das peónias, ou a colecção de camélias. Esta sequência de espaços verdes permite uma visita diversificada e agradável a toda a extensão da quinta.

A propriedade encontra-se envolvida por uma mata, também plantada pelos seus actuais proprietários, o que constitui um elemento de enorme importância, quer pela função ecológica e de regulação climática desempenhada, quer pela criação de uma barreira visual. As inúmeras árvores plantadas conferem ordem a este espaço, que se encontra inserido numa paisagem bastante desordenada e alterada.

Restauro do sistema hidráulico do lago, reestruturação de pavimentos e drenagem

O sistema hidráulico existente na Casa de Juste é imprescindível para a actividade turística da quinta e para a manutenção dos seus jardins e zonas agrícolas. A água disponível na propriedade, proveniente quer do rio, quer das minas ou da nascente, é suficiente para responder às necessidades da casa, dos jardins e da área agrícola, pelo que o projecto EEA Grants incidiu sobre a capacidade de armazenamento dessa água na quinta e a melhoria do sistema de rega.

Existem actualmente quatro diferentes proveniências da água: de uma captação junto ao rio, de duas minas dentro da propriedade e de uma nascente a montante da propriedade.

A Casa de Juste tem direito, em dias alternados, durante oito horas, a captar água do rio, a qual é conduzida

Mata, 2009.

O jardim é o coração do nosso espaço. É nele que se fixam todas as emoções e se projectam as nossas maiores ambições, de sentidos e de deixar um legado com a nossa marca.
No jardim da horta, numa cumplicidade permanente, sente-se a força da Natureza que aí dita as suas regras e nos obriga a uma disciplina de «seringador».
No jardim das rosas, Maio vem com tal esplendor que nos sufoca com a beleza das cores e dos perfumes e nos transporta para uma sensação de bem-estar intenso.
Em Junho ficamos rendidos às maravilhosas Sarah Bernard, *que se estendem ao longo da avenida das peónias, soltando o seu perfume, que se mistura no ar com o aroma do magnífico jasmim e nos proporciona a agradável sensação de paz.*
No caminho dos abetos e dos plátanos e na ala das azáleas e rododendros a sensação é de frescura, criada pela sombra das frondosas árvores que filtram os intensos raios de sol de Verão. O convite ao passeio é irrecusável.
Chegamos ao jardim das aromáticas e impulsivamente entramos no jogo dos cheiros que estimulam o nosso olfacto e onde as plantas inspiram terapias ancestrais.
A obra de restauro permitiu-nos construir tanques e caleiras de recolha e distribuição das águas, que assim poderão alimentar todos estes recantos e instalar um sistema de rega que nos permite diminuir os cuidados de manutenção.
Conseguimos ainda restaurar e embelezar os caminhos, por isso o nosso grande agradecimento ao EEA Grants. Por aqui, continuaremos com o trabalho intenso de cuidar de um jardim, o nosso, criado com a paixão de quem só vive uma vez, para gozar de uma recompensa enorme, que só uma mãe natureza é capaz de dar a quem lhe abre o caminho. | Ana e Fernando Guedes

Entrada principal, após a intervenção, 2010.

Caminho de acesso após a intervenção, 2010.

através de um sistema de bombagem para o lago grande do Jardim dos Lagos com uma capacidade de cerca de 500 m^3 (a bomba debita um caudal de 5.28 l/s), servindo estes lagos, para além da sua função estética, como reservatório de água. A partir daqui a água é distribuída para a única rede de rega automatizada existente, que abastece quer o Jardim dos Lagos, quer o Jardim do Inglês.

A água de uma das minas (caudal médio 0.7 l/s) é canalizada para o tanque junto do passadiço de madeira, conduzida depois para outro tanque circular e deste para o tanque do Jardim de Buxo, sistema que funciona na sua totalidade por gravidade. A água corre o ano inteiro, alimentando sucessivamente estes tanques, no entanto as passagens entre o tanque circular e o do Jardim de Buxo são feitas com recurso a mangueiras.

A água proveniente da outra mina (caudal médio 0.9 l/s) é directamente conduzida para a casa principal, sendo posteriormente distribuída pelas outras casas, pela fábrica e pela zona de eventos.

A água da nascente está disponível para a Casa de Juste três dias por semana e alimenta um tanque junto à mata, onde se acumula e vai correndo por uma caleira até outro tanque junto do passadiço.

A rega na maior parte dos jardins da quinta era feita manualmente, utilizando água dos tanques que, por alagamento, era distribuída pelos diferentes jardins e talhões, o que implicava muita mão-de-obra e um grande desperdício de recursos.

Para além deste diagnóstico, identificámos necessidade de intervenção nos jardins da Casa de Juste, em termos de recuperação/reconstrução/consolidação de muros e caminhos, estruturas hidráulicas e rega, tendo-se optado por dividir o investimento na intervenção ao nível das diferentes estruturas, de uma forma faseada.

As primeiras intervenções efectuaram-se ao nível da recuperação de pavimentos e muros na zona de entrada e caminhos de acesso. A entrada tem de servir de forma funcional, mas bem enquadrada, as várias valências que a quinta tem neste momento, quer sejam a habitação, a fábrica, os eventos, o turismo de habitação ou as visitas guiadas aos jardins.

Para a requalificação desta área definiram-se zonas de circulação e estacionamento, sendo as mesmas, posteriormente, regularizadas, pavimentadas e nelas construídos remates de pavimento com muretes e lancis de pedra.

Outro dos grandes problemas destes caminhos era a falta de drenagem, o que conduzia ao seu constante ravinamento nas épocas de maior pluviosidade. Para colmatar este problema

foi introduzido um sistema de drenagem com recurso à construção de caleiras e de grelhas que permitissem a recolha e a condução da água para fora da propriedade.

O pátio de entrada e de acesso à loja foi também alvo de intervenção, visando a individualização desta zona que se encontrava totalmente aberta ao exterior, tendo sido pavimentado com calçada de pedra da região e construídos muros de delimitação, à semelhança dos existentes, sendo rematados com pedra existente na quinta.

Outra das grandes intervenções foi a introdução de um sistema de rede de rega automatizada em todos os outros espaços que eram até à data regados manualmente, o que implicava em termos ecológicos um enorme desperdício de água para além de representar uma enorme sobrecarga de necessidade de mão-de-obra.

Um dos grandes objectivos deste projecto foi o de organizar e reestruturar o sistema de armazenamento e distribuição de água para podermos ter uma utilização mais sustentável deste recurso. Para tal foi construído um grande tanque em pedra de granito (40x5x0.5 metros) com o fundo em tela de borracha com elevada resistência constituída por um revestimento de borracha, leve e muito fácil de moldar.

Este tanque recebe água de uma das minas e da nascente a montante, que correrá para o tanque e comunicará com uma caleira construída em esteios de granito (iguais aos da vinha) com dimensões aproximadas de 0.2x0.2x2 metros; o fundo será também em tela e revestido com calhau rolado.

Esta água será depois conduzida para o tanque do jardim principal da casa de onde sairá através de uma bica existente (neste momento esta ligação é feita através de uma mangueira).

A água circulará para a caleira apenas quando o nível de água do tanque estiver no seu máximo. Desta forma poderá acumular-se água temporariamente para a rega (uma vez que esta é reposta todos os dias), a qual se fará preferencialmente à noite, permitindo que estes elementos de água, para além da sua utilidade como

Tanque antigo, 2008.

Tanque novo, 2010.

Tanque novo, pormenor da bica, 2010.

Tanque novo, 2010.

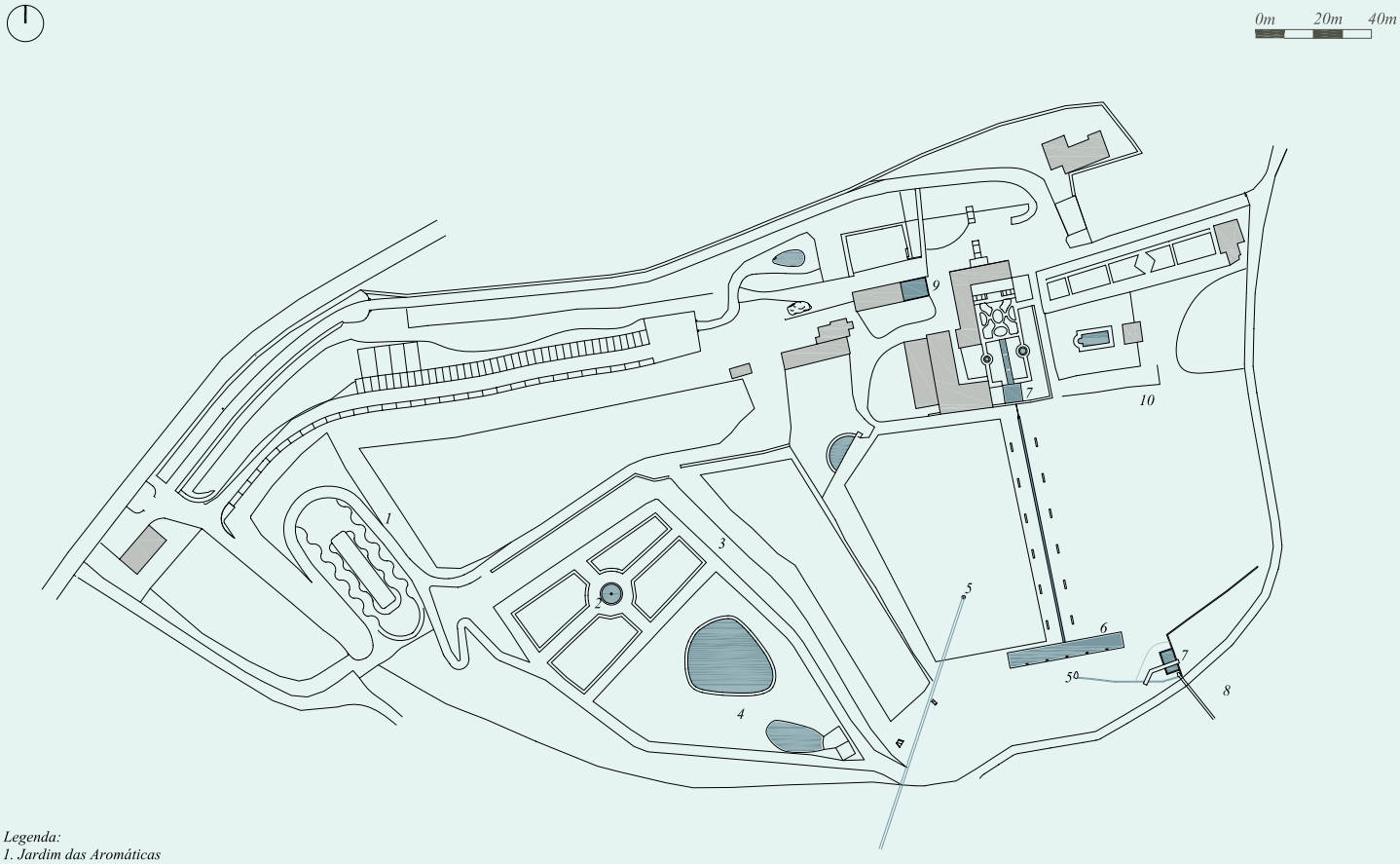
Jardim dos Lagos, 2008.

reservatório e distribuição, contribuam de uma forma positiva para a qualidade estética desta quinta e dos seus jardins.

Os materiais escolhidos para esta intervenção, como a pedra de granito, e os esteios das vinhas em granito estão ligados à história e à arquitectura da casa, rodeada de vinhas, estando desde sempre ligada à produção e comercialização de vinho verde.

Esta casa com os seus jardins renovados continuará a ser um património da cultura portuguesa de grande qualidade e atracção turística tendo beneficiado com este projecto todo o seu sistema de gestão de água, bem como grande parte dos seus caminhos de acesso, permitindo, assim uma requalificação do seu funcionamento e uma melhoria da sua imagem como património paisagístico.

[1] E. Lopes — *Lousada e as suas Freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, 2004, p. 360.
[2] M. Gayo — *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Bastos, 1989, vol. V, p. 321.
[3] Estas informações, retiradas das *Inquirições* realizadas no tempo de D. Afonso II, em 1220, são extremamente importantes para compreender alguns dos aspectos mais relevantes da Casa de Juste.
[4] A. Machado — *Os Nossos Costados*. s.l.: s.n., 1981; J. Machado — *Últimas Gerações*. Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz, 1997.
[5] A. Machado — Ob. cit., p. 160.
[6] A. Machado — Ob. cit., p. 161.
[7] C. Tente — *A Ocupação Alto-Medieval*, pp. 109 e 110.



Legenda:
1. Jardim das Aromáticas
2. Fonte
3. Roseiral
4. Jardim do Inglês
5. Minas
6. Tanque Novo
7. Tanques
8. Mata
9. Tanque do Cisne
10. Jardim de Buxo

CASA DE JUSTE

edifícios

traçado das minas de captação de água

superfícies de água

7. Jardim Botânico da Universidade de Coimbra

Teresa Chambel, Ana Luísa Soares,
Inês Pereira de Lima e Francisco Manso

História do jardim

O Jardim Botânico de Coimbra localiza-se no centro histórico da cidade, perto da universidade, numa das encostas da margem direita do rio Mondego, estruturando-se a partir de duas zonas: o jardim formal desenhado em terraços, ocupando 3 hectares, e a mata com 10 hectares, que se desenvolve ao longo da encosta.

Em 1731, a ideia de criar um jardim botânico em Coimbra partiu de Jacob de Castro Sarmento, médico português de origem judaica que, fugindo à perseguição que então se fazia aos judeus, se estabeleceu em Londres em 1721. Lutando pela introdução da verdadeira filosofia natural ou «newtoniana», em 1730 iniciou correspondência com Manuel Teles da Silva, marquês de Alegrete, secretário perpétuo da Academia Real de História, a quem propôs enviar um exemplar de cada uma das espécies disponíveis no pequeno jardim do Chelsea Physic Garden, em Londres, para a criação de um jardim botânico na Universidade de Coimbra.

Recusado o projecto, a decisão de construir um jardim botânico apenas terá seguimento com a reforma pombalina de 1772, competindo ao professor italiano Dominico Vandelli a procura de um local para a sua construção[1].

A partir dos apontamentos de Vandelli, com a colaboração de Dalla Bella sobre o local eleito, sabemos que é a William Elsden[2] que cabe traçar o desenho do jardim inicial, muito menor que o actual, o qual foi, então, enviado ao marquês de Pombal.

Menos pretensioso que o projecto inicial, os trabalhos de construção do jardim começaram em 1774. Paralelamente começou o plantio do mesmo, da responsabilidade de Júlio Mattiazzi[3], com plantas que, a mando do marquês de Pombal, foram trazidas do Jardim Botânico da Ajuda, por João Rodrigues Villar, o primeiro jardineiro do Jardim Botânico de Coimbra.

Em 1777 é traçado um plano mais modesto, representado no desenho de Júlio Mattiazzi, e apresentado à rainha D. Maria I. Nos anos que se seguem, é desenvolvido o sistema hidráulico que permitiu o abastecimento de água ao jardim[4].

As obras prolongam-se, encontrando-se concluídos, em 1790, o terrapleno inferior, o muro que separava a cerca de São Bento, o lago e a fonte centrais e o encanamento de grande parte das águas[5].

Até 1791, tendo como primeiro director o professor Dominico Vandelli, o jardim não teve, no entanto, o desenvolvimento esperado na sua componente científica, sendo Félix Avelar Brotero, entre 1791 e 1811, o grande impulsionador do Jardim Botânico de Coimbra.

PROPRIEDADE
Universidade de Coimbra
REPRESENTANTE
Helena Freitas
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XVIII
ÁREA
13 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Recuperação do sistema de canais subterrâneos e recolecção de água para a irrigação/rega automática; implementação de um sistema de rega/irrigação automático com recurso ao sistema gota-a-gota e rega local para optimização e melhoramento da gestão da água; abertura de um furo; limpeza e levantamento da Fonte de Santa Escolástica.
VALOR
52843,01 €
EQUIPA DE PROJECTO
Plano Auxiliar, Des. Arquitectura, Lda.
Arq.ª Teresa Chambel (directora)
Arq.ª Ana Luísa Soares
Eng.º Francisco Manso
Arq.ª Inês Pereira de Lima
EMPREITEIRO
Construções Castanheira & Joaquim Dryas
Forte & Gomes

Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, fonte central, 2008

Vista sobre o tabuleiro inferior, 2008.

Esta preocupação é expressa no seguinte texto retirado de Castel-Branco[6]: «(...) A quantidade das aguas do jardim da Universidade e o seu local ainda que naõ permittaõ grandes Aquários, saõ comtudo compatíveis com alguns, os quaes se bem q pequenos seraõ sufficientes. Para este fim (e ainda por causa de outras destribuições necesárias) a água do novo chafariz, que se fizer, naõ deverá ser dada em tanta quantidade ao povo como athe agora tem se feito. Dentro do Jardim é indispensável haver uma bica de água perenne (...). Para o referido fim também será necessário aproveitar para dentro do jardim toda a água que corre das bicas de ferro do chafariz nos intervallos que o povo naõ enche com ella os seus diferentes vazos, e será frustrado ahi estabelecer pias para dar de beber aos animaes porque a experiência tem mostrado que os daninhos as quebram, nem mesmo os tanques fortes porque a sua agua será todos os dias inficcionada com o sabaõ e sujidades da lavagem da roupa, athe agora toda a vigilância da policia naõ tem podido fazer evitar (...)».

O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (JBUC) é uma instituição de referência nacional e internacional, com um património histórico, científico, cultural e arquitectónico singular. Com uma área de cerca de 13 hectares, o JBUC é constituído por duas zonas distintas, a mata e o jardim clássico, correspondendo este último a cerca de um terço da área total. Necessitava de uma abordagem integrada à gestão dos recursos hídricos, garantindo a sua manutenção numa lógica de eficiência e sustentabilidade; a oportunidade surgiu com o projecto EEA Grants.
Enquanto directora do JBUC, a gestão eficiente de todo o ciclo hidrológico era a prioridade de intervenção. Estou grata a todos aqueles que me ajudaram a concretizar este objectivo. Conseguimos a auto-sustentabilidade neste domínio, poupando recursos e divulgando as boas práticas ecológicas no seio de uma ampla matriz verde urbana. Passámos de uma factura muito significativa para o orçamento do jardim para a sobrevivência, recorrendo apenas a meios próprios. Foi um dos projectos mais gratificantes que acompanhei enquanto directora do JBUC. | *Helena Freitas*

Sob a direcção de Brotero, foram concluídas também importantes obras de condução de água na zona de Celas, e fez-se a aquisição do terreno da Cerca dos Marianos, prevista desde 1774.

A obra de Brotero foi muito importante para o jardim como podemos ver documentado na sua biografia.

«(...) Brotero propõe uma distribuição da água no jardim com uma lógica de economia. Aproveitava os desníveis para repuxos e passava os excedentes de uns patamares para os outros, de forma a assegurar a rega em todas as novas áreas do jardim.

Muita desta sabedoria sobre o traçado do jardim, pensado em função de uma manutenção cuidada e económica, pode ter vindo daquilo que Brotero viu em Paris, mas a parte hidráulica leva-nos de novo a relembrar Mafra em que toda a vida das plantas no Jardim do Cerco dependia da água trazida pelo longo aqueduto da Tapada de Mafra, bem distribuída pelos tanques e socalcos do jardim (...)».

Ao jardim são acrescidas, com a extinção das ordens religiosas em 1834, as restantes cercas de São Bento e dos Carmelitas, porém a falta de meios impediu que delas se tirasse o devido proveito. Além disso, a falta de verbas e a frequente mudança de directores conduziram o Jardim Botânico de Coimbra ao abandono progressivo até 1834, altura em que diversos particulares se empenharam na doação de sementes e plantas. Entre estes doadores conta-se o rei D. Fernando II, que em 1852 oferece ao jardim botânico uma *Araucaria excelsa*, ainda rara em Portugal[7].

Na segunda metade do século XIX, regista-se nova campanha empreendedora. É nessa altura que são construídos os lances de escadas do lado sul, quase todos os reservatórios de água para regas, diversas pilastras e gradeamentos e uma estufa, belo exemplar da arquitectura do ferro, cujo projecto foi oferecido pelo engenheiro Pezerat. Foi também nesta altura que se plantou a escola medicinal.

Até 1872, o jardim proliferou com espécies vindas dos Açores e de vários países da Europa, através de doações. Na parte da cerca, deu-se início à plantação de uma colecção de videiras e frutícolas, portuguesas e estrangeiras. Júlio Henriques, director do jardim entre 1873 e 1910, melhora, nesse período, o sistema hidráulico e intensifica as permutas de plantas e sementes com os principais jardins de Portugal e de outras partes do mundo, principalmente da Europa e da Austrália, vindo a reunir-se na mata uma das maiores colecções de eucaliptos da Europa.

Porta de entrada no jardim, 2008

O século XX foi pautado por um enriquecimento botânico com plantas trazidas das colónias africanas e de explorações botânicas em Portugal. Data também desta época a construção da estufa fria e da fonte do quadrado central.

Nos últimos anos, o Jardim Botânico de Coimbra tomou um novo rumo, através da valorização e da dinamização da sua vivência, tornando-se num importante local de actividades

Mina, pormenor, 2009.

Lago da mata, 2009.

culturais e recreativas, apresentando uma colecção de espécies vegetais com interesse científico, raras ou exóticas, funcionando como um «museu vivo» com exemplares de todo o mundo.

Actualmente, apenas o jardim formal se encontra aberto ao público, encontrando-se a mata encerrada por falta de verbas para a sua manutenção e segurança.

Intervenção

No âmbito desta candidatura, de entre as inúmeras necessidades do Jardim Botânico de Coimbra foram seleccionados dois tipos de intervenção: aproveitamento das águas das minas e furo com a introdução de um sistema de rega automatizada; prospecções, levantamento e limpeza da fonte e das minas da mata.

Com vista à utilização sustentável da água no jardim o projecto abarcou três objectivos:

- redução do desperdício de água perdida por rupturas;
- redução do consumo da utilização de água da companhia[8];
- aumento da infiltração no jardim.

Recorrendo-se às novas tecnologias e integrando-as no jardim foi possível diminuir substancialmente o consumo de água do mesmo.

O resultado deste projecto prevê assim uma substancial recuperação de água através da combinação entre tradição e inovação, permitindo que o Jardim Botânico de Coimbra recupere a sua auto-suficiência do ponto de vista da utilização e optimização do recurso natural há muito perdido.

Para o trabalho de prospecção, levantamento e limpeza das fonte e minas da mata foi contratada a empresa DRYAS[9].

Localizada no limite oeste da mata do jardim botânico, sobre uma vertente virada para o Mondego, e fazendo uso dessa diferença de cota para obter um enquadramento monumental, a Fonte de Santa Escolástica — localmente conhecida por Fonte dos Três Bicos — corresponde a um conjunto arquitectónico formado por pavilhão, fonte de espaldar e espelho de água.

No início da intervenção realizada, a quase totalidade destes elementos encontrava-se coberta por vegetação, não sendo possível compreender correctamente como a zona do pavilhão se relacionava com a área do tanque, ou o desenho daquele e a sua relação com a fonte.

Efectuaram-se trabalhos de limpeza da vegetação — seguindo um princípio de intervenção mínima, como o corte de vegetação que cresceu sobre a construção ou a remoção das concreções carbonatadas que cobriam a fonte e o tanque — e de escavação arqueológica das terras que cobriam parte das construções, para poder caracterizar e cartografar o sistema de condução de água e avaliar o seu estado de preservação e potencial de plena reactivação.

Após a limpeza conseguimos ver os elementos construídos, onde, na cota superior, surge o pavilhão, de planta regular, rematado por cornija e encimado por cobertura de quatro águas de forma piramidal, que integra na parede este um nicho central e uma abertura pela qual se acede ao sistema de canalização de água.

A fachada oeste do pavilhão é integralmente ocupada por um grande arco abatido, que transforma o seu interior num pavilhão coberto, mas amplamente virado ao exterior. O pavimento, em redor do edifício, é ornamentado por espaldar de azulejos de padrão com cercadura em calçada de seixos rolados. No exterior, o pavilhão é ainda ladeado por uma escadaria em pedra, a partir da qual se acede a um patamar superior da mata, que se encontrava totalmente oculta no início da intervenção.

É a partir deste espaço exterior que se acede à plataforma inferior, por meio de duas escadarias em pedra que ladeiam o espaldar da fonte, que apresenta um nicho central que integra um óculo e alguns elementos esculpidos — pináculos, volutas e a uma vieira. A água é conduzida a partir do óculo, primeiro para um pequeno reservatório rectangular e, mais abaixo, para o tanque. O espelho de água localiza-se assim a uma cota bastante inferior relativamente ao pavilhão, junto ao nível de circulação de um caminho pouco regular, ainda activo, que acompanha o desenho do caminho na sua pendente para o portão do jardim que se encontra à cota do rio Mondego.

Em termos arquitectónicos e de implantação, o conjunto apresenta semelhanças com uma pequena capela localizada nas proximidades e na mesma vertente, designada na cartografia antiga por Fonte de São Bento. Os dois edifícios surgem, aliás, correctamente implantados nas plantas da cidade de início e de finais do século XIX — onde surge a designação de Fonte de Santa Escolástica.

Fonte de Santa Escolástica, 2010.

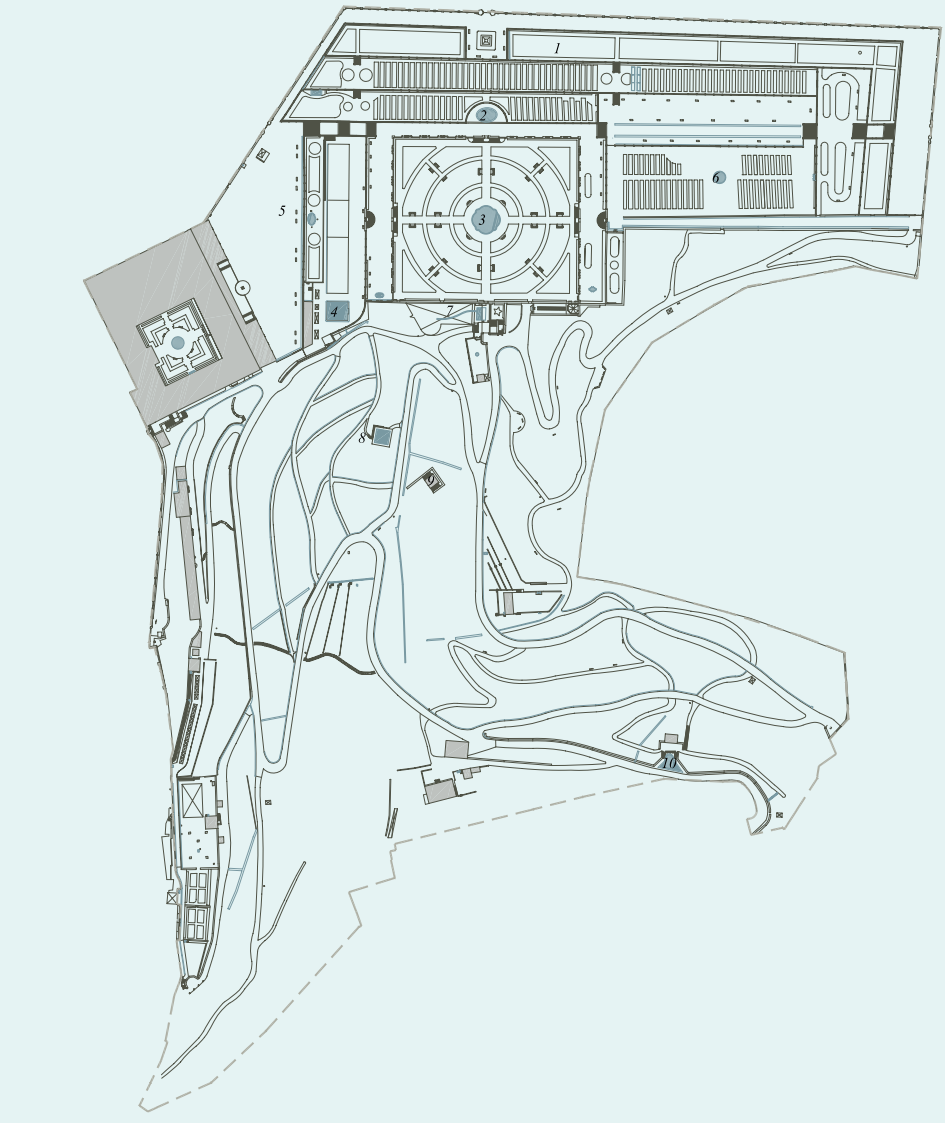
Fonte de Santa Escolástica, pormenor, 2010.

Capela de São Bento, 2010.

Fonte de Santa Escolástica, pormenor do painel de azulejos, 2010.

Considerando a localização das duas construções em terrenos da mata da antiga cerca do Colégio de São Bento, a par de algumas das suas características arquitectónicas, é provável que ambas sejam de construções anteriores à formação da mata do jardim botânico, já do século XIX. Estes edifícios integrados na cerca dos beneditinos serviriam como espaços «de estar» e de meditação, elementos cenográficos e pontos de paragem entre percursos que compõem também esta paisagem.

[1] Paiva, Jorge; Pereira, Joaquim Tomaz M., – *Um projecto (Regeitado) de Vandelli para o Jardim Botânico de Coimbra.* Lisboa: s. n., 1989. comunicação Apresentada ao Encontro sobre o Jardim Português (séculos XV a XIX), texto policopiado. p. 2.
[2]Ao coronel William Elsden tinha sido incumbida, pelo marquês de Pombal, a missão de executar os desenhos e plantas dos estabelecimentos universitários, incluindo os do jardim. Paive, Jorge; Pereira, Joaquim Tomaz M. — Ob. cit., p.3.
[3] Jardineiro que Vandelli fez vir de Pádua para o ajudar na execução do Jardim Botânico da Ajuda, para o qual veio a ser contratado como administrador e jardineiro.
[4] Jardim Botânico. *Condução de Água e Cultura de Plantas*. Arquivo da Universidade de Coimbra. IV-1ºE-11-3-12.
[5] A. J. Henriques – *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876, p. 12.
[6] *Carta a Vandelli* de F. A. Brotero, *in* A. Fernandes – «Novos dados sobre os conflitos de Brotero». Sep. do *Anuário da Sociedade Broteriana*, Coimbra, 1950, ano XVI (in C. Castel-Branco – *Félix de Avelar. Uma História Natural*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
[7] A. J. Henriques – Ob. cit., p. 37.
[8] A despesa de consumo de água da companhia para rega representava quase cerca de 1/3 do orçamento do jardim.
[9] Trabalho coordenado por Lília Basílio (empresa DRYAS).



Legenda:
1.Cisterna das escolas sitemáticas
2. Lago Júlio Henriques
3. Fonte do Quadrado Central
4. Tanque interior da estufa quente
5. Tanque da estufa grande
6. Tanque da colecção
7. Lago e Riacho da estufa fria
8. Tanque do bambusal
9. Fonte da capela de S. Bento
10. Fonte Santa Escolástica

JARDIM BOTÂNICO DE COIMBRA

limite da propriedade

edifícios

superfícies de água

estruturas de escoamento superficial

8. Quinta das Lágrimas

Cristina Castel-Branco

As qualidades naturais do lugar

A Quinta das Lágrimas fica na margem esquerda do rio Mondego, ocupando uma área de cerca de 12 hectares na frequesia de Santa Clara, em frente à colina donde Coimbra desce até ao rio. É conhecida por muitos por ter sido o lugar onde decorreu a história do amor trágico de Pedro e Inês: D. Pedro, futuro rei de Portugal, e D. Inês de Castro, dama de companhia da mulher de Pedro. Associadas a essa história encontram-se duas nascentes de água límpida que brotam do sopé da encosta sem cessar: à primeira chamaram Fonte dos Amores e à segunda Fonte das Lágrimas.

A quinta era inundada anualmente, no lado nascente, pelas cheias do Mondego, criando um cenário que se assemelhava a uma paisagem aquática, com uma casa construída numa ilha, a uma cota elevada[1], com árvores reflectidas. Os aluviões deixados pelo rio que fertilizavam os campos em redor da casa contribuiram para o valor e o encanto da Quinta das Lágrimas.

A poente, esta quinta inclui uma encosta íngreme, constituída principalmente por calcários, o que confere a este local uma abundância invulgar de água, e explica a presença das fontes e o consequente desenrolar de toda a história de Pedro e Inês. A encosta assegura a protecção contra o vento, e a flora natural que a reveste na parte exposta, a sudeste, forma uma mata de loureiros, que inclui zambujeiros, aroeiras, folhados e o correspondente substracto arbustivo, constituindo um *maquis* mediterrânico. No século XIX foram plantadas na mata espécies exóticas de grande porte, *Cedrus libani, Cedrus atlantica, Cupressus lusitanica, Cupressus arizonica, Acer pseudoplatanus*, que cresceram 30 a 40 metros acima da mata de loureiros e sobressaem vendo-se de longe, a partir da outra margem de Coimbra.

Como a água é abundante e o solo é rico, a vegetação que foi sendo plantada na parte plana, sobretudo no século XIX, cresceu muito e bem. Expressão da moda dessa época, em que o exotismo e a variedade eram levados ao seu esplendor, foi-se criando um jardim romântico por onde hoje passeamos gozando a sombra das plantas oriundas de várias zonas geográficas: *Araucaria heterophylla, Araucaria angustifolia, Araucaria bidwillii, Araucaria cunninghamii, Fagus sylvatica, Podocarpus falcatus, Liquidambar styraciflua, Magnolia grandiflora, Butia eriospatha, Cephalotaxus fortunii, Fagus sylvatica var. Purpurea, Liriodendron tulipifera, Cinnamomum camphora, Camelia japonica, Ficus macrophylla, Sequoia sempervirens, Platanus x hispanica* e *Wisteria sinensis*, que em conjunto constituem uma notável colecção de plantas raras.

PROPRIEDADE
Quinta das Lágrimas – Sociedade Imobiliária e de Construção, S.A.
REPRESENTANTE
José Miguel Júdice
DATA DE CONSTRUÇÃO
Séculos XIV, XVII, XIX e XXI
ÁREA
12 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Restauro da Fonte e Cano dos Amores (século XIV); restauro dos muros de suporte da mata (séculos XIV e XVI); reparação do tanque de prensa da azeitona e respectivos ductos (século XVII); impermeabilização dos lagos e recuperação da cascata (século XIX); drenagem do prado e construção de lago com 305 m3 para rega.
VALOR
158198,34 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.º Miguel Coelho de Sousa
EMPREITEIRO
Vibeiras
Pedro Leitão
Forte & Gomes
António Escada

Este projecto venceu o Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista, na categoria de Jardins Privados, do ano de 2008.

Coimbra, Quinta das Lágrimas, Colina de Camões, 2008.

Quinta das Lágrimas, a mata, com plantas e traçado do século XIX, com árvores de colecção como a sequóia, o plátano e o cedro do Buçaco, 2010.

Canal das Lágrimas, que alimentava a roda de água do lagar, 2008.

O jardim romântico prolongava-se ao longo do assento de lavoura e para além do canal que trazia a água da Fonte das Lágrimas. Em vários pequenos jardins ao longo do canal encontram-se espécies da flora da região ou naturalizadas nos jardins portugueses: *Chamaerops humilis*, *Prunus cerasifera var. atropurpurea*, *Crataegus monogyna*, *Citrus limon*, *Celtis australis*, *Ginkgo biloba*, *Schinus mollis*, *Sophora japonica*, *Persea americana*, *Ficus carica*, *Phoenix canariensis*, *Tilia cordata*, *Punica granatum*, *Cupressus sempervirens*.

A quinta[2] foi transformada em hotel de charme em 1995 e tem, desde então, um número anual de visitantes que ronda os cinquenta mil, pelo que o restauro do seu jardim exigiu uma abordagem muito cuidada, por se tratar de um local com uma história de dimensão universal, referido em documentos que vêm desde o século XIV, e que mencionam estruturas existentes, ainda hoje visíveis, que foram sendo preservadas na sua autenticidade e na sua integridade. O projecto de restauro foi por isso precedido por dois anos de pesquisa e prospecções no terreno, ainda antes da submissão ao projecto EEA Grants.

Um retrato histórico desde o século XIV

Designada, em documentos dos inícios de 1300, por Quinta do Pombal, talvez devido ao pombal ainda existente, os terrenos que hoje formam a Quinta das Lágrimas eram propriedade de uma ordem monástica apoiada pelo rei D. Afonso Henriques, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, cujo mosteiro, de Santa Cruz, se situava no outro lado do rio Mondego, em Coimbra.

A quinta situava-se 500 metros a sul de um outro convento, construído em 1314, que a rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis, decide aumentar e passar para a regra feminina de São Francisco. O primeiro registo histórico conhecido deste local data de 1326, quando a rainha ordena a construção de um canal para a recolha da água de duas nascentes naturais localizadas na referida Quinta do Pombal, necessária ao abastecimento do seu Mosteiro de Santa Clara, que se situava nas proximidades: «(...) Item pede a dita senhora Raynha aerra hu nascem essas duas fontes e por que possa levar esta água livremente ao dito seu mosteiro de St.ª Clarae hua braça de terra a redor das ditas fontes e d ancho per o cano per o qual ha de hir a dita agua ao dito mosteiro de St.ª Clara

hum covado de terra de cada parte e juntado com o ditto cano com todollos seus direitos, per que se possa servir e adubar e de mais cumprir hir vir e estar (...). desta seja contente a dita senhora Raynha. 26 de Junho de 1326 (...)»[3].

O referido canal, denominado «dos amores» ainda antes de D. Inês de Castro, e que hoje vemos na quinta, corresponde exactamente a esta descrição: a água brota de duas nascentes subterrâneas que vazam para um canal em mina, cuja entrada, em pedra talhada em arco gótico autêntico e robusto, se encontra atrás de um muro; a água reaparece na base do muro e corre por um canal em pedra até quebrar e descer para o Cano dos Amores. É esta a famosa Fonte dos Amores, assim chamada desde o século XIV, quando a rainha Santa Isabel, avó de D. Pedro, no documento atrás referido, pede um côvado de terra de cada lado do cano para «(...) se servir e adubar e demais cumprir, hir, vir e estar (...)». Não surpreende o nome atribuído a este local escondido e ameno, Fonte dos Amores, com a água e a vegetação que espontaneamente a ela se associam. Protegida dos ventos e dos olhares, a fonte confirma a lenda que conta que ali se encontravam em segredo D. Pedro e D. Inês.

O rei D. Afonso IV, filho da rainha D. Isabel e pai de Pedro, proíbe o filho de ver Inês e os dois decidem instalar-se no paço que fora da avó Isabel, junto ao Convento de Santa Clara. Os amores continuaram e o rei manda matar Inês em Janeiro de 1355. Inicia-se então a história trágica deste local. Revela-se então a dimensão da paixão de Pedro, que, enraivecido, entra em guerra contra o pai e cinco anos depois, logo que é coroado rei, manda matar os assassinos de Inês e fazer a transladação do seu corpo, de Coimbra para Alcobaça, coroando-a rainha de Portugal.

Fonte dos Amores, 2010.

Mosteiro de Alcobaça, rosácea do túmulo de D. Pedro, representação de D. Inês sentada ao lado de uma fonte junto da inscrição «Até ao fim do Mundo», fotografia de Cristina Castel-Branco, 2005.

Chamando os melhores escultores, Pedro mandou construir em Alcobaça um túmulo para Inês e outro para si, no qual grava as palavras que passaram a ser um símbolo de amor eterno, cinzeladas em pedra: «Até ao fim do mundo». E assim Inês se tornou rainha, depois de morta. No âmbito da pesquisa para o restauro do jardim, a rosácea esculpida no túmulo de D. Pedro mereceu uma análise cuidada. É composta por cenas da vida conjugal de Inês e Pedro, a lerem juntos, acariciando-se, vendo-se, numa das cenas, Inês com uma criança ao colo, perto de uma fonte muito semelhante à Fonte dos Amores. Esta comparação, e a possibilidade de a fonte ser a mesma, acresce valor ao jardim, levando-me a trabalhar ainda com mais cuidado os termos do restauro.

Ao longo de séculos, cada um dos meus antepassados tentou preservar o espaço mágico da Quinta das Lágrimas. Por vezes, foi possível melhorar um pouco o legado. Outras vezes, apenas se tentou evitar a degradação. Sempre se aumentou a responsabilidade da geração seguinte.

Em 1989 iniciei o processo de aquisição da quinta aos meus primos, que não quiseram ou não puderam ficar para a nova fase. Desde então tenho vivido em boa medida para deixar aos meus filhos e netos uma Quinta das Lágrimas mais bonita, mais ecologicamente sustentada, mais respeitadora dos valores históricos e culturais que a definem desde o século XIV.

O projecto EEA Grants foi uma peça-chave nesse objectivo. Melhor que eu, Cristina Castel-Branco enquanto presidente da APJSH explica neste livro a razão da minha gratidão a todos os que tornaram possível o milagre. Creio que nunca em sete séculos de história este mítico e histórico espaço esteve tão perfeito.

Que mais podiam esperar os jardins, que suspensos estiveram ao longo dos tempos desta recuperação definitiva? Como poderia em palavras revelar a alegria que nos enche a alma? | José Miguel Alarcão Júdice

A história do amor de Pedro e Inês inspirou várias gerações de poetas, pintores e dramaturgos, dando origem a títulos famosos, como *A Castro*, de António Ferreira[4], *Os Lusíadas*, de Camões, *La Reine Morte*, de Henri de Montherlant, e a centenas de obras compiladas por Adrien Roig, com o título *Inesiana*[5], um trabalho sério e volumoso, que inclui as obras existentes sobre o tema.

No século XVI, Camões canta n'*Os Lusíadas*, a paixão de Inês e Pedro e descreve este lugar que terá ido visitar. A partir destes versos, em que Camões anima a fonte de vida própria e põe-na a chorar pela perda de Inês, acentua-se a nostalgia do lugar e a segunda fonte da Quinta do Pombal toma o nome de «Quinta das Lágrimas»:

«(...) O nome e fama que inda dura
Dos amores de Ignes que ali pasarão
Vede que fresca fonte rega as flores
Que lágrimas são água, e o nome amores (...)».

Esta imagem, transmitida através da associação da água da fonte com as lágrimas do lamento chorado pelas filhas do Mondego, forças da natureza que sofrem a perda de um amor imenso, foi adoptada para o local, que, a partir do século XVI, passou a designar-se Quinta das Lágrimas.

Nos documentos consultados no Arquivo da Universidade de Coimbra começam a surgir, no início do século XVII, referências à construção dos muros e do tanque, e à água de um canal, com origem na Fonte das Lágrimas, que, em conjunto com outro canal mais pequeno, enchiam o grande tanque. Daqui partia um canal (quase um aqueduto no cimo de um muro), cuja água accionava uma roda, garantindo, por sua vez, o funcionamento de um grande lagar de azeite. Para além de accionar o sistema de moagem, o canal superior abastecia igualmente a casa, tendo este sistema funcionado até meados do século XX. Tal como no passado, a água sai do tanque a dois níveis: no topo do muro e ao nível do chão. O lagar foi demolido, mas mantiveram-se as mós, o chão onde ficaram as tulhas e o muro de encaixe da roda, assim como um tanque de lavar.

O grande tanque, peça fundamental da Quinta das Lágrimas, constitui um verdadeiro reservatório de água de 2380 m^3, onde se armazena a água das duas fontes, existindo referências ao mesmo quando a quinta pertencia ao «(...) Dr. Rui Lopez da Veiga, Professor de Direito na Universidade de Coimbra, que viveu na quinta com o seu filho, por volta de 1600, numa época em que o soberano de Portugal era o Rei espanhol Filipe II. Foram feitos então vários melhoramentos: construíram-se muros em redor da quinta, uma casa senhorial com uma capela e uma pequena barragem para um moinho de água (...)»[6]. A sua grande dimensão tornaria previsível a existência de ornamentos, casa de fresco e azulejos,

à semelhança dos lagos de influência indiana, mas infelizmente já não pulsava o esplendor das Descobertas e a cultura portuguesa reduzira o seu impulso ao estritamente necessário. O tanque abastecia, em paralelo, um riacho natural que conduz a água para os terrenos, e desagua depois no rio Mondego.

A Quinta das Lágrimas no século XVIII e início do século XIX

Coimbra encantou vários viajantes, entre os quais Link, cientista que acompanhou a expedição botânica do conde de Hoffmannsegg, na sua qualidade de curador do Jardim Botânico de Berlim, e registou a paisagem de Coimbra, começando por descrever rigorosamente o vale do Mondego, as estruturas geológicas, e exaltando depois a beleza das fontes e os jardins da Quinta das Lágrimas.

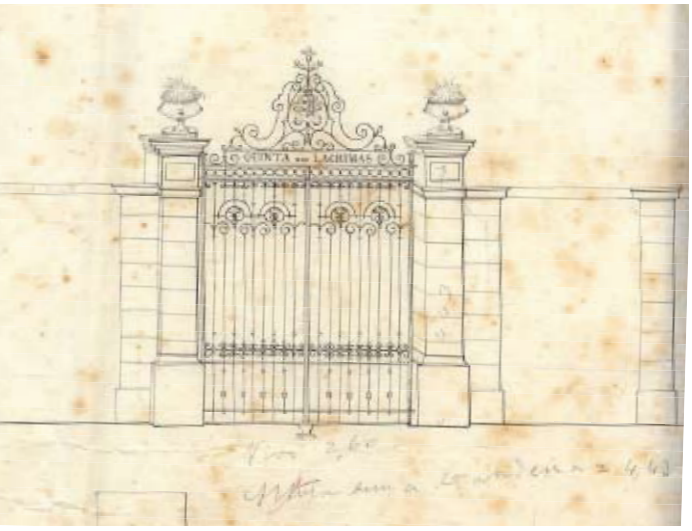
Foram também registadas para a posteridade as memórias da visita do duque de Wellington a D. António Osório Cabral, o proprietário da Quinta das Lágrimas e seu ajudante de campo durante as Guerras Peninsulares. Wellington terá plantado as duas *Sequoias sempervirens* perto do Canal do Lagar, recomendando também que uma placa com o poema de Camões fosse colocada perto da Fonte das Lágrimas, tal como se fazia nos jardins paisagistas ingleses, intelectualizando os sítios através de referências a outras expressões artísticas e conferindo maior significado ao conjunto.

Durante o século XIX fizeram-se vários melhoramentos na casa e foi concebido um jardim romântico com ribeiros e cascatas próprios do estilo e uma colecção de árvores que muito ajudam à frescura e sombra em redor da casa. No tombo da família existe um projecto que mostra a abertura do novo eixo de acesso ao palácio com uma nova escadaria de entrada, o novo portão e pormenores de execução.

O jardim romântico do século XIX envolve o palácio a norte, poente e nascente. Nele foi desenhado um curso de água, com início numa cascata de pedra

Jardim romântico e lago serpenteante do século XIX, 2010.

Lago novo, reserva de rega do anfiteatro e parte da bacia de amortecimento de cheias, 2008.



Projecto para o portão da nova entrada da quinta, desenho anónimo, cerca de 1860.

Recuperação de muros de pedra solta da mata, 2008.

irregular que cai sobre um lago, que serpenteia o jardim ao nível dos pavimentos. Um bambusal plantado nessa altura cresceu e alastrou pelas margens do lago. Nos outros canteiros de traça irregular foram plantadas árvores, passando o revestimento a ser de plantas de sombra e as árvores cresceram em altura, criando simultaneamente um raizame que rebentou as paredes dos lagos. A água perdia-se e as bordas do lago transbordava em argamassas cinzentas desfeando o jardim. Num dos canteiros havia também uma pérgola em forma de casa, sobre a qual crescia, em profusão de ramos e cachos violeta, uma glicínia.

Junto à Fonte dos Amores, por detrás de um dos muros, a mina do século XIV que alimentava o Cano dos Amores saía por um arco gótico de pedras toscas e num gesto de puro romantismo, Miguel Osório Cabral de Castro, par do reino e então dono da quinta, manda abrir no muro uma janela dupla e um arco neogótico. Notável é a proximidade destes dois elementos, separados por quinhentos anos, mas com o mesmo estilo (e neo-estilo), situação rara na história da arte de jardins, imprimindo assim espontaneamente a este jardim o valor da continuidade e da longevidade marcadas por uma robusta autenticidade.

O projecto: análise, síntese e proposta

O cliente, a Fundação Inês de Castro, tinha intenções claras: encontrar uma solução para o problemas das cheias e concluir a recuperação dos jardins e da mata da Quinta das Lágrimas, sob sua tutela, respeitando o espírito do lugar e dos seus elementos.

Dois anos de pesquisa e documentação[7] recolhida permitiram identificar quatro áreas que correspondem a quatro períodos da história, durante os quais houve investimento nos jardins: Idade Média, século XVII, século XIX e final do século XX, com diferentes características. O restauro pretendeu reforçar a identidade de cada um destes períodos através da criação coerente de espaços distintos. Estabeleci, com o acordo dos proprietários, o seguinte programa de restauro para o jardim:

1. **Jardim medieval:** restauro das paredes dos canais de água com argamassas impermeáveis, após análise em laboratório das argamassas existentes, incluindo a impermeabilização interior das paredes até meia altura (evitando que as argamassas fossem visíveis) e o restauro dos muros do Cano dos Amores, deixando a parte exterior consolidada, mas sem argamassas novas.

2. **Intervenção do século XVII:** limpeza da mata, reconstrução dos muros de pedra solta, drenando-os de modo a poderem ser vistos com o seu aspecto original, e recuperação de caminhos e escadas.

As pinturas da época mostravam um arco e uma abertura de luz na mata, por cima da Fonte das Lágrimas e, de facto, as primeiras limpezas revelaram um traçado, desenhado no século XIX, de caminhos e estadias de inspiração paisagista, também presente nos efeitos de vistas obtidos a partir dos terraços localizados nos pontos mais altos.

No âmbito da intervenção, foram reconstruídos os muros com origem no tanque do século XVII, os muros que sustentavam os patamares, bem como os dois muros mais cimeiros, que terminam em terraços planos, e reparados os caminhos e degraus para acesso dos visitantes aos pontos mais altos da quinta. Procedeu-se, igualmente, à limpeza do ribeiro que corre ao longo do prado.

3. Jardim romântico: recuperação dos lagos do jardim romântico do século XIX, solução que passou pela renovação e impermeabilização dos lagos irregulares e das fontes que os alimentam.

O restauro dos lagos incluiu: a cirurgia de árvores e podas radiculares para reduzir os estragos; a recuperação da cascata, que cobria toda a superfície do lago, por aumento do volume da pedra, que «crescera» em concressões calcárias, tendo-se procedido à sua remoção; a impermeabilização com argamassas discretas, em virtude das fissuras existentes no fundo e da perda de água pelas paredes, tendo nestas sido utilizada uma tela rematada por pedras irregulares e construída uma barragem revestida a pedra para assegurar o nível da água acima da tela e ao nível do chão.

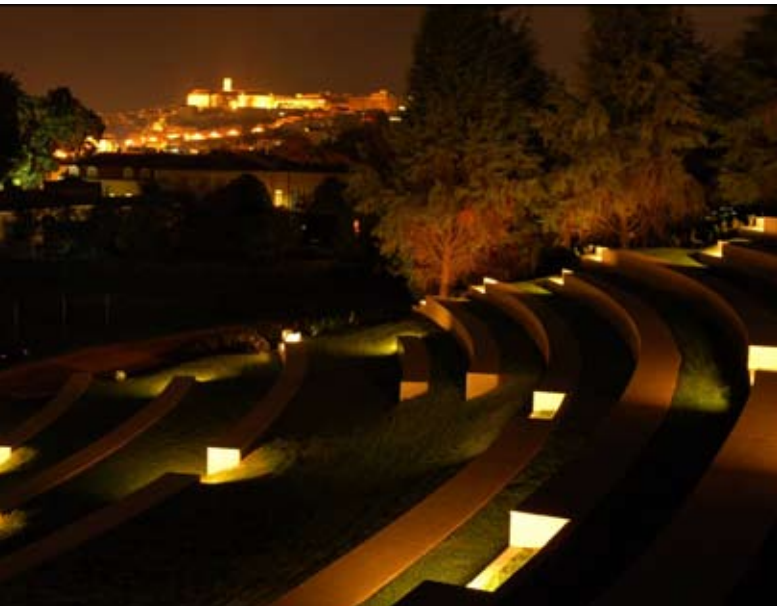
4. Jardim contemporâneo: drenagem e armazenamento da área a jusante do Tanque das Lágrimas para evitar inundações no edifício novo do SPA, datado de 2004 e, paralelamente a esta intervenção, a construção de um anfiteatro em relva, baptizado de Colina de Camões, projecto este já não integrado no programa EEA Grants, mas completando-o com uma obra contemporânea. A intervenção, financiada pelo EEA Grants e pela Fundação Inês de Castro, juntou num único projecto duas vontades[8].

O projecto de drenagem e armazenamento foi desenhado tendo presente as características do local, com tudo o que este oferecia e condicionava, sendo composto pela criação de uma bacia de amortecimento das águas das cheias de

Situação da colina artificial com revestimento de árvores, com cerca de dez anos, 2006.

Evolução da obra em curso, 2009.

Obra concluída, 2009.



Colina de Camões, anfiteatro no Festival das Artes, com o lago a funcionar como espelho de água para a orquestra, fotografia de Cristina Castel-Branco, 2010.

Vista sobre Coimbra, a partir do anfiteatro, fotografia de Rui Paulo Cunha, 2009.

Inverno e pela construção da Colina de Camões, um anfiteatro ao ar livre.

A engenharia hidráulica, imprescindível neste projecto, foi ponderada e calculada juntamente com o engenheiro Jorge Fróis[9] e a discussão centrou-se sobretudo na forma de manter a segurança de uma massa de água vinda de uma bacia muito inclinada (podendo atingir 3000 m^3) e, simultaneamente, preservar a beleza, assegurar a amenidade e o conforto junto à Fonte das Lágrimas, tirando partido das duas sequóias, aí plantadas por volta de 1810 (e já com mais de 40 metros de altura), e respeitando o antigo Canal das Lágrimas, deixando nele correr a água, como há quatro séculos. A proposta consistiu na formação de uma bacia de recolha das águas, tendo sido criada uma barragem de 1,20 metros de altura, atrás da qual as águas passaram a acumular-se, descarregando, lentamente, em dois canais: o das Lágrimas, a céu aberto, e uma manilha subterrânea, de grande diâmetro, que foi colocada e permite a recolha de águas pluviais excedentárias do lado sul da quinta. Não descurando uma preocupação estética, propôs-se uma modelação suave, no centro da qual foi desenhado um grande lago redondo, com 18 metros de diâmetro, rematado a pedra grossa como a do lago seiscentista das Lágrimas.

Enchendo-se por gravidade com água da nascente milenar das Lágrimas, permitia uma nova reserva de água, cumprindo a intenção do EEA Grants: captar a água local e torná-la disponível para rega e para efeitos estéticos. Esta água serve para regar toda a relva do anfiteatro, retornando, por gravidade, ao canal do lagar, seguindo depois para o Mondego. Ecologicamente nada se perde, esteticamente muito se ganha.

O projecto da Colina de Camões visava responder a uma missão da Fundação Inês de Castro: divulgar a paixão de Pedro e Inês, um tema explorado por muitos artistas, ao longo dos séculos, em concertos, óperas, peças de teatro, pintura, filmes e poesia. Propôs-se, então, criar um grande anfiteatro ao ar livre onde se pudesse ouvir música no Verão, com bons intérpretes e compositores, num cenário de árvores, água e prado, conjugando o gosto pela música e pela natureza.

Assim uma plateia de inclinação suave, junto ao lago, vai-se transformando num balcão de bancadas dispersas e intensificando-se em quatro linhas finais seguidas, como numa

Colina de Camões, o traçado do anfiteatro em bancadas desencontradas e com o centro no lago redondo, 2009.

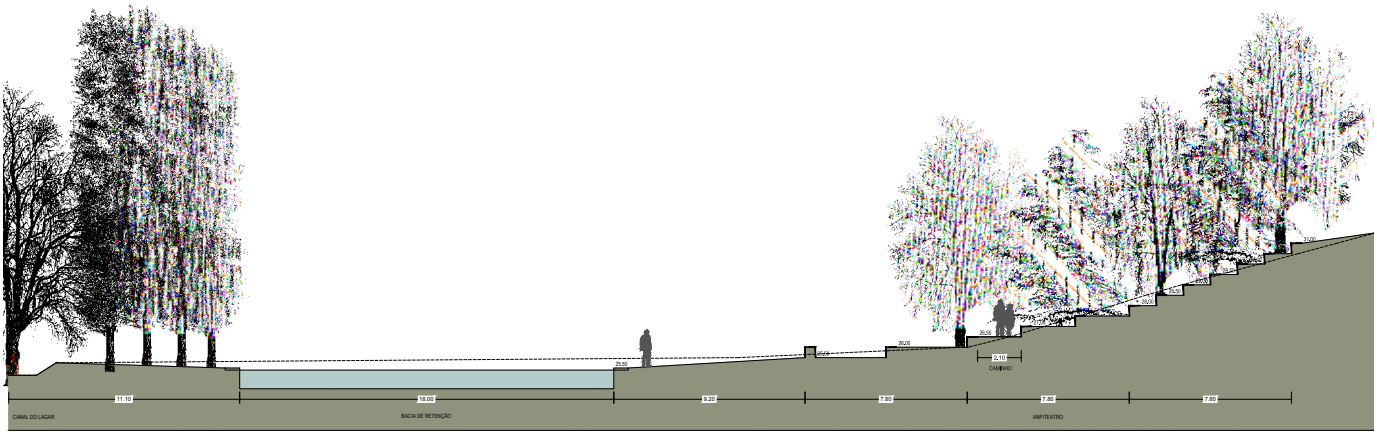
sala de cinema, terminando, no topo, num relvado, em domínio completo da paisagem. As bancadas definem arcos e contrastam no relvado, quer pela cor branca da pedra, quer pela sombra sobre a relva, conjugando-se em ângulos sempre diferentes devido ao movimento do sol. É a aplicação do princípio da *land art*: manifestar claramente numa intenção estética a presença dos processos naturais.

A topografia do local é hoje muito particular: a encosta, coberta pela mata de loureiros, ponteada de cedros Atlântica e do Líbano, olaias e cedros do Buçaco, ergue-se até cerca de 80 metros acima da fonte, criando um cenário verde-escuro, denso, que serve de pano de fundo ao palco do anfiteatro. Para se poder financiar as obras do hotel, parte da quinta foi vendida e uma colina artificial, com cerca de 20 metros de altura, cria a separação da propriedade vizinha, obtendo-se a partir dela vistas privilegiadas para Coimbra. Finalmente, a água, nascente permanente da Fonte das Lágrimas, caracteriza este lugar como nenhum outro elemento, que beneficia ainda da vista para Coimbra e para o seu monte sagrado, simultaneamente tão longe e tão perto.

Procurou-se que o anfiteatro fosse uma peça do jardim, nele integrado, com beleza própria, mesmo em silêncio e sem gente, evitando o efeito de uma densa parede de bancadas, normalmente em betão, sempre vazias, com um palco expectante. Por isso as bancadas foram montadas em estacaria e intervaladas de faixas de relva que mantêm o solo permeável. Quando há espectáculos, o anfiteatro anima-se com palcos, artistas e público, no momento em que a música e o jardim se entrelaçam.

Nesta fase final do restauro, era necessário interligar todas as áreas e definir a rede de acessos para os turistas e os acontecimentos que devem animar esta paisagem. A Quinta das Lágrimas é um lugar autêntico e real, onde o amor, as lágrimas e a Natureza assumiram

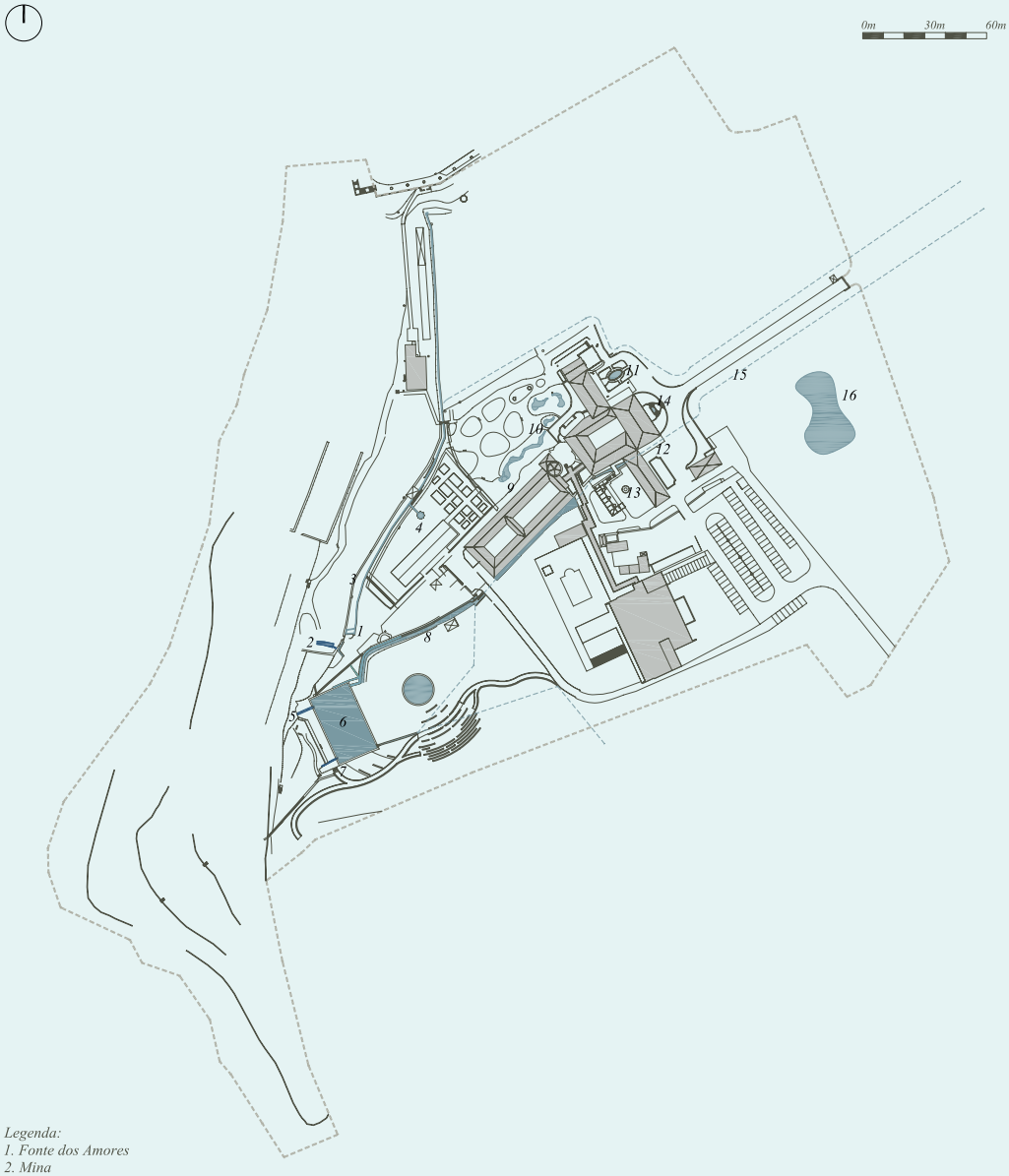
proporções intemporais de peça de arte paisagística. Auguste Rodin escreveu: «Uma arte com vida não reproduz o passado, continua-o»[10]. Realmente, uma arte com vida não pode bastar-se com a fácil solução de reproduzir o passado, deve homenageá-lo com a contemporaneidade. O anfiteatro fechou assim um ciclo de sete séculos de jardins. Era essa a vontade. Foi esta a intenção.



Colina de Camões, o anfiteatro como escultura, *land art* de pedra, relva e água, onde a sombra vai mudando a cada momento, 2008.

Colina de Camões, corte das bancadas,lago e sequóias, desenho de Miguel Coelho de Sousa, 2008.

[1] Para evitar a inundação, tal como se pode observar nos documentos antigos do tombo da família, que mostram muros altos a sustentar as imediações do edifício.
[2] As partes mais relevantes da Quinta das Lágrimas foram classificadas, pelo Decreto-Lei de 29 de Setembro de 1977, n.º 129/77 (IDR n.º226-I Série), como Património Edificado com Interesse Cultural da região de Coimbra.
[3] 26 de Junho de 1326, citado *in* António de Vasconcellos — *Inês de Castro*. Porto: Marques Abreu, 1928.
[4] António Ferreira — *A Castro*. Coimbra: Ed. França Amado, 1912.
[5] Adrien Roig — *Inesiana ou a Bibliografia Geral sobre Inês de Castro*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1986.
[6] António de Vasconcellos — Ob. cit. p. 149.
[7] Em simultâneo com o trabalho de pesquisa e identificação destas acções imediatas, os alunos de História da Arte de Jardins II da licenciatura em Arquitectura Paisagista, do Instituto Superior de Agronomia, Carla Santos, Edna Dias, Ricardo Santos, Sandra Nunes, Tiago Teixeira, Viviana Rodrigues, executaram o levantamento de peças construídas, e da vegetação, e com o apoio da Dra. Assunção Júdice, a qual fizera a compilação de dados históricos do arquivo da Quinta das Lágrimas e foi da maior utilidade para a recolha de dados.
[8] Depois do traçado que desenhei para as bancadas, seguiram-se nove meses de intenso trabalho, em conjunto com o arquitecto Miguel Coelho de Sousa, com o apoio precioso da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos, que havia candidatado o sistema hidráulico da Quinta das Lágrimas ao projecto *Recuperação de Estruturas Hidráulicas, Muros e Pavimentos em Jardins*, no âmbito do Programa EEA Grants. Transferiram-se as ideias para o desenho (anteprojecto e projecto de execução, com apertada data de limite de entrega de obra), seleccionou-se o empreiteiro — a empresa Vibeiras — e entrou-se em obra por cinco meses.
[9] Da empresa Campo D'Água, que assumiu a engenharia hidráulica do projecto.
[10] Auguste Rodin: *Un art qui a de la vie ne reproduit pas le passé; il le continue.*



Legenda:
1. Fonte dos Amores
2. Mina
3. Cano dos Amores
4. Taça Medieval e Repucho
5. Fonte das Lágrimas
6. Tanque das Lágrimas
7. Canal do Plátano
8. Canal das Lágrimas
9. Taça Medieval e Repucho
10. Lagos Românticos
11. Lago dos Arcadas
12. Bica
13. Lagar
14. Fonte do Leão
15. Riacho
16. Lago do Golfe

QUINTA DAS LÁGRIMAS

limite da propriedade

edifícios

nascentes naturais

superfícies de água

estruturas de escoamento superficial

estruturas de escoamento subterrâneo

9. Quinta das Machadas

Cristina Castel-Branco, Maria Matos Silva e Raquel Carvalho

História da propriedade e situação actual

A Quinta das Machadas de Cima, em Setúbal, foi adquirida à Ordem de Santiago, por volta de 1760, por Jacob Friederich Torlade, cônsul da Liga Hanseática na cidade[1]. Por sucessão, a quinta passou para a sua filha Ana João Torlade que, em 1784, casou com Carlos O´Neill (elemento de uma antiga linhagem irlandesa), proprietário da Quinta da Várzea de D. Teresa, que confinava com esta propriedade. Com o casamento, a quinta pertencente a Carlos O´Neill foi anexada à Quinta das Machadas de Cima, passando a designar-se Quinta das Machadas de Baixo. Ambas as quintas formavam então uma única propriedade com cerca de 18 hectares.

No século XVIII, Setúbal tornara-se uma cidade cosmopolita, de grande poder económico, como se pôde observar pela sua rápida reconstrução após o terramoto de 1755, «apesar de arrasada, estava restituída após 10 anos»[2]. Na génese do seu desenvolvimento económico estava um comércio florescente, nomeadamente do sal e dos citrinos, havendo vários interpostos comerciais nórdicos presentes na cidade: «As nacionalidades mais representadas eram holandeses, alemães, ingleses e escandinavos»[3].

A literatura de viagem dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente os diários de viagem de Carl Israel Ruders e Hans Christian Andersen, resumidos em estudos sobre as quintas envolventes de Setúbal, apresenta-nos o panorama da cidade à época[4]. Hans Christian Andersen, amigo da família O'Neill, permaneceu durante o Verão de 1866 na Quinta dos Bonecos, igualmente pertencente a Carlos O'Neill e que se localizava muito perto da Quinta das Machadas. De acordo com as suas palavras, os extensos laranjais de Setúbal dominavam a paisagem: «Em breve temos em nossa frente Setúbal, a St. Ybes dos Ingleses, onde laranjais, seguindo-se uns aos outros, cobrem todo o vale entre Palmela, S. Luís e a Serra da Arrábida, para os lados do oceano»[5].

Juntamente com a Quinta de São Romão, a Quinta das Machadas de Cima constitui «a primeira fonte de produção de citrinos destinados (…) a exportação para as cidades Hanseáticas no mar Báltico»[6]. Pela análise de uma planta do século XIX da Quinta das Machadas, existente no arquivo histórico do proprietário, verifica-se que a produção de laranjas ocupava mais de metade da exploração, dispondo-se em talhões que formavam uma quadrícula no terreno, cortados por caminhos ornamentados por bancos, pérgulas e regadeiras levantadas. O olival, com menos expressão que as laranjeiras e em proporções menores, os sobreiros, a vinha, o pinhal e as hortas compunham a restante exploração. As zonas residenciais originais eram duas, correspondentes às duas quintas (Machadas de

PROPRIEDADE
Hugo O'Neill
REPRESENTANTE
Hugo O'Neill
DATA DE CONSTRUÇÃO
Século XVIII
ÁREA
5,5 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Restauro das condutas do aqueduto e duas noras; reparação dos canais, tanques, fontes e recuperação da água para o sistema automático de rega, bem como pérgolas, bancos e elementos construídos.
VALOR
84748,50 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Maria Matos Silva
Arq.ª Raquel Carvalho
TRABALHOS DE PROSPECÇÃO
EJR – Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.
EMPREITEIRO
Chão Bom, Jardins e Espaços Verdes Projectos e Manutenção, Lda.

Setúbal, Quinta das Machadas, base da estátua de Thor com os repuxos restaurados, 2010.

Cima e Machadas de Baixo), existindo também, na Quinta das Machadas de Cima, a habitação dos caseiros, pombais, estábulos e outros anexos do assento da lavoura. A fonte e o lago barroco faziam igualmente parte desta quinta, que, em 1825, teve como hóspede D. João VI, como se pode ler na lápide evocativa do acontecimento, que encima um portão que dá acesso ao jardim, a poente. Os espaços de lazer e de produção misturavam-se para além do jardim de buxo e do lago, este situado junto à casa da Quinta das Machadas de Cima.

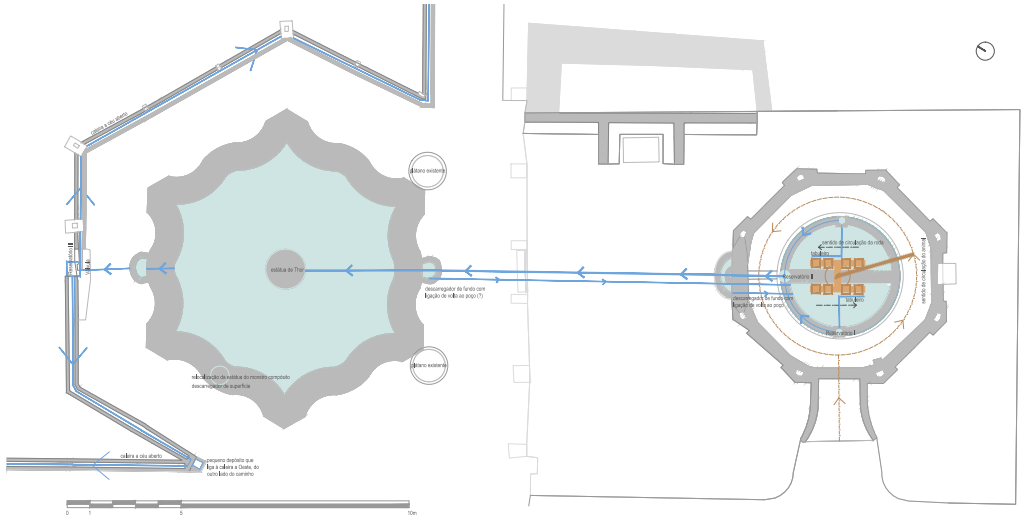
Depois de Carlos O'Neill, as quintas passaram para ramos diferentes da família até que, por volta de 1860, Jorge O'Neill as reuniu de novo. Mais tarde, Hugo O'Neill mandou ampliar a casa da Quinta das Machadas de Cima.

Em 1980, a propriedade foi novamente dividida, pelos netos de Hugo O'Neill, em Quinta das Machadas de Cima (com cerca de 5.5 hectares), da qual nos ocuparemos, e Quinta das Machadas de Baixo, e com a divisão a produção de citrinos foi, então, substituída nalguns talhões por hortícolas, viveiros para venda comercial e pomar de nogueiras, deixando outros talhões sem ocupação.

Sistemas originais de recolha, armazenamento e distribuição de água. Prospecções

A Quinta das Machadas de Cima situa-se numa zona plana, resultado das sucessivas transgressões e regressões do mar que modelaram a paisagem no sopé da serra. Os terrenos férteis são maioritariamente aluvionares, resultantes do antigo braço de mar que chegava quase até à Baixa de Palmela.

Este enquadramento geomorfológico permite-nos perceber a origem das águas das Machadas, as quais provêm, maioritariamente, de inúmeros poços que captam as águas



Planta das ligações hidráulicas: poço, Fonte de Embrechados, Tanque de Thor, caleiras (desenho elaborado por Raquel Carvalho, durante os trabalhos de prospecção), 2009.

Planta da Quinta das Machadas, pertencente ao Exmo. Sr. Jorge O'Neill, autor anónimo, século XIX, na qual se identificam o aqueduto e as duas noras agora restauradas.

subterrâneas dos aquíferos aluvionares, unidades hidrogeológicas semipermeáveis que permitem armazenar e fazer circular a água subterraneamente, e que, nesta região, se encontram a poucos metros de profundidade[7]. Dos oito poços existentes, quatro situam-se na Quinta das Machadas de Cima, e dois destes estão ainda activos (poços da antiga nora mourisca e da nora do aqueduto) e dois inactivos (um dos quais, localizado na zona este da propriedade, embora já não seja utilizado ainda tem água). A água era recolhida dos poços através de noras movidas por força animal, destas foram estudadas quatro, que apresentavam o sistema de elevação da água quase completo.

Segundo a *Carta de Veneza*[8], as técnicas de restauro e conservação devem basear-se no respeito pelos materiais originais e em documentos autênticos. Por esta razão, foi feito um trabalho de prospecção pela empresa EJR — Sociedade Técnica de Projectos e Construções, que procurou não só registar os materiais existentes e o seu estado de conservação, como também esclarecer sobre o original funcionamento da estrutura, neste caso do sistema hidráulico[9]. *In loco*, e em conjunto com a equipa projectista ACB-Arquitectura Paisagista[10], foram testadas várias hipóteses de sistemas de circulação de água, que permitiram obter sólidas conclusões e apresentar uma proposta de restauro que respeitasse os princípios das cartas internacionais.

De entre os sistemas hidráulicos estudados, o mais complexo e interessante é o do poço da nora mourisca, fonte de embrechados e Tanque de Thor, não só pela engenharia do sistema de adução e de condução de água, como pelo ornamento utilizado nas estruturas. No poço que abastece o Tanque de Thor já nada resta do sistema original de extracção de água, a Fonte de Embrechados não estava em funcionamento e a água, que originalmente circulava por gravidade em todo o sistema, era directamente bombeada do poço para o tanque.

Através das prospecções efectuadas foi possível perceber, pelas estruturas de condução da água, pela plataforma do poço e pela disposição dos pilares, que outrora existiria uma nora mourisca de eixo vertical[11], provavelmente anterior à aquisição da propriedade por Jacob Friederich Torlade, em 1760. Um dos esteios em redor do poço, em pedra, que fazia parte de um conjunto que suportava uma pérgula, encontrava-se partido, e os varões metálicos deste conjunto haviam desaparecido. Foram ainda identificadas diversas intervenções, provavelmente efectuadas ao longo dos tempos, que levaram à descaracterização

Fonte de Embrechados, 2010.

Poço e nora do aqueduto antes e depois da intervenção, 2008 e 2010.

deste conjunto, nomeadamente a colocação de um depósito em fibrocimento e respectiva canalização, e a utilização de uma electrobomba colocada na bordadura do poço.

No rebordo do poço existem três receptáculos para a água, em pedra calcária. Após a limpeza do entulho e a desobstrução das estruturas verificou-se que dois destes receptáculos são iguais, e encontram-se dispostos simetricamente sobre a borda do poço para receberem a água despejada por alcatruzes de duas rodas de águas. Cada um deles alimenta uma caleira, encastrada no rebordo do tanque, que conduz a água para o terceiro receptáculo alinhado com a parede da Fonte dos Embrechados. Este último recebe as águas das duas caleiras, armazena e distribui para diferentes canalizações de chumbo, que alimentam as outras estruturas do sistema hidráulico, incluindo a Fonte dos Embrechados e o Tanque de Thor. É, igualmente, neste reservatório que se acciona o funcionamento dos esguichos da estátua do Tanque de Thor (logo que a água no reservatório atinge uma altura de 10 centímetros estão criadas condições de pressão suficientes para conseguir o funcionamento dos esguichos)[12].

A Fonte dos Embrechados é formada por uma parede com pedaços de porcelana, vidros, conchas e pequenas pedras (tipo de decoração frequente nos jardins portugueses a partir do século XVII) com vários pontos por onde brotava a água (que, proveniente do reservatório do poço, circulava por gravidade e pressão) para a taça superior, escorrendo desta, por vários orifícios no fundo da mesma, para a taça mais abaixo, que, por sua vez, escorria para a taça maior, ao nível do solo. Nesta última existe um descarregador de superfície que devolve a água ao poço. Do ponto de vista da hidráulica, o estado de conservação da Fonte dos Embrechados foi considerado bastante razoável, existindo apenas algumas fugas de água pontuais e entupimento das condutas.

O Tanque de Thor é a peça que mais incógnitas oferecia. Com uma espessura de 1,2 metros, e uma profundidade que varia entre 1 e 2 metros deve o seu nome à estátua central do lago, que representa o deus Thor da mitologia nórdica[13]. O tanque com cerca de 60 000 litros de armazenamento era alimentado a partir da água vertida pela estátua de Thor que chega a esta a partir do poço, por uma conduta subterrânea em grés. O tanque, de planta irregular, centrada, é ornamentado, no exterior, por baixo-relevos e vestígios de frescos e, no interior, provavelmente, teria um reboco

com pigmento encarniçado. Duas taças exteriores ao tanque recebiam água a partir deste, uma das quais situa-se de frente para o terreiro da Fonte dos Embrechados e é ornamentada com uma estátua com um pelicano e, de cada lado, um medalhão com a imagem dos fundadores da quinta.

Além de armazenar água para rega, outrora o tanque teria peixes (o que é evidenciado pela presença de pequenos nichos na espessura das paredes interiores que serviam para a reprodução dos mesmos). Este tanque apresentava fissuras resultantes do desenvolvimento radicular de plátanos que se encontram próximos, sendo também visível o desgaste temporal nos trabalhos ornamentais das paredes do mesmo. Não se verificaram, no entanto, roturas ou fissuras que comprometessem a sua estanquidade, apenas se detectaram roturas ao nível das condutas de pedra existentes na base do tanque, principalmente ao nível das juntas. Relativamente à taça do pelicano, verificou-se que o orifício que deveria servir de descarregador de superfície estava interligado ao sistema de adução da fonte, inviabilizando o correcto funcionamento da mesma.

A parede exterior do tanque é, como atrás foi referido, ornamentada com baixo-relevos e pintura a fresco, o que lhe confere um carácter exótico dando animação e valorizando esta estadia à sombra dos grandes plátanos, formada pelo tanque, nora e Fonte de Embrechados.

Junto ao descarregador de superfície do Tanque de Thor encontra-se um pedestal poligonal e irregular, que permitiu identificar a estátua de Jörmungandr (ou serpente de Midgard), que se encontrava numa pequena bacia junto à entrada da casa, como pertencente a este conjunto hidráulico. Esta estátua[14], trabalhada em pedra calcária, tem inúmeros orifícios escondidos que correspondem a esguichos, formando *giochi* de água, que surpreenderiam os convidados, molhando-os, ao aproximarem-se do tanque. A água é aduzida por uma conduta subterrânea vinda de um tanque central localizado na quinta a uma cota superior, garantindo a pressão necessária para criar os efeitos de esguichos.

Por toda a quinta encontram-se inúmeras caleiras, formando uma rede quadriculada que permitia levar a água aos vários talhões de rega. Pelos materiais de construção percebe-se

Tanque de Thor, antes, durante e depois do restauro, 2008 e 2010.

que nem todas as caleiras são as originais, muitas terão sido construídas ao longo dos tempos. O seu estado de degradação era, regra geral, bastante pronunciado, muito embora o seu traçado se encontrasse bem definido. Nas zonas de atravessamento de caminhos terão existido passagens subterrâneas para interligar dois troços de caleira. Às mais antigas associamos a construção de muretes, em alvenaria de tijolo e pedra, com capeamento de tijoleira e, nalguns casos, reboco pigmentado.

Graças às caixas de distribuição (almácegas)[15], a água era pluridireccional, o que aliado à necessidade de atravessar caminhos, de se adaptar ao declive do terreno (que embora suave tem de garantir a circulação gravitacional da água), faz com que tenhamos um engenhoso sistema de «interfaces» entre caleiras. A água proveniente dos tanques circulava por gravidade nas caleiras, era recebida nas almácegas que, por serem mais fundas em relação à saída da àgua, retinham os depósitos de areia que esta transportava, tendo, por isso, a função de decantadores. Algumas destas caixas tinham válvulas em ferro que permitiam fazer uma eficaz gestão da água conforme a necessidade de regar determinado talhão. As saídas para a rega por alagamento (regadeiras) estavam localizadas metricamente nas caleiras.

A produção de laranja, os lagos e os vários talhões de rega exigiam grandes quantidades de água. Além do Tanque de Thor, o tanque central da quinta desempenha uma função essencial de armazenamento de água. Com cerca de 140 000 litros de capacidade, é uma construção simples, sem preocupação de ornamento, formando um quadrado de alvenaria com cerca de 2,5 metros de profundidade e rebordo em placas de pedra; a rega era daqui conduzida para caleiras. Este tanque constitui o «coração» da rega, a partir do qual é bombeada, actualmente, a água que rega a maior parte das fruteiras, relvados e hortas, e é, igualmente, a partir dele que se enche o lago do jardim de buxo e a fonte da carranca da casa.

O tanque era abastecido a partir de um poço situado a mais de 150 metros de distância e a cota inferior. Neste caso, a nora associada ao poço é metálica e de eixo comprido[16]. A roda de água, os carretos e o eixo trabalhavam bastante acima do gado, de forma a elevar a água a um nível superior para um aqueduto, que, por gravidade, a conduzia desde o poço até ao tanque

Caleiras elevadas ao longo do caminho e pontos de distribuição de água para rega das laranjeiras, 2010.

Caleiras restauradas em redor do Tanque de Thor, 2010.

central. A transmissão do movimento fazia-se por meio de rodas dentadas metálicas fundidas.

Toda a estrutura da nora existe no local, incluindo os alcatruzes, que apresentam um elevado grau de deterioração. O pilar da nora foi o elemento encontrado em pior estado de conservação, decorrente de um aluimento de terras junto ao poço. A coluna de alvenaria que servia de apoio ao mecanismo perdeu a verticalidade e só não chegou a ruir porque a própria estrutura metálica do engenho serviu como elemento de suporte. Destacou-se, no entanto, a existência, em razoável estado de conservação, de grande parte das peças metálicas que compunham o mecanismo da nora: correntes, alcatruzes, eixos.

No aqueduto evidenciou-se a presença de fissuras, por onde era perdida a água que circulava na sua caleira superior. Foi ainda identificada uma estrutura dissonante relativamente a todo este conjunto hidráulico, um telheiro de tijolo e zinco onde se localizava um moderno sistema de bombagem de água. Este telheiro, por sua vez, impedia o acesso a uma interessante escada de ligação entre o poço/nora e o aqueduto.

Perto da casa, um terceiro conjunto hidráulico poderia abastecer o lago do jardim de buxo. O poço agora desactivado teria associada uma nora (o que é evidenciado pelos pilares) que conduziria a água para um tanque a poucos metros.

O sistema hidráulico completo da Quinta das Machadas abrange outros pequenos tanques, lagos e fontes que não foram alvo de análise detalhada, nomeadamente o tanque junto ao muro que confina com as estradas da quinta, cuja água provinha de um mascarão inserido no muro e que se supõe seria abastecido por um ramal do antigo aqueduto que fornecia água à cidade de Setúbal, e que passaria por perto, deixando assim mais algumas pistas sobre este riquíssimo sistema hidráulico.

Projecto e obra de restauro

Para descrever as intervenções ocorridas na Quinta das Machadas de Cima sistematizam-se, de seguida, os sistemas hidráulicos que aí foram alvo de restauro, indicando os princípios básicos de recuperação propostos e aplicados.

Na estadia do Tanque de Thor procedeu-se à recuperação da nora mourisca, do próprio tanque e dos seus elementos decorativos, reactivando, sempre que possível, o funcionamento original por gravidade de todo o mecanismo hidráulico. Recuperaram-se as canalizações existentes e, quando isso não foi

Estou muito grato ao projecto EEA Grants e à APJSH pela oportunidade proporcionada para recuperar os jardins e o pomar da Quinta das Machadas, devolvendo-lhes a dignidade e a beleza originais, e pondo ainda em evidência a valia técnica do sistema de rega tal como foi concebido, quando, em 1770, foram construídos pelo meu sétimo avô Jacob Friederich Torlade, armador e banqueiro de Hamburgo e cônsul da Liga Hanseática em Setúbal, onde se instalou para promover a exportação do sal do Sado com destino aos países do mar Báltico. Juntamente com o sal aquele meu avô viu a oportunidade de produzir e exportar citrinos para os mesmos destinos e assim comprou à Ordem de Santiago os terrenos, que agora constituem a Quinta das Machadas, escolhidos pela sua topografia, que permitia a maximização do aproveitamento dos recursos aquíferos, conseguindo a rega de um pomar com 6 hectares apenas com dois poços e dois tanques de rega.

Mas, além das características técnicas do esquema de rega montado, este meu avô quis deixar um cunho da sua cultura e do seu gosto que se manifestam no estilo da casa e dos jardins, bem como na construção do principal tanque de rega em torno do qual arranjou uma zona fresca com conversadeiras e tanque de embrechados. A ornamentação do tanque de rega principal evoca, com estátuas em pedra de características únicas, a lendária luta entre Thor, o deus nórdico da Guerra, e a serpente Mitgard, uma figura divina que representava o poder do mar. Esse tanque com os seus jogos de água, com a sombra de plátanos plantados há 240 anos pelo meu antepassado e a zona fresca agora recuperados formam um elegante e acolhedor local que com muito gosto se abre a partir de agora ao público. | *Hugo O'Neill*

Estátua de Jörmungandr, 2010.

possível, utilizou-se tubagem nova, mantendo o registo da preexistente. Utilizou-se uma bomba submersível para efectuar a captação de água do poço e a respectiva adução aos vários elementos constituintes do sistema (Fonte dos Embrechados, taça do pelicano, Estátua de Jörmungandr e Tanque de Thor). Impermeabilizou-se o interior do tanque com fradical[17], e aplicou-se-lhe uma argamassa pigmentada de cor-sangue-de- boi, semelhante à cor original.

Foi fundamental remover todos os elementos provenientes de intervenções posteriores que se encontravam visíveis, nomeadamente toros de madeira, depósito em fibrocimento, antiga electrobomba, acrescentos de cimento do reservatório de pedra do poço, sebe e esteios em pedra do terreiro da Fonte de Embrechados, e reabilitar cada elemento decorativo, nomeadamente limpando o respectivo sistema hidráulico e completando-o, quando necessário. Procedeu-se, igualmente, à reabilitação do sistema de drenagem existente, da Fonte de Embrechados e das caleiras, para conduzir a água em excesso de novo ao poço.

Em redor de cada nora havia uma pérgula que fazia sombra para o burro que circulava todo o dia para elevar os alcatruzes com água. A nora que alimenta o Tanque de Thor tem um elevado interesse patrimonial e projectou-se o seu restauro integral, incluindo as serralharias da pérgula reconstruídas a partir dos elementos existentes.

Ao retirar a trepadeira e esteios que dividiam o tanque da nora e fonte, criou-se uma clareira, sombreada por plátanos; optou-se, então, por reduzir a função de passagem da estrada

que separava os dois elementos[18], obtendo-se um espaço contínuo que foi repavimentado a areão e drenado, rebaixando-se o pavimento para libertar os bancos de pedra e azulejos. Deste terreiro tem-se uma surpreendente vista para o Castelo de Palmela.

A tarefa final foi a relocalização da Estátua de Jörmungandr sobre a parede espessa do Tanque de Thor, encaixando-a na peça de pedra existente. Os tubos de água restaurados permitiram reactivar o sistema de adução de água a partir do tanque central, accionando os esguichos através de comando eléctrico.

A reabilitação do sistema hidráulico do aqueduto iniciou-se pela impermeabilização pontual das fissuras, a remoção dos antigos sistemas de captação de água sem utilização, nomeadamente do sistema de bomba e de tubos, deixando só os alcatruzes e as rodas dentadas do sistema original[19].

Procedeu-se, igualmente, à remoção do telheiro de zinco e da parede de tijolo adjacente à escada da nora, restaurando-se a escada e dando a este conjunto um cunho de autenticidade e valor patrimoniais. Optou-se pela utilização, dissimulada, de uma bomba para captação da água, e foi instalado um novo descarregador de superfície do poço com ligação para uma vala de drenagem existente, de forma a evitar o encharcamento do pavimento, o que havia danificado as fundações do pilar-mestre de todo o sistema. Por último, procedeu-se à estabilização do pilar-mestre de apoio à estrutura da nora, incluindo o reforço da sua fundação, a limpeza de vegetação e a repavimentação com saibro e areão de toda a área envolvente.

Nas intercepções dos largos caminhos reticulados e ladeados por caleiras de rega existem bancos barrocos que se vêem ao longo do eixo, animando toda a quinta e conferindo requinte aos passeios por entre os laranjais. Uma das características mais valiosas da quinta é, aliás, a mistura entre a função de produção e o ornamento que aqui se entremeiam por todo o lado, tornando-a num dos melhores exemplos da quinta de recreio portuguesa.

O restauro das caleiras foi considerado prioritário, o que contemplou as seguintes etapas: recuperar e impermeabilizar os troços de caleira destruídos; tapar ou dotar de comportas os descarregadores (regadeiras) existentes, que regam por alagamento os patamares onde havia laranjeiras; refazer as passagens por baixo das estradas e introduzir novas válvulas manuais de condução de água para as caleiras.

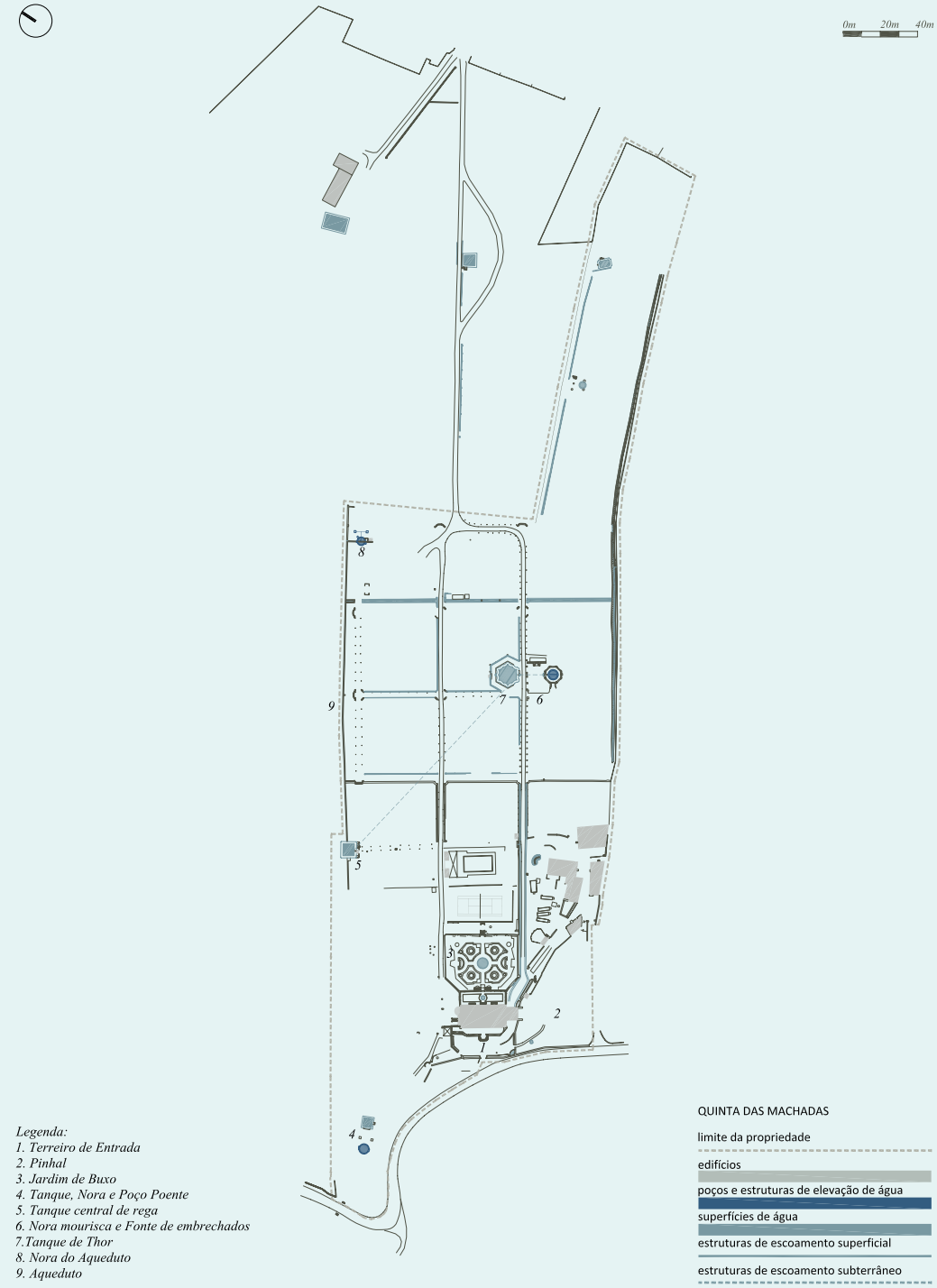
Foi também necessário refazer o sistema de drenagem nos troços finais das caleiras e conduzir a água sobrante, com o auxílio de bombas submersíveis, para o poço da nora mourisca. Ao mesmo tempo foi feita uma repavimentação dos caminhos pedonais seleccionados como percursos de visita e passeio, e que conduzem aos cruzamentos onde se situam os bancos barrocos em alvenaria e pedra. Por fim, procedeu-se à execução de um troço alternativo de estrada que desviasse o tráfego de carros do Tanque de Thor.

Alguns destes cruzamentos de caminhos, considerados preferenciais para a visita às noras, foram restaurados através do nivelamento dos bancos existentes, do retoque nas alvenarias com pintura a cal com pigmento ocre da cor original. O ambiente de quinta de recreio característico da Quinta das Machadas de Cima é um dos traços que este restauro visou

Latada sobre caminho pedonal, 2010.

conferir. No meio da frescura das terras regadas e da sombra escura dos laranjais, a possibilidade de passear em largas alamedas e parar nos ângulos do caminho constitui um dom da quinta que, esperemos, volte a ser possível recuperar quando se voltarem a plantar as laranjeiras que fizeram a fortuna desta quinta.

[1] Filho de Henry Torlade, um juiz e banqueiro em Hamburgo.
[2] Ana Isabel Ramos — *As Quintas Envolventes de Setúbal... — Uma Proposta de Ordenamento Urgente.* Lisboa: s.n. 1992, p. 34. Relatório final de Arquitectura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia.
[3] *Idem, ibidem*, p. 34.
[4] *Idem, ibidem*, p. 34.
[5] Hans Christian Andersen — *Uma Visita em Portugal em 1866*. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, p. 50.
[6] Hugo O'Neill, citado por Leonor Barata; Raquel Santiago — *Quinta das Machadas*. Lisboa: s.n., 2007, p. 19. Trabalho da disciplina de História da Arte de Jardins II do Curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia.
[7] Cfr. Ana Isabel Ramos — Ob. cit., p. 10.
[8] Piero GAZZOLA (pres.); AA.VV. — *Carta de Veneza*. Veneza: II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ ICOMOS, 1964.
[9] Trabalho elaborado pela equipa EJR — Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda. que elaborou o *Relatório do Trabalho de Prospecção*, Setembro 2009.
[10] Projecto de arquitectura paisagista elaborado por ACB — Arquitectura Paisagista, Lda. (www.acbpaisagem.com) com a seguinte equipa projectista: Cristina Castel-Branco, Raquel Carvalho e Maria Matos Silva, em Setembro 2009.
[11] Nomenclatura atribuída por Jorge Dias e Fernando Galhano — *Aparelhos de Elevar a Água de Rega*. Porto: Junta da Província do Douro-Litoral. 1953.
[12] Observações *in loco* durante os trabalhos de prospecção da equipa EJR — Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.
[13] A estátua que se pensava representar Neptuno foi identificada recentemente pelo proprietário como sendo o deus Thor e o monstro compósito a serpente Jörmungandr, figuras da mitologia nórdica que travaram uma batalha durante o Ragnarök.
[14] Foi transferida do jardim junto à casa para a sua posição original no rebordo do Tanque de Thor.
[15] Informação de Hugo O'Neill.
[16] Nomenclatura atribuída por Jorge Dias e Fernando Galhano — Ob. cit.
[17] Argamassa de impermeabilização própria para muros antigos.
[18] Por sugestão de Hugo O'Neil e de sua mulher Cármen, esta alteração veio melhorar grandemente a estadia e levou à recuperação do troço de estrada central através do qual se passa a fazer toda a circulação.
[19] Previa-se restaurar as serralharias do sistema da nora do aqueduto, de forma a poderem funcionar com o auxílio de um sistema eléctrico, movendo os alcatruzes para elevar a água até ao aqueduto. Esta intervenção teria como objectivo recuperar um património hidráulico de qualidade e integrar o percurso turístico. O orçamento para o restauro ultrapassava o valor a investir nesta quinta.



Legenda:
1. Terreiro de Entrada
2. Pinhal
3. Jardim de Buxo
4. Tanque, Nora e Poço Poente
5. Tanque central de rega
6. Nora mourisca e Fonte de embrechados
7.Tanque de Thor
8. Nora do Aqueduto
9. Aqueduto

QUINTA DAS MACHADAS

limite da propriedade

edifícios

poços e estruturas de elevação de água

superfícies de água

estruturas de escoamento superficial

estruturas de escoamento subterrâneo

10. Paço de Belas e Quinta do Senhor da Serra

Miguel Coelho de Sousa

No sopé da serra da Carregueira, ocupando vales férteis e húmidos na confluência das ribeiras de Belas e do Jamor, terá sido constituído, por volta de 1147, o senhorio de Belas, fruto da doação por D. Afonso Henriques a Robert Lacorne, como forma de agradecimento pelos serviços prestados na conquista de Lisboa.

Contudo, os vestígios do povoamento desta região de abundantes recursos remontam ao período do Neocalcolítico, do qual são testemunhas as três antas classificadas como Monumento Nacional: Estria, Monte Abraão e Senhor da Serra (Pedra dos Mouros), esta última localizada dentro da quinta[1].

A presença romana identificou e valorizou a existência de numerosas nascentes, de elevada qualidade e abundantes caudais. No século III terá sido construída a Barragem de Belas (classificada como Imóvel de Interesse Público), a nascente da ribeira de Carenque, com um paramento com cerca de 7 metros de espessura na base e 8 metros de altura, e uma capacidade de armazenamento de 125 mil m^3 de água. Dali partia um aqueduto em direcção a *Olissipo* (Lisboa), o que atesta a importância então atribuída ao abastecimento urbano de água[2].

Foi neste enquadramento geográfico extremamente favorável que se desenvolveu o senhorio de Belas, a partir do século XII, e, posteriormente, várias quintas de produção e recreio: Quintã (século XVI), Bom Jardim e Fonteireira (séculos XVI-XVIII), Águas Livres (séculos XVI-XIX), Molha-Pão (século XVII) e Assunção (século XIX).

Em 1334, os bens do senhorio de Belas são adquiridos por Lopo Fernandes Pacheco, que os lega a seu filho, Diogo Lopes Pacheco, implicado no assassinato de D. Inês de Castro. Aquando da morte de D. Afonso IV, em 1357, D. Pedro I, ao subir ao trono, confisca todo este património.

A partir desta data a quinta de Belas passou a integrar os bens da Coroa, sofrendo importantes obras de transformação em Paço Real, o qual foi sendo frequentado, ao longo do tempo, por D. Pedro I, D. Fernando I, D. João I e D. Manuel I.

Depois de várias transmissões e doações resultantes de vicissitudes históricas, no século XVI, a quinta pertenceu à família Atouguia, passando depois para a posse dos condes de Pombeiro e futuros marqueses de Belas, até 1878, quando foi adquirida por José Borges de Almeida. Em 1942 foi vendida à família actual proprietária, que tem promovido a sua preservação e restauro, inicialmente sob a direcção do arquitecto Raul Lino, e, desde 1992, sob a direcção do proprietário e arquitecto José António Victorino.

As intervenções dos séculos XIV-XV e XVIII-XIX foram particularmente interessantes, respectivamente, nos jardins dentro da cerca do paço, e na sua envolvente (alamedas, pomares ajardinados, jardins em socalcos na mata, esculturas e elementos de água). Foi então que se terá desenvolvido a estrutura actual e criado o conjunto patrimonial que

PROPRIEDADE
Sociedade Agrícola Sagrial, Lda.
REPRESENTANTE
José António Martins Victorino
DATA DE CONSTRUÇÃO
Séculos XIV/XVIII
ÁREA
40 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Restauro do lago do jardim de buxo; restauro do muro entre o paço e a capela; restauros pontuais no muro exterior do paço; recuperação do pavimento da alameda dos plátanos e da zona envolvente da cascata.
VALOR
26.745,00 €
EQUIPA DE PROJECTO
Arq.º Miguel Coelho de Sousa (director)
Arq.ª Cristina Castel-Branco
EEMPREITEIRO
Jeka, Conservação e Restauro, Lda.

Sintra, Paço de Belas, lago do jardim de buxo após a intervenção de restauro, 2010.

Fontes do jardim, 2008: «He o Senhorio de Bellas mui authorizado, tanto pela jurisdicçaõ que tem na Villa, como pela excellente cafa de Campo dos Senhores della, que affim na fabrica dos Paços, como na frefcura dos jardins, e cópia de polidiffimas fontes he a melhor, que fe fabe em Hespanha, que de Rei naõ feja». [3]

O Paço de Belas e a Quinta dos Marqueses de Belas, ou Quinta Grande, ou, desde há cerca de 150 anos, Quinta do Senhor da Serra, é um daqueles bens cuja posse é marcada por uma clara noção de transitoriedade.

O peso histórico dos seus oito séculos está de tal forma presente e fisicamente perceptível que impõe o sentimento — e a responsabilidade — de que simplesmente passamos por ali, e essa passagem deixa marcas que serão avaliadas.

Os meus pais casaram no paço. Nasci em Novembro de 1947, e as primeiras fotografias são sob as mesmas abóbadas que abrigaram muitos outros proprietários daquela casa.

Nos espaços da quinta formei as minhas primeiras percepções dos ciclos da Natureza e apreendi a importância de a observar devagar e de relacionar as interacções que nela ocorrem. A mata renova-se há milénios, as árvores do jardim do paço, os plátanos dos caminhos e as áleas de buxo já lá estão há muito, e nos campos de cultivo sucederam-se intervenções humanas que moldaram a sua compartimentação.

A profunda relação com o território e a longa interacção contemplativa proporcionaram-me uma leitura demorada quer dos espaços edificados e da sobreposição de intervenções, quer dos espaços naturais bravios ou sucessivamente modelados ou condicionados.

Esta leitura determinou caminhos para as recuperações efectuadas, incluindo a presente, no âmbito do EEA Grants, que seguramente permitirão uma mais abrangente percepção histórica destes espaços e dos seus usos ao longo do tempo. | *José António Martins Victorino*

viria a ser classificado como Imóvel de Interesse Público em 1943: Paço Real (século XIV); jardins do paço (séculos XV-XVIII), incluindo fontes, tanques, muros e mirante; capela e via-sacra (1740), celebradas na Romaria do Senhor da Serra, que se realizava no último dia de Agosto; Fonte de Neptuno (Bernini, 1770), actualmente no Palácio Nacional de Queluz; cascata constituída por *grotto*, casa de fresco e lago (Cyrillo Volkmar Machado, 1793); obelisco (Barros Laborão, 1795) comemorativo da visita dos príncipes regentes D. João, futuro D. João VI, e D. Carlota Joaquina no extremo da nova alameda de entrada na quinta, ladeada por centenas de árvores exóticas, entretanto desaparecidas.

Os plátanos, teixos e buxos arbóreos existentes nos jardins e alamedas, assim como a mata espontânea que reveste a encosta do Senhor da Serra, constituem igualmente um conjunto patrimonial de grande valor, reconhecido pela Direcção-Geral de Florestas em 2001, através da sua classificação como Arvoredo de Interesse Público.

É de salientar a continuidade espacial e temporal desta unidade de paisagem, bem como das suas funções de produção agrícola e de recreio, desde o século XIV até aos dias de hoje. Inserida desde 1980 num contexto de urbanização densa e desregrada, do qual se destaca o impacto visual e sonoro do viaduto da CREL, a Quinta do Senhor da Serra sobreviveu à especulação imobiliária e constitui hoje um exemplo de valor histórico-cultural e de sustentabilidade paisagística.

O projecto de preservação e restauro foi elaborado de acordo com as recomendações da coordenação da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos fundamentadas nas cartas e convenções internacionais. A proposta baseou-se nas sucessivas investigações sobre a quinta, no estado de conservação e no potencial dos seus elementos para recreio e turismo.

Foi estudada a documentação que regista os elementos arquitectónicos e paisagísticos, destacando-se a *Descripçaõ da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e Notícia do seu Melhoramento*[4] (permite a reconstituição da estrutura e da composição da paisagem da quinta na segunda metade do século XVIII) e o *Relatório das Herdades de Bellas*...[5] (permite a reconstituição dos circuitos hidráulicos em funcionamento no final do século XIX).

Procedeu-se a trabalhos de desmatação, limpeza e prospecção, os quais foram revelando situações de degradação extremamente avançada e até mesmo de inviabilidade de restauro, sobretudo no que diz respeito ao conjunto de escadarias e muros de suporte da cascata, da via-sacra e da Capela do Senhor da Serra, e às estruturas de captação e distribuição de água.

No entanto, a investigação histórica e a exploração no terreno permitiram clarificar os fluxos hidráulicos originais, que se encontram sistematizados no *Plano Geral Homogéneo*.

O paço e os seus jardins, na margem esquerda, eram alimentados pelos abundantes caudais das nascentes e minas existentes no vale do Castanheiro, Herdade do Broco (Quinta da Fonteireira), à cota aproximada de 180-200 metros, conduzidos por uma conduta, com cerca de 2500 metros de extensão, que atravessava a vila de Belas e entrava no paço em aqueduto sobre a Estrada Real.

A data de construção deste sistema não foi determinada, mas foi possível reconstituir o seu traçado graças à descrição da sua reparação, por Gagliardi, e à memória de alguns habitantes locais, que nos conduziu aos troços remanescentes.

«(...) Precisa saber-se que a pesquiza da agua era n'um pequeno valle chamado do Castanheiro, dividido por uma arrebatada ribeira, marquei o canal de reconhecimento do lado do sul em procura da agua, que com pequeno esforço encontrei logo três e meio anneis, marquei a segunda valla do lado oposto da ribeira e quando foram abril-a encontraram os trabalhadores um aqueducto antiquíssimo todo elle obstruído de lodo até ao tecto, limpei-o e segui o andamento do mesmo. (...) Encheu-me de contentamento pois que utilisava nada menos que 200 metros correntes de um bellissimo aqueducto da largura de 0,88m e de 1,05m de alto summando ao todo entre o ajusante e amantante 700 metros, que no curso de 2 kilometros e meio que as aguas percorrem s. Ex.ª o sr. Marquez poupou uma importante somma. (...)» [6].

A abundância e a pressão com que estas águas chegavam ao paço permitiram o funcionamento por gravidade das bicas dos tanques exteriores, das fontes do jardim norte e do lago do jardim de buxo, em circuito aberto, até 1974.

Pátio e mirante, 2010.

Jardim de buxo, 2008.

Mirante sobre o muro exterior, após a intervenção de restauro, 2010.

O vale do Castanheiro e a Quinta dos Marqueses de Belas, *in* Levantamento topocadastral da zona de Belas, esc. 1:1000, c. 1840.

Na margem direita, o conjunto hidráulico da cascata era alimentado pela água captada na mina, que se encontra na meia encosta, famosa desde os tempos de D. Manuel I e ainda em pleno funcionamento[7].

Os campos de cultivo situados ao longo de ambas as margens eram regados com água retida em sucessivos açudes erguidos no leito da ribeira e beneficiavam ainda dos caudais referidos anteriormente, depois de alimentarem os elementos de água ornamentais.

«(...) Aqui fe vê entrar nefte recanto, e fim da Quinta, alguma agoa do Rio Chicolla, acompanhada das fobras da farta Fonte pública, que corre vifinha. Eftas agoas entraõ alli em huma efpecie de canos para regar o que convém, ou fe deixa defcer folta, e commodamente, para ajuntar-fe e correr com as outras agoas, que volteaõ a Quinta (...)»[8].

Numa abordagem inicial, durante a fase de estudo prévio, identificaram-se as seguintes prioridades:

1. Intervenção nos elementos patrimoniais construídos — hidráulicos, muros e pavimentos — integrados no eixo paço — cascata/via-sacra/capela, que apresentavam um estado de degradação mais avançado, de modo a suster a sua deterioração (metodologia de preservação) e restaurá-los (metodologia de restauro); valorizar a continuidade temporal e espacial do conjunto patrimonial referido, garantindo a acessibilidade, a segurança e o conforto de um percurso pedonal de interesse histórico, de modo a justificar a sua futura

Percurso histórico: Paço — Ribeira do Jamor — Cascata - Mina de água — Via-sacra — Capela do Senhor daSerra, desenho de Miguel Coelho de Sousa: «(...) vemos efta Quinta fentar-se, e extender-fe, por quafi duas milhas, em hum Grafioso Valle, dando na fua direita efpaçofa paffagem á Eftrada Real; a qual volteando-fe commodamente, quando lhe convem, e paffando por baixo de hum ducto, que conduz a agoa que ferve á mefma Quinta, vai entrar no exterior logradouro do Palácio, e dalli á Praça da Villa, que immediatamente lhe eftá fronteira.(...)»[9]

divulgação e rentabilização integradas num conjunto de programas abertos ao público (numa região onde abundam outros exemplos de referência).

2. Instalação de um sistema de rega automatizado nos jardins do paço de modo a: optimizar o consumo de água; reduzir os encargos em mão-de-obra; possibilitar a regular distribuição da água na época estival, garantindo a manutenção dos jardins em boas condições de divulgação ao longo de todo o ano.

Posteriormente, os trabalhos de prospecção permitiram identificar o estado de conservação dos diversos elementos e calcular as estimativas orçamentais, limitando a intervenção ao seguinte conjunto de acções:

— Restauro do lago do jardim de buxo, incluindo lavagem e escovagem das pedras; remoção de argamassas cimentícias sobre superfícies de pedra e juntas; preenchimento de juntas com argamassa de cal e areia; hidrofugação; fornecimento e instalação de sistema de adução de água do furo artesiano existente, incluindo válvula de controlo de caudal e repuxo; recuperação dos sistemas de descarga de fundo e de superfície; e instalação de bomba submersível para recirculação.

— Consolidação estrutural e restauro dos muros e mirante do paço, incluindo remoção da totalidade do material orgânico; lavagem e escovagem das pedras; preenchimento das juntas com argamassa de cal e areia; hidrofugação nas galerias superiores; e fornecimento e injecção de ligante hidráulico seguido de reboco com argamassa de cal e areia.

Tratando-se de intervenções em elementos inertes, a sua qualidade dependeu fundamentalmente da valorização do carácter e da integridade histórica dos processos e materiais construtivos. Deste modo, empregaram-se materiais idênticos, sempre que possível, aos originais, nomeadamente, pedra calcária da região para pavimentos, revestimentos e capeamentos, e argamassas de cal e areia para enchimentos, emboços e rebocos.

No restauro do lago do jardim de buxo optou-se pela introdução de um sistema de bombagem para circulação da água, face à impossibilidade de aproveitar os caudais provenientes da mina e da Quinta da Fonteireira.

Caleira de adução de água às bicas dos tanques do paço, 2008.

Mina de água do século XV, 2008.

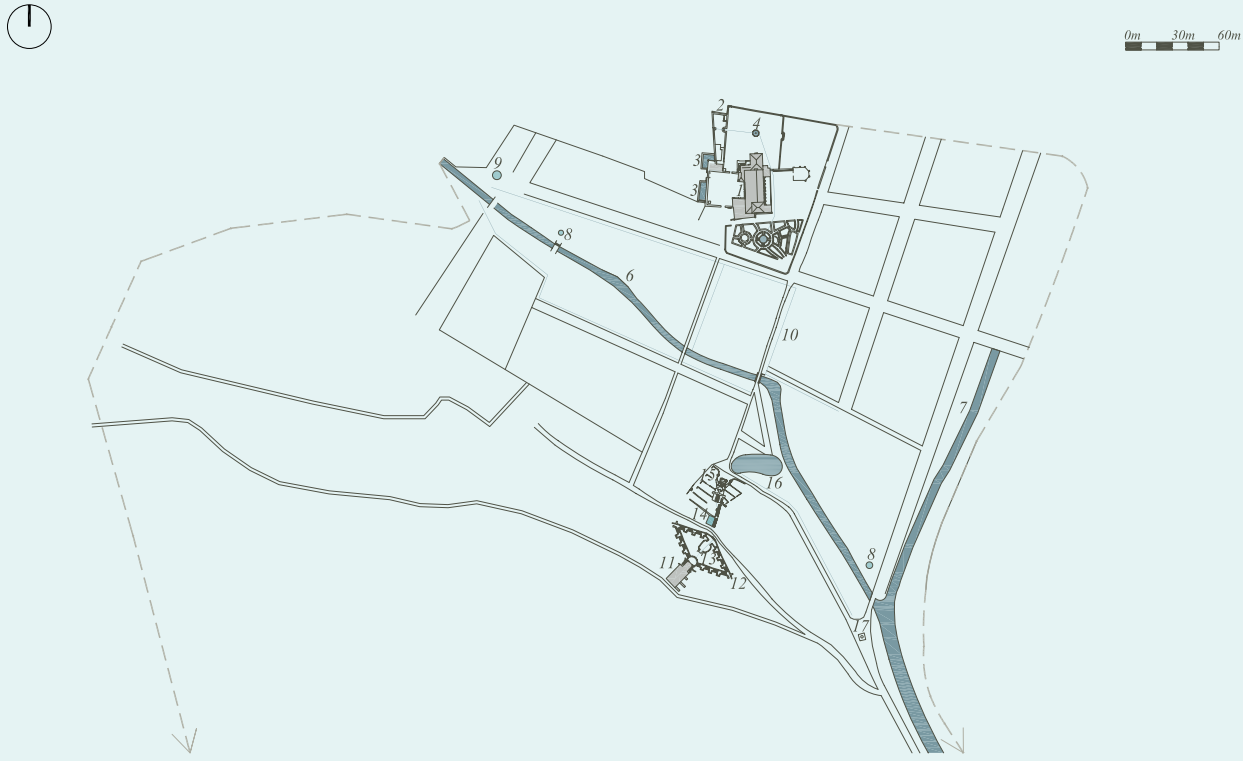
Lago do jardim de buxo antes e depois da intervenção de restauro, 2007 e 2010: «(...) Efte Lago (...) fe enche continuamente pela boca de outro Leaõ, que (...) defpeja fempre hum grande chorro de agua. He igual a que cahe de huma bica em outro Lago, que fica á direita da porta que dá entrada ao mefmo Palacio (...)»[10].

A participação no projecto EEA Grants proporcionou um conhecimento mais aprofundado sobre a Quinta do Senhor da Serra, de enorme importância para futuras intervenções de preservação e restauro mais abrangentes.

Já se ouve água a correr nos jardins do Paço de Belas!

«(...) nova, e generofa franqueza faz abrir, e patentear as portas da Quinta a toda a peffoa, que queira vê-la, e que lhe agrade paffeá-la. Saiba o curiofo Eftrangeiro, a quem a viçofa, e faudavel Bellas tem aqui chamado, que achará fempre livre, e franca a entrada da célebre Quinta de feus Generofos Senhores. Saõ livres os paffeios della: as fuas flores, e os feus mefmos fructos fe confiaõ da cortefia pûblica: as fuas agoas faborofas, e medicinaes correm para todos de graça, como nafcem. (...) entrai, e paffeai aqui, como vos convem a pé, ou ainda a cavallo (...) huma porta fempre aberta para todos (...)»[11].

[1] www.igespar.pt
[2] www.monumentos.pt
[3] F. Brandão — *Monarquia Lufitana*. Lisboa: na officina de Paulo Craesbeeck, 1650, 5.ª parte, liv. XVII, p. 471, citado por D. C. Barboza — *Descripçaõ da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e Notícia do seu Melhoramento*. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1799, p. 22.
[4] D. C. Barboza — Ob. cit.
[5] H. Gagliardi — *Relatório das Herdades de Bellas apresentado aos Exmos Srs. Marquez de Bellas e João Carlos Bon de Sousa*. Lisboa: Typographia Universal, 1873.
[6] *Idem, ibidem*, pp. 4-6.
[7] A mina de água localiza-se a meia encosta (cota 151,50 metros) e encontra-se em pleno funcionamento, abastecendo a cavalariça. Entre Abril e Maio de 2008 registou-se um caudal excedentário médio de 0,25l/s, que habitualmente não se extingue nos meses de Verão, pelo que não se considerou um elemento prioritário para intervenção.
[8] D. C. Barboza — Ob. cit., p. 69.
[9] D. C. Barboza — Ob. cit., pp. 33.
[10] D. C. Barboza — Ob. cit., pp. 11-12.
[11] D. C. Barboza — Ob. cit., pp. 36-37.



Legenda:
1. Paço
2. Caleira de adução de água
3. Bicas e tanques exteriores
4. Fonte renascentista
5. Lago do Jardim de Buxo
6. Ribeira do Jamor
7. Ribeira do Castanheiro
8. Poços em funcionamento
9. Fonte de Neptuno (actualmente no Palácio Nacional de Queluz)
10. Caleiras de distribuição de água
11. Capela do Senhor da Serra
12. Via Sacra
13. Mina
14. Cisterna
15. Cascata
16. Lago da Cascata (destruído ou aterrado)
17. Obelisco

PAÇO DE BELAS E
QUINTA DO SENHOR DA SERRA
limite da propriedade
edifícios
superfícies de água

11. Quinta de Santo António

Cristina Castel-Branco e Bernardo de Magalhães e Menezes

A Quinta de Santo António está integrada no Inventário Municipal do Património, do Plano Director Municipal de Lisboa, e inserida no núcleo histórico da Ameixoeira, tendo sido vandalizada enquanto não esteve habitada. Actualmente decorre um pedido de restauro e loteamento que não afecta o jardim e dele tira partido como jardim romântico do século XIX.

Por um portão rasgado no muro e coroado por um frontão onde se inscreve um registo de azulejo representando Santo António, datado de 1865, faz-se o acesso ao pátio de entrada da Quinta de Santo António, de planta rectangular, pavimentado com calçada preta e branca com desenhos em raio partindo do centro. Neste centro encontrava-se uma mesa, como elemento ornamental e definidor de uma geometria, completada por dois lances de escadas que descem de um pequeno patamar, delimitando o pátio e permitindo o acesso ao jardim que se lhe segue. Num plano acima, ao centro do muro de suporte que o circunscreve, está um pequeno nicho de embrechados, por onde escorre água, enriquecendo este primeiro espaço.

A casa, com características de habitação suburbana e de recreio, é o produto de uma edificação rural sucessivamente transformada e acrescentada. São estas transformações, bem como a sua simplicidade construtiva de base e a ausência de uma tipologia arquitectónica específica, que dificultam a sua datação. Com possíveis origens no século XVII, a casa foi percorrendo os anos nas mãos de diferentes proprietários. Da sua história destacam-se as profundas obras realizadas no século XIX, terminadas em 1865, cujos arranjos exteriores deram à fachada virada para a rua um aspecto mais cuidado, contrastando com a simplicidade das restantes fachadas, e as realizadas entre 1935 e 1942, profundas obras de restauro das quais constam o revestimento a azulejo num padrão estampilhado de cor verde-azulado, em dois tons, produzido pela Fábrica Viúva Lamego. As fachadas internas foram também revestidas com azulejo estampilhado de padrão *crochet*.

A limitar o patamar superior do jardim existiu um gradeamento e uma pérgula em ferro, assentes sobre pilares, que foram descobertos dentro da cisterna durante este restauro. Neste patamar inicia-se um jardim de sombra romântico, típico do século XIX, com planta em «L», com fonte de embrechados e lagos, um deles de forma irregular, que antecede o portão que permite o acesso à Rua Direita da Ameixoeira, sendo este o espaço patrimonial do jardim. O muro perpendicular, revestido por uma cascata integralmente preenchida por pedras encastradas, com um mascarão ao centro e algumas pequenas bacias pelas quais a água escorre, e onde cresciam avencas formando uma parede verde, foi, segundo Luís António F. de Castro, objecto de reparo pelo príncipe D. Luís Filipe. Junto a esta cascata também existe uma pérgula em ferro. No muro que limita, a nordeste, o jardim volta a surgir

PROPRIEDADE
Ameixoeira, SA
REPRESENTANTE
António Macedo
DATA DE CONSTRUÇÃO
Séculos XVII e XIX
ÁREA
0,5 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Limpeza e reactivação do poço e cisterna; reconstrução de parte do muro de pedra; limpeza dos lagos; restauro de uma fonte de conchas e parede verde, de um chafariz e de uma queda de água.
VALOR
35561,93 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Inês Fontes
Arq.º Bernardo de Magalhães e Menezes (estagiário)
EMPREITEIRO
EJR — Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.
Árvores & Pessoas — Gestão da Árvore no Espaço Urbano

Lisboa, Quinta de Santo António, parede de água em funcionamento após intervenção e antes da colonização por plantas, 2010.

Jardim romântico de sombra, lago de forma irregular, 2010.

A Quinta de Santo António é uma habitação nobre do século XVII, com pátio, uma cisterna, um poço de nora e uma parte rústica nas traseiras do edifício principal.
Em 1684 a quinta foi beneficiada com a construção de uma capela, de invocação a Santo António, cuja fachada ainda permanece adjacente à propriedade.
Embeleza-a, a nascente, um jardim romântico, memória dos jardins históricos dos arredores de Lisboa, hoje plenamente integrados na cidade.
Surge a meus olhos como uma oportunidade e um desafio para restaurar um património em ruína, mas encantador.
Desfrutar e partilhar este espaço com memória, onde ainda ecoa a alma de um Portugal em que acredito, é o projecto que me anima. | António Macedo

um nicho de embrechados, de maiores dimensões, por onde a água escorre entre conchas (tridacnas) sequencialmente de maiores dimensões. No acesso para um outro pátio murado, encontram-se o poço e a cisterna com um débito e uma água fresca que garantem a alimentação dos antigos sistemas hidráulicos e de rega de todo o jardim romântico, agora restaurados, onde as nespereiras criam sombra e as águas correm das fontes.

O espaço mais amplo da quinta é o antigo pomar, ao qual se acede por uma abertura numa parede perto do pátio murado de onde parte um caminho principal, em terra, que, segundo o levantamento topográfico de Lisboa, de J. A. Vieira da Silva Pinto de 1904-1911, era ladeado por canteiros de buxo preenchidos por plantas. No centro, o jardim era dominado por uma grande araucária. Existe ainda um lago octogonal com um pequeno repuxo central com revestimento a imitar rocha junto do limite noroeste. Neste limite o muro era interrompido por um gradeamento que servia de miradouro, pois de todo o muro se têm largas vistas sobre o vale de Carriche e toda a paisagem das encostas de Loures. Neste jardim existe ainda um pombal de planta circular que não foi objecto de restauro e as ruínas das pocilgas e capoeiras poderão vir a ser a área de construção moderna do condomínio sem afectar o jardim romântico.

Após análise e pesquisa histórica sobre a quinta, que se insere no conjunto de quintas que há muito se implantaram na Ameixoeira graças à disponibilidade de água e às vistas que daqui se gozam, foi feita uma prospecção do sistema hidráulico existente para posteriormente se proceder ao projecto de restauro. Na referida prospecção identificaram-se: uma cisterna sob o pátio da entrada para a qual escorriam as águas de drenagem do pavimento e dos telhados; uma mina com duas galerias localizada no poço, com 25 metros de profundidade, que se encontra no pátio murado. Com débito permanente, mesmo em Agosto, a mina tem uma altura que varia entre os 1,5 e os 3 metros, e uma extensão superior a 50 metros com uma derivação de aproximadamente 10 metros, sendo que no Verão apenas uma das galerias tem água. A entrada para a mina está habitualmente submersa pela grande quantidade de água que este poço recebe todo o ano, sendo este o elemento que alimenta todo o sistema hidráulico.

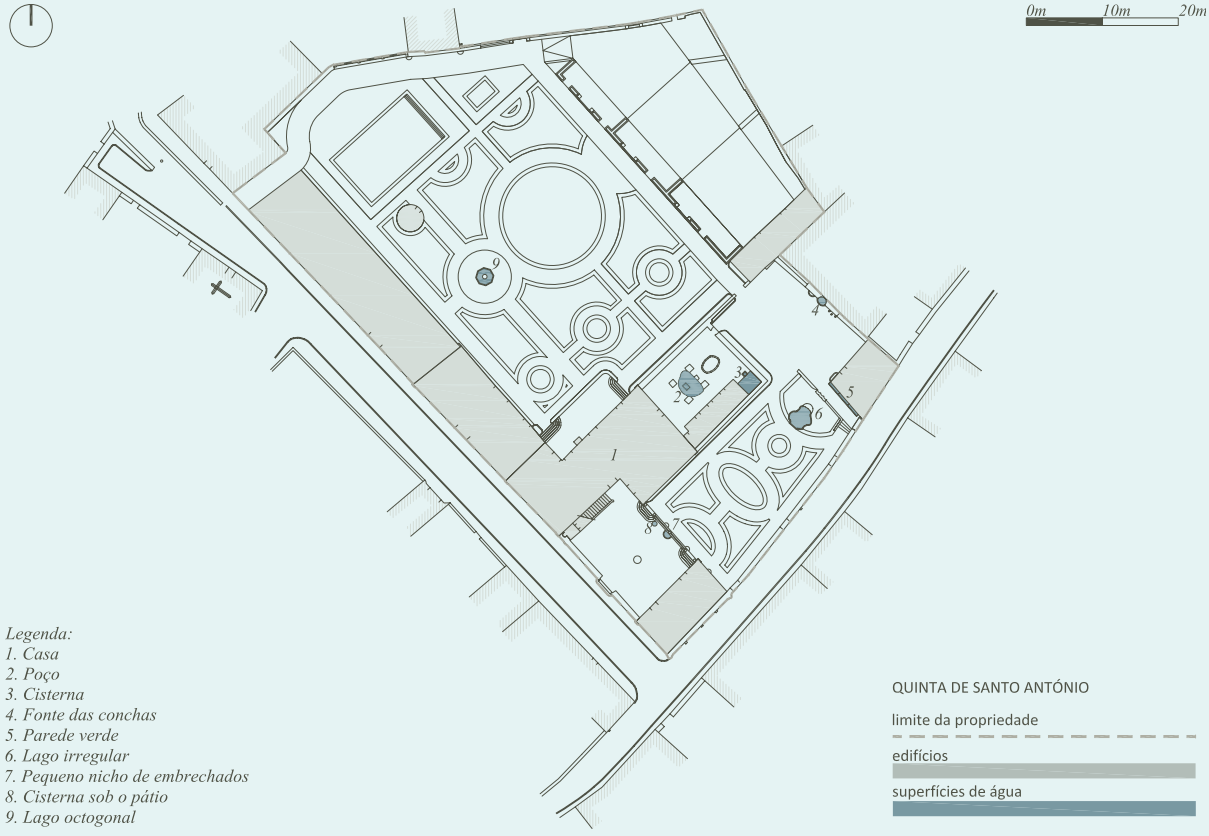
A decisão de intervenção recaiu no reforço dos muros para reduzir os assaltos e vandalismo; na recuperação e limpeza do poço e da cisterna, que se encontravam repletos

de lixo; e na recuperação da água do poço para poder alimentar as fontes e lagos do jardim do século XIX, deixando a instalação de um anel para rega ligado ao poço para o jardim poder ser regado depois das obras do loteamento.

No projecto de restauro foi proposta a instalação de uma bomba submersível no poço para elevar a água até a um balão hidropressor instalado na cisterna existente na sua proximidade, partindo desta uma conduta subterrânea em PEAD de 50milímetros de diâmetro, que distribui a água pelo lago, cascata, os dois nichos de embrechados e o anel de rega com cinco caixas de distribuição colocadas para futura instalação do sistema de rega. Estas caixas estão ainda munidas de um ponto eléctrico preparado para a instalação definitiva com electroválvulas. Em todas estas estruturas ornamentais do sistema hidráulico foi instalado um descarregador de superfície que permite o encaminhamento da água de novo para o poço e consequente recirculação, com excepção do nicho de embrechados do pátio da entrada que descarrega para a cisterna adjacente.

Entendendo a vulnerabilidade destes elementos face ao vandalismo que ameaçava a quinta, o projecto de arquitectura paisagista previu a protecção com caixas de madeira das fontes e peças restauradas, enquanto aguarda licenciamento para se iniciarem as obras de renovação dos edifícios, de construção das novas habitações e de vedação com rede de todos os muros expostos.

Pátio da entrada, fonte em pequeno nicho de embrechados, 2010.



Legenda:
1. Casa
2. Poço
3. Cisterna
4. Fonte das conchas
5. Parede verde
6. Lago irregular
7. Pequeno nicho de embrechados
8. Cisterna sob o pátio
9. Lago octogonal

12. Quinta da Francelha

Inês Fontes e Cristina Castel-Branco

História da propriedade

A Quinta da Francelha localiza-se muito próximo do Aeroporto da Portela, no concelho de Loures, numa outra área de quintas nos arredores de Lisboa onde as famílias passavam o Verão pela frescura e bons ares, encontrando-se hoje reduzida a uma área de 1,6 hectares, devido à pressão urbanística que se faz sentir na sua envolvência, mantendo-se apenas o núcleo habitacional, os jardins e as hortas adjacentes à casa. A casa, classificada como Imóvel de Interesse Público em 1983[1], foi construída no século XVII (núcleo primitivo). Nos finais do século XVIII, Félix Martins da Costa, antepassado dos actuais proprietários, decidiu aumentar e adornar a casa, construindo a ala principal, e a capela, e revestir integralmente a casa e a capela a frescos. Em redor da casa plantou vinha, árvores de fruto e o jardim, com sebes de buxo que limitavam canteiros, sombreado pelos parreirais, as murtas e os *cupressus*[2]. Na mesma altura, Félix Martins da Costa erigiu o sistema hidráulico para facilitar a rega das culturas e jardins para o regalo e o encanto dos seus olhos[3] e o garante de boas colheitas.

O vinho Charneco, premiado várias vezes internacionalmente, deixou de ser produzido quando as vinhas da Quinta da Francelha foram integralmente destruídas pela filoxera[4].

Descrição da propriedade

A entrada para a quinta faz-se por uma alameda completamente sombreada, com uma clareira ao fundo que constitui o terreiro da entrada, para o qual está voltada a fachada principal da casa. Esta, de uma grande sobriedade e equilíbrio, encontra-se revestida a frescos de um verde-pálido.

Do lado esquerdo do terreiro existe um portão que permite o acesso a um jardim de buxo topiado que compartimenta e desenha os caminhos, e, ao centro deste, encontra-se o maior lago da quinta, de forma circular, com quatro urnas em cantão dispostas simetricamente, tendo no centro um canteiro de vegetação aquática e um pequeno repuxo. Este lago está alinhado perpendicularmente à fachada sul da casa com outros dois também circulares, mas de menor dimensão, que se localizam na alameda central da mata, onde os canteiros são limitados por *Ruscus*, e o estrato arbóreo, centenário, de grande variedade cria um ambiente de conforto, do qual toda a família tem boas recordações. A poente do jardim de buxo há um muro com bancos encastrados revestidos totalmente a azulejos antigos, os quais se encontram orientados para a horta, apesar de existir uma grande cortina arbustiva a separar estas duas áreas.

PROPRIEDADE
Francisco Guedes de Martel Patrício e Irmãos
REPRESENTANTE
Francisco Patrício
Leonor Patrício
DATA DE CONSTRUÇÃO
Séculos XVII e XVIII
ÁREA
1,6 hectares
NATUREZA DOS TRABALHOS
Regeneração do sistema de drenagem do pátio de entrada, do jardim e da horta; restauro da cascata de embrechados.
VALOR
19436,22 €
EQUIPA DE PROJECTO
ACB - Arquitectura Paisagista, Lda.:
Arq.ª Cristina Castel-Branco (directora)
Arq.ª Inês Fontes
EMPREITEIRO
EJR - Sociedade Técnica de Projectos e Construções, Lda.

Loures, Quinta da Francelha, alinhamento dos três lagos, terminando na alameda central da mata, 2008.

Fachada da casa e terreiro da entrada, 2010.

Jardim da casa, bancos revestidos a azulejos antigos, 2010.

Aqueduto com caleira de pedra que transporta a água por dentro da parede da casa, 2008.

À direita do terreiro da entrada e depois de passada a fachada da casa, há um acesso ao jardim do Chafariz da Castelhana, ladeado por dois pavilhões iguais mas com funções diferentes: pombal e alambique/lagar. Frente a este jardim existe um outro, adjacente à fachada da casa, de buxo topiado com uma pequena cascata de embrechados num muro perpendicular à casa, que separa este espaço da horta e antiga vinha. Entre os dois jardins há uma área de sombra para onde estão orientados os bancos encastrados nos muros em alvenaria, que em planta apresentam uma forma de losango em que dois vértices simétricos dão acesso exterior a este espaço e os outros dois aos pequenos jardins.

O sistema hidráulico da Quinta da Francelha foi construído nos finais do século XVIII. Originalmente seria composto por um poço de onde era elevada a água através de uma nora, movida por um boi, com potes de barro fixados à sua volta, os alcatruzes[5]. A nora, engenho de origem árabe, esteve activa até ao início do século XX, altura em que foi substituída por um moinho de armação americano, ou engenho de vento americano, mais moderno[6], o qual ainda se encontra sobre o poço, mas desactivado desde os finais do século XX. Ao ser elevada, a água entrava nos canais suportados por pilares junto do poço – o aqueduto, entrando posteriormente na estrutura da casa e seguindo até ao Chafariz da Castelhana, onde se encontra uma cisterna. Esta, além de alimentar o chafariz contíguo, pensa-se que também terá servido o lagar, edifício adjacente à mesma. O aqueduto encaminhava a água para os campos secos, o lago com uma pequena cascata de embrechados[7] e uma bica, junto do mesmo lago, de onde era retirada água para diversos fins.

A horta, a cota inferior, era regada pela água que, retirada do poço, se armazenava no tanque grande[8], hoje transformado em piscina. Actualmente está instalada uma bomba eléctrica no poço que eleva a água e a distribui pelas áreas a regar a partir de tubagens subterrâneas.

Projecto de restauro

Após caracterização e avaliação dos espaços exteriores, estruturas e sistemas existentes na Quinta da Francelha apresentaram-se várias prioridades de intervenção, tendo os proprietários optado pela melhoria da drenagem das águas pluviais do pátio de entrada, do jardim principal, a sul da casa, e do novo limite oeste da quinta. A equipa de projectistas da ACB - Arquitectura Paisagista propôs também o restauro do jardim de buxo a norte da casa, onde uma cascata de embrechados, revestida a conchas e ostras, se encontrava parada há décadas.

No enorme pátio da entrada, onde um dia chegou a haver uma corrida de touros, avançou-se para uma prospecção do sistema de drenagem existente, a qual permitiu concluir que o funcionamento era deficiente por serem insuficientes as inclinações para o escorrimento normal da água, propondo-se a sua substituição e o aumento do número de sumidouros.

Para drenar o jardim, junto à fachada sul da casa, para onde se encontravam inclinados os terrenos e, logo, para onde escorria a água, infiltrando-se na fachada, foi executada uma valeta adjacente à mesma que além de receber as águas pluviais do telhado e de escorrência do jardim encaminha-as para um sumidouro que se encontra no seu limite inferior. Este sumidouro descarrega nas tubagens subterrâneas provenientes do pátio da entrada e seguem para o limite oeste da quinta, onde foi executada uma vala drenante com geodreno de ponta a ponta que encaminha a água para uma caixa localizada no limite norte da quinta.

Os proprietários manifestaram interesse no restauro da pequena cascata de embrechados de finais do século XVIII, a qual deixou de receber água no momento em que foi desactivado o aqueduto. Para o restauro deste conjunto foi feita a substituição das tubagens que ligavam o aqueduto aos repuxos, instalada uma bomba de recirculação da água para evitar gastos e inseridas pedras e ostras onde estas faltavam ou se encontravam partidas.

O restauro na Quinta da Francelha foi executado de acordo com as cartas e convenções internacionais dirigidas a jardins e sítios históricos, como a *Carta de Florença*[9], e, sendo discreto, considera-se da maior importância, pois a drenagem vai permitir uma melhoria de todo o conjunto construído. O restauro da cascata de embrechados dá já vida ao pequeno jardim de características peculiares, onde se conjugam os espaços de lazer, os bancos, os buxos e os pequenos pavilhões do alambique/lagar e pombal.

Cascata de embrechados e ostras restaurada, 2010.

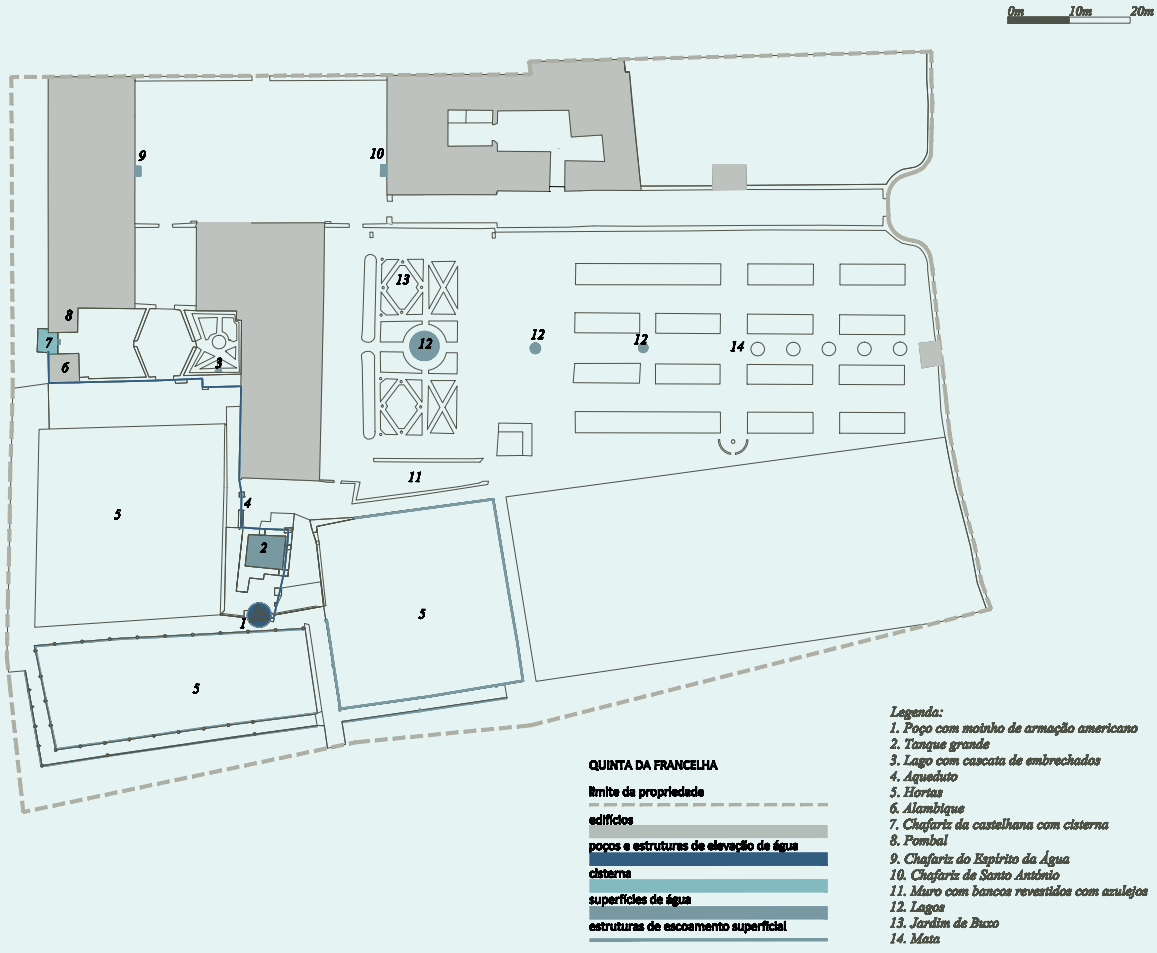
Já no século XVIII, os visitantes estrangeiros admiravam-se com a grande quantidade de quintas existentes nos arredores de Lisboa. Em 1801, no seu livro Travels in Portugal, *o professor Link da Universidade de Rostock observa que «(...) grande parte do campo à volta de Lisboa, particularmente a Este e a Norte e a distância considerável da cidade, está tapado de grandes jardins cercados por muros altos. As famílias habituaram-se a passar aí grande parte do Verão (...)».*

Nos dias que correm estas zonas de «lazer e frescura» quase desapareceram devoradas pela construção de prédios e urbanizações; as quintas, já raras, encontram-se como oásis, por entre ruas e blocos de apartamentos.

Ao integrar a APJSH, surgiu a possibilidade de poder dotar este património com uma obra dirigida, estudada e apoiada por técnicos de valor e respeitabilidade profissional que encontraram a imprescindível solução para a drenagem do pátio da casa, bem como o sistema de encaminhamento ideal das águas pluviais que se tornavam presentemente numa ameaça séria à saúde das paredes e seus frescos, impedindo a boa conservação de todo o edifício.

Foi ainda possível o restauro do lago com cascata de embrechados que poucos se lembram de ter visto a funcionar, por estar desactivado há muito tempo. | *Francisco e Leonor Patrício*

1



[1] Decreto n.º 31/83 de 9 de Maio, disponível em www.dre.pt

[2] M.M.M. Patrício — *Rosário da Vida. Quando eu era pequenina… (Dezenas de Alegrias)*. Lisboa: Escola Tipográfica Oficinas de São José de Lisboa, 1935, pp. 173-174.

[3] *Idem, ibidem*, p. 174.

[4] Paula Noé, *et al* — *Ficha de Inventário do Património Arquitectónico — Quinta da Francelha*, 2006, disponível em www.monumentos.pt, consultado em 15 de Julho de 2010.

[5] M.M.M. Patrício — Ob. cit., p. 174.

[6] J. Dias; F. Galhano — *Aparelhos de Elevar a Água de Rega: Contribuição para o Estudo do Regadio em Portugal*. Porto: Edição da Junta da Província do Douro Litoral, 1953, p. 44.

[7] M.M.M. Patrício — Ob. cit., p. 168.

[8] *Idem, ibidem*, p. 174.

[9] *Carta de Florença*, ICOMOS Documentation Centre, 1982.

Os percursos da água nos doze jardins

Cristina Castel-Branco

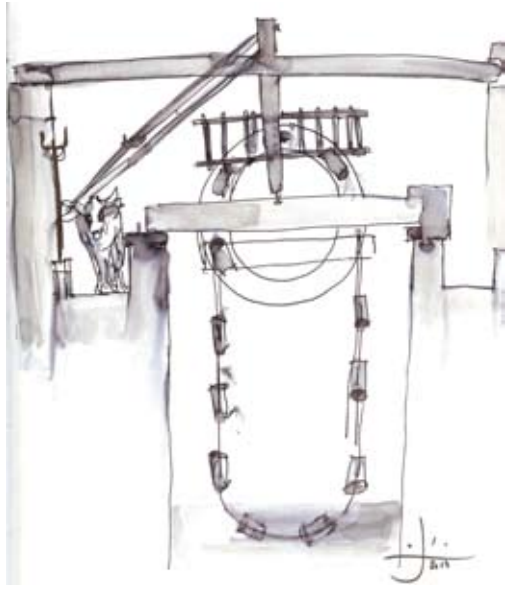
«Nada é improvisado, nada é arbitrário, antes pelo contrário, tudo está devidamente justificado e verificado pela experiência»[1].

Na sua recolha de tipologias de quintas históricas nos arredores de Lisboa, Luís Paulo Ribeiro propõe uma divisão em três etapas para a forma como a água é tratada no jardim, tanto do ponto de vista estético como funcional: a captação, o armazenamento e a «condução, sempre segundo as leis da gravidade»[2]. Depois de estudados doze jardins dispersos por todo o país e na síntese final da análise do tratamento da água nos mesmos, adicionámos a esta classificação uma nova etapa, a do destino da água, ornamental ou funcional, e reconhecemos que a sua condução se verifica em dois momentos diferentes: da captação ao armazenamento e deste à distribuição, por fontes, bicas e tantas outras formas de entrega da água. O destino da água num jardim é ornamental, mas nos jardins portugueses o ornamento e a função confundem-se, por isso criámos no destino duas etapas separadas, sabendo que podem por vezes surgir em simultâneo. Os sistemas hidráulicos destes doze jardins e os elementos de água neles encontrados foram analisados à luz destas cinco etapas e organizados em cinco classes num quadro que sintetiza este capítulo.

Na etapa de recolha registamos minas, nascentes, poços, noras, superfícies impermeabilizadas que recolhem a água da chuva, e ainda linhas de água a partir das quais se represa a água directamente em açude. O transporte apresenta soluções em aqueduto, canal, caleiras a céu aberto, caleiras em galeria ou condutas fechadas subterrâneas. Estas soluções são as mesmas utilizadas para a distribuição da água após armazenamento, por isso se juntaram estas duas etapas do uso da água. O armazenamento surge nestes jardins em cisternas, em tanques e em «caixas» abertas no basalto. Depois da etapa da distribuição vem a função ornamental, onde se identificaram dez formas de utilização da água, desde a simples bica que cai para uma taça à cascata onde a água escorre criando musgos permanentes. É claro que no país haverá muitas mais, mas esta amostra é bastante representativa das tipologias mais frequentes. A função final da água, o seu destino, depois de atravessar o jardim ornamentando-o, é, normalmente, a rega, mas encontrámos também utilizações de água para uso doméstico, tanques da roupa, alambiques, e rodas de água para produção de força motriz, que podem até estar entremeadas nas etapas anteriores.

Os doze jardins estudados distribuem-se por Portugal continental e Açores, e apresentam uma variada gama de soluções para as várias etapas da água. Encontram-se também distribuídos em terrenos calcários, basálticos ou graníticos, constituindo um leque representativo dos tipos de soluções para a água, que engloba quase todas as formas encontradas

Viana do Castelo, Quinta da Boa Viagem, caleira em granito com o sistema original de distribuição de água, 2010.



Setúbal, Quinta das Machadas, nora mourisca de eixo curto vertical e poço (tipologia da quinta), desenho de Cristina Castel-Branco, 2010.

no país e permite a definição de tipologias que foram sendo registadas e se apresentam em síntese.

Os três jardins que se encontram sobre substrato basáltico são o jardim do Palácio Fronteira, o claustro do Convento do Bom Sucesso, ambos no sopé da serra de Monsanto, em vertentes opostas desta elevação basáltica de Lisboa, que iniciam o seu sistema de captação de águas em minas, e o Jardim José do Canto, na ilha de São Miguel, nos Açores, com um sistema de recolha da água directamente das chuvas (2000 milímetros por ano) para um tanque.

No Norte de Portugal, três outros jardins foram construídos sobre granitos: o jardim da Quinta da Boa Viagem, em Viana do Castelo, o jardim do Paço Vitorino, em Ponte de Lima, e o jardim da Casa de Juste, em Lousada, todos com longos sistemas de minas para o abastecimento de água.

O substrato geológico com mais representatividade neste conjunto é o calcário, onde se encontram os restantes seis jardins e os seus tipos de recolha de água são variados: noras, moinhos de vento, rodas de água, minas e nascentes.

O restauro de cada sistema levou a estudos, prospecções e registos de todos os elementos de água nos jardins, a partir dos quais se elaborou o quadro-resumo[3], onde, em colunas, que representam as cinco etapas, surgem os elementos que no terreno as consubstanciam, registando-os para cada um dos jardins. Cada etapa da água nos jardins tem diferentes elementos, conforme o local, a geologia e a topografia do lugar, identificando-se algumas tendências, como as noras, por exemplo, que só aparecem em zonas planas de formação calcária.

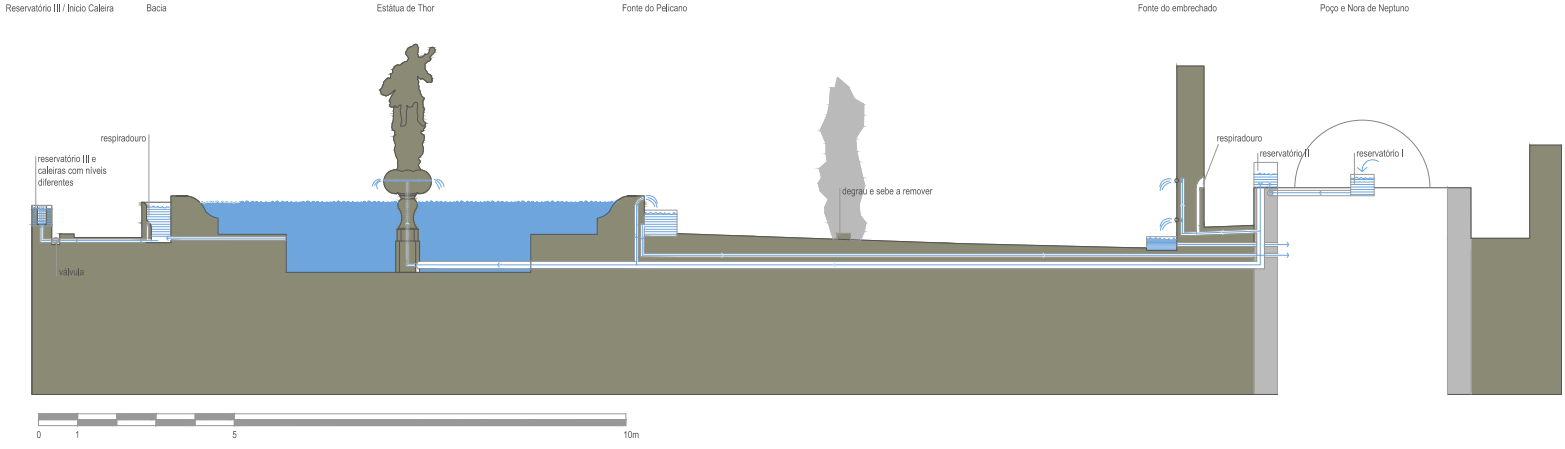
Recolha

Resumem-se a cinco os tipos de recolha tradicional de água que encontrámos nos doze jardins estudados: o **açude**, que represa a água numa linha de água natural; a **nascente**, que brota água directamente para um canal; a **mina** em canal subterrâneo, que recolhe a água que pinga da rocha-mãe; a água da chuva recolhida em **superfícies impermeabilizadas** e, finalmente, a água elevada a partir do lençol freático, por força animal, nas **noras**/**poços** ou por agentes naturais em moinhos de vento ou rodas de água. São estes os tipos mais frequentes de recolha de água que se distribuem por todo o país, com múltiplas variações e não menos designações regionais.

O açude da ribeira do Pego, na Quinta da Boa Viagem, servia a força motriz para as azenhas; na Casa de Juste, um açude recolhe a água que é conduzida para o jardim. As nascentes são ressurgências naturais, que determinaram a localização do Palácio Fronteira ou da Quinta das Lágrimas com referências documentadas desde o século XIV, situações raras que remontam à Idade Média.

As minas são sistemas antigos de recolha de água que se encontram já nos romanos, surgindo também na cultura islâmica em redor do Mediterrâneo (*qarats*), sendo frequentes nas quintas portuguesas e nos conventos, alimentando os jardins de água fresca nas fontes e nos tanques de rega. São subterrâneos estreitos (de 50 a 70 centímetros) e baixos (1,20 a 1,50 metros de altura), que podem chegar a ter mais de 1 quilómetro de comprimento e que perfuram a rocha, atingindo veios de água que em permanência vão pingando para um canal central. Este canal transporta a água até à superfície, despejando-a num tanque que vai enchendo e entregando a água a outros tanques mais abaixo ou a fontes, taças com repuxos ou bicas. O sistema, uma vez construído, funciona perfeitamente desde que chova e a água se infiltre, pois a rocha vai mantendo a água, que vai sendo libertada pouco a pouco. Apesar de ser um trabalho duro, a única manutenção exigida é a limpeza da mina de forma a assegurar o escoamento. No âmbito deste trabalho foram «desentupidas» várias minas, o que permitiu aumentar muito o escoamento da água para os tanques de recolha.

Sobre os telhados, pátios, eiras ou terraços recolhem-se as águas caídas, forma ancestral de captação da água com exemplos por todo o país, encontrando-se na arquitectura privada, como nas cerca de duzentos e quarenta cisternas dos pátios das casas do casco histórico de Santarém, ou a cisterna do Castelo de Palmela, de enormes dimensões. A quantidade de água recolhida depende da quantidade de chuva, mas também da superfície de recolha, e na arquitectura popular do Algarve são os eirados que aumentam esta superfície, garantindo um máximo de recolha para armazenamento de água indispensável à vida no Verão. O único exemplo que temos de cisternas neste estudo é no Jardim José do Canto, pois substituiu-se o antigo tanque, agora destruído, por duas cisternas.



Quinta das Machadas, Tanque de Thor ligado à nora mourisca, sistema de recolha e distribuição. A meio do percurso da água, a Fonte de Embrechados como ornamento, desenho de Maria Matos Silva, 2009.

O sistema de alcatruzes das noras permite a elevação da água a partir de um lençol freático subterrâneo, próximo da superfície, e aqueles que foram encontrados neste trabalho eram movidos por força animal ou moinhos de água movidos por vento. As noras elevavam a água que podia servir as cascatas, as fontes e os tanques do jardim e só depois a rega por caleiras ou elevando a água a uma cota mais alta, que abastecia aquedutos ou directamente cisternas, distribuindo-a depois para rega.

As noras são constituídas por rodas de água e inserem-se numa das tipologias desenvolvidas por Jorge Dias no seu levantamento[4], no qual se definem vários tipos, como as noras de rodas dentadas (entrosas), de eixo curto baixo, e noras de eixo comprido alto. Na Quinta das Machadas, onde se restauraram duas noras, pudemos estudar a nora mourisca de eixo curto baixo e a nora de eixo comprido alto. «(...) Os moinhos de água são formados por quatro barrotes que, colocados ao alto sobre a boca do poço, constituem uma armação em forma de tronco de pirâmide (...) No cimo do tronco de pirâmide, há um suporte de madeira, sobre o qual assenta um veio em U que se prolonga para um dos lados, servindo de eixo e de apoio aos quatro paus das velas (...) No centro do suporte existe um eixo vertical, a que o eixo em U imprime um movimento de vaivém. Este eixo está ligado a uma bomba, dentro do poço, que vai tirando água sempre que o vento faz girar a engrenagem (...)»[5]. Os moinhos de água que encontramos sobre os poços em duas quintas, Santo António e Francelha, foram em tempos moinhos de velas que coincidem com a descrição acima, mas foram substituídos durante o século XX por moinhos americanos.

«(...) Nas rodas hidráulicas, a água ao mesmo tempo que é elevada para irrigar os campos serve de força motriz e faz girar a roda com os alcatruzes (...)»[6]. Este tipo de rodas hidráulicas existiu na Quinta das Lágrimas para accionar as mós do lagar e funciona aqui unicamente como registo do uso das águas para energia. Todas as peças do lagar foram adaptadas aos jardins do hotel actual da Quinta das Lágrimas.

Transporte e distribuição

O **aqueduto** que leva água de um ponto alto, onde a elevaram nos alcatruzes de uma nora, para o tanque acima, sem perder cota e podendo depois distribuí-la para as várias funções, tem um exemplo de excelente construção na Quinta das Machadas. Principiando com cerca de 5 metros junto à nora, o aqueduto prolonga-se por mais de 100 metros, mantendo a água ao mesmo nível, enquanto o terreno sobe até ao tanque, onde a despeja a 1,20 metros do solo.

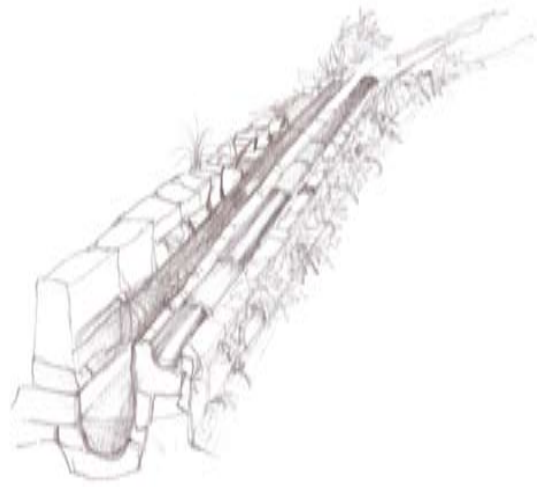
Os **canais** são feitos em alvenaria ou talhados em pedra em forma semicircular, como no Palácio Fronteira, na Quinta da Boa Viagem, no Paço Vitorino e na Casa de Juste, ou de telhas cerâmicas que se encaixam formando uma linha com o mínimo de inclinação, mas o suficiente para assegurar o movimento da água, como na Quinta das Lágrimas. Encontramos canais a correr por cima de muros, como na Quinta da Francelha, e em alvenaria revestida a tijoleira ao longo de caminhos na Quinta das Machadas. Surgiu também um canal com

dois níveis: um onde a água corre a céu aberto e outro num dos lados do murete, onde duas telhas cerâmicas embutidas na alvenaria fazem a função de cano. Este exemplo é muito raro e encontra-se no Cano dos Amores da Quinta das Lágrimas.

As **caleiras** em galerias transportam água por baixo de terra em escoamento livre e surgem no Palácio Fronteira, no Paço Vitorino, na Quinta da Boa Viagem, mas são mais raras que as condutas fechadas que surgiram em quase todos os jardins. Na fase de distribuição, após armazenamento e antes de chegar ao seu «destino ornamental», a água aparece em manilhas de grés e manilhas de cerâmica e, junto dos pontos de saída de água, o diâmetro da conduta de cerâmica diminui e liga-se a um tubo de chumbo, permitindo um aumento de pressão para os efeitos ornamentais que se pretendem. Surgiram exemplos destes no Palácio Fronteira, na Quinta de Belas e na Quinta de Santo António.

Na Quinta da Francelha surgiu uma caleira em galeria muito peculiar, pois o aqueduto, a cerca de 4 metros de altura, adossa à parede norte da casa e aí faz entrar a água, que corre dentro da parede passando depois a céu aberto numa caleira sobre o muro, até a entregar num reservatório no cimo de um pilar de portão. A partir dessa cota alimenta a fonte, o alambique e o jardim.

A conduta subterrânea do Convento do Bom Sucesso transportava a água da mina de Vila Correia para o convento a uma cota mais abaixo para alimentar o convento e a fonte do claustro, que foi restaurada e que revela simplicidade de meios para efeitos de grande potencial com a água a girar por simples pressão gravítica numa peça de bronze, com esguichos, colocada sobre a fonte central.

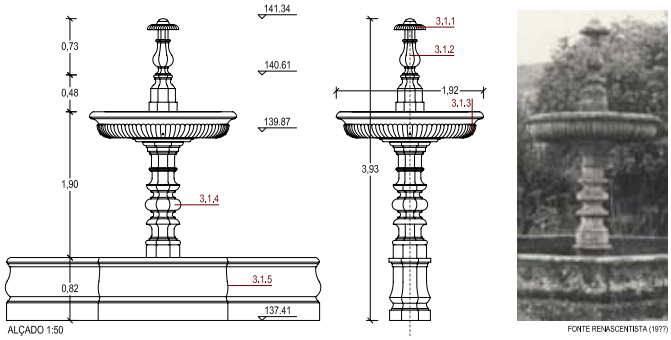


Coimbra, Quinta das Lágrimas, Canal dos Amores, dois níveis de transporte de água, em meia cana fechado para água potável em cima e em meia cana aberto em baixo, desenho de Cristina Castel-Branco, 2010.

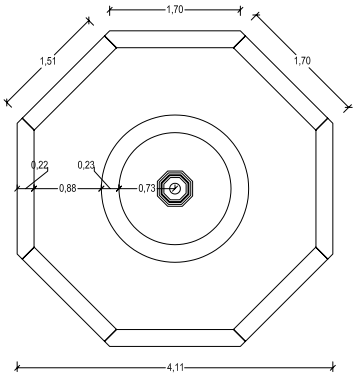
Loures, Quinta da Francelha, caleira em aqueduto de uma só pedra, 2010.

Armazenamento

No rigoroso trabalho de levantamento para o livro *Arquitectura Popular em Portugal*, as **cisternas** são apresentadas para a região do Algarve como sistema de recolha: «(...) construindo-se caleiras de telha ao longo das fachadas e sob os beirados, para recolha das águas que correm pelas suas vertentes ou dos seus terraços, sendo deste modo conduzida para cisternas. Se não é suficiente a água recolhida, recorre-se então ao eirado que consta de um vasto terreiro ao nível do terreno, revestido a ladrilhos e com declives para encaminhar a água das chuvas para um pequeno orifício, que comunica com o interior da cisterna, de onde será tirada por meio de uma boca semelhante às dos poços (...)»[7]. Neste estudo surgiu a necessidade de recolher exactamente através de cisterna a água para a rega durante os meses secos, no Jardim José do Canto, nos Açores.

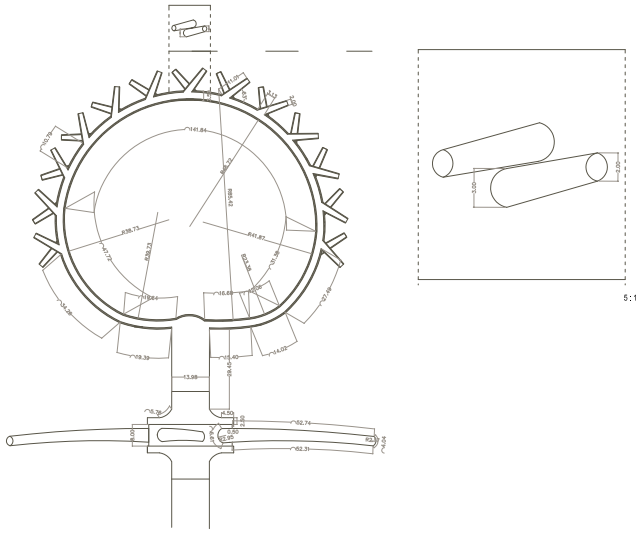


FONTE RENASCENTISTA (197?)

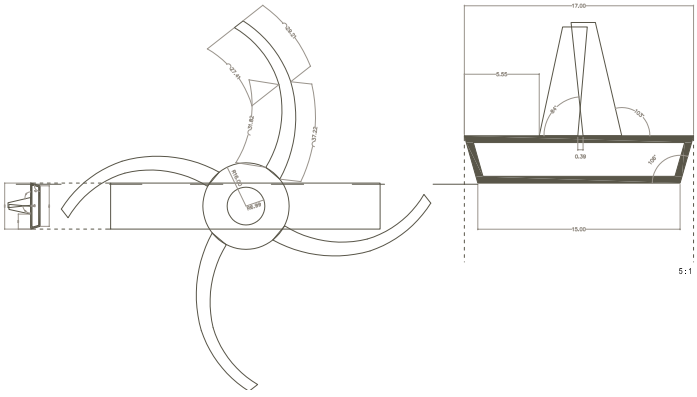


"A FONTE, QUE ORNA EFTE JARDIM, HE TAMBEM OBRA ANTIGA. A AGOA ALLI REPUCHADA CAHE DE HUMA ESFERA EM UMA BACIA GOMEADA, E DALLI, POR PEQUENAS CARRANCAS QUE A LANÇAÕ EM HUMA MAIOR, VEM DEFPEJAR-FE NO SEU RECEPTACULO, QUE HE HUM OUTAVADO GRACIOFO."

BARBOZA, D. C., 1799. "DESCRIPÇAÕ DA GRANDIOSA QUINTA DOS SENHORES DE BELLAS, E NOTICIA DO SEU MELHORAMENTO". LISBOA, TYPOGRAPHIA REGIA SILVIANA, P. 33.



5 : 1



5 : 1

As caixas de distribuição de água do sistema original são cavidades no basalto, nas quais se tem acesso à água, devido a esta ficar retida no basalto. Como o sistema de distribuição por manilhas de cerâmica subterrâneas já não funcionava e, nas partilhas, o tanque de armazenamento ficou fora da propriedade, foi necessário introduzir um novo sistema de recolha e armazenamento, tendo-se optado pela captação de água nos telhados e a construção de duas cisternas para armazenar a água da chuva.

A forma mais normal de armazenamento são os tanques, sendo o da Quinta das Machadas o exemplo mais completo de objecto de ornamento e função no coração do jardim e do laranjal, esbatendo as fronteiras entre estes dois conceitos. De inspiração barroca, foi construído para receber a água da nora e depois distribuí-la pelas caleiras, que em quadrícula regam boa parte da quinta.

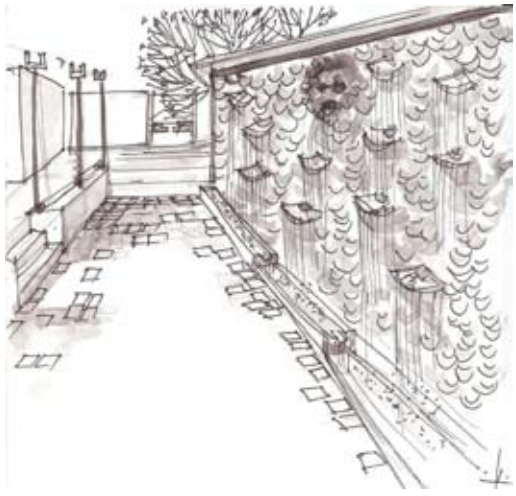
Ornamento

Os ornamentos criados com água são múltiplos e neste trabalho registaram-se desde a simples bica que cai para uma pia, até à **cascata** que desce por uma encosta ou uma parede e onde a água escorre criando musgos permanentes. Existem ainda os **nichos de embrechados** que pingam por vários orifícios, as **fontes em taça**, os **esguichos** e os **lagos** serpenteantes rematados a pedra tosca, com peixes e plantas, os **repuxos**, e as **paredes de água** cobertas do verde das avencas, em que a água corre por canais embutidos na parede, passando por pequenas taças a ela presas que mantêm a humidade para as plantas. Foi ainda identificado, no Palácio Fronteira, um elemento muito peculiar: a mesa de água com um sistema duplo de chegada e saída de água pelo mesmo orifício, criando uma surpreendente bolha de ar sobre a mesa.

Sintra, Quinta do Senhor da Serra, fonte de taça renascentista em pedra, desenho de Miguel Coelho de Sousa, 2009.

Lisboa, Claustro do Convento do Bom Sucesso, repuxo de bronze, para criar efeitos elaborados de água (século XVII), desenho de Inês Fontes, 2010.

Destino



Lisboa,Quita de Santo António, parede de água com distribuição por gravidade, para pingar sobre avencas e plantas de água, desenho de Cristina Castel-Branco, 2010.

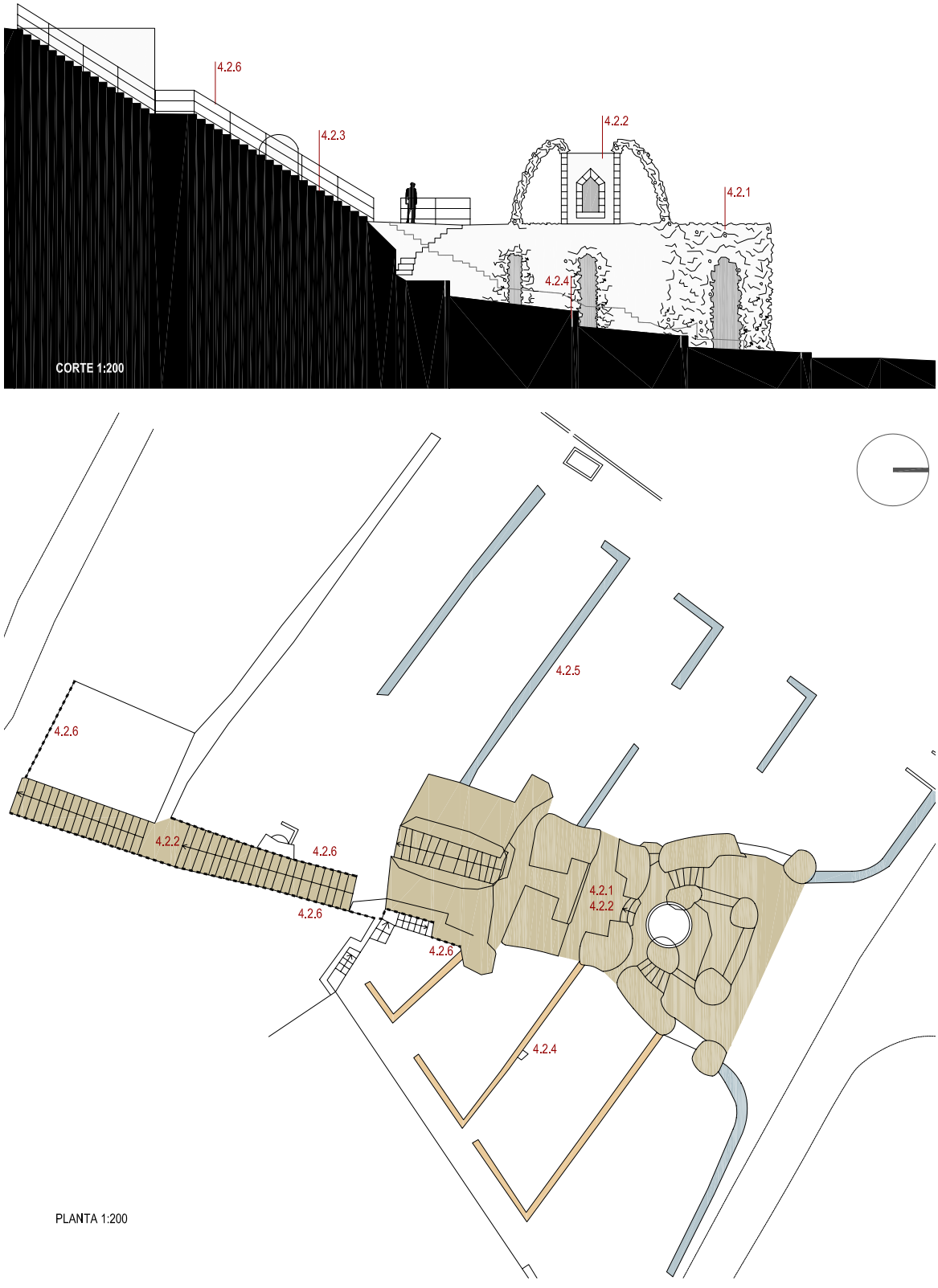
Lisboa, Palácio Fronteira, Casa de Fresco, bolha na mesa de água já restaurada, desenho de Cristina Castel-Branco, 2010.

O destino final da água é, na maioria das vezes, a rega, através de caleiras que acompanham os caminhos, os muros e as regadeiras que a distribuem depois por alagamento. A partir da vulgarização das máquinas e bombas para a agricultura, os tanques, nestas quintas históricas, mantêm a sua função de armazenamento, passando estes a ter bombas acopladas (accionadas com gasóleo ou com electricidade) que ao criar pressão nos circuitos permitem a elevação da água e uma variedade de formas de rega mais eficientes, como a rega por aspersão, a rega gota-a-gota e os pulverizadores que a força da gravidade só por si não permitia. Em todos os casos, a função melhora, mas em simultâneo surgem as casas das bombas, que desfiguram totalmente o ambiente rural, e as canalizações à vista que fazem com que a beleza dos tanques se perca.

Encontraram-se também funções como o fornecimento de água à casa, ou a água para os tanques de lavar a roupa, ou ainda a utilização da água como força motriz para o lagar ou para a moagem nas azenhas da ribeira do Pego, na Quinta da Boa Viagem.

É característica do jardim português a mistura sem fronteiras do ornamento com a função e essa expressão, de simplicidade bucólica com apontamentos de intenções estéticas, vimo-la na sua melhor representação na Quinta das Machadas, em Setúbal, onde os laranjais de sombras escuras se podiam visitar por caminhos ornamentados de bancos e o grande tanque de distribuição de água é mais uma obra de arte do que um tanque de rega.

[1] *Arquitectura Popular em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 622.
[2] Luís P. Ribeiro — *Sistemas de Água em Composição Paisagística: Aspectos Estéticos e Funcionais*. Lisboa: s.n., 1992, p. 21. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, texto policopiado.
[3] Quadro elaborado no âmbito do estágio em ACB-Arquitectura Paisagista *e do relatório* final de estágio curricular de Bernardo de Magalhães e Menezes para o mestrado em Arquitectura Paisagista da Universidade do Porto, Junho de 2010.
[4] J. Gias; F. Galhano — *Aparelhos de Elevar a Água de Rega*. Porto: Ed. Junta de Província do Douro-Litoral, 1953, p. 60.
[5] *Idem, ibidem*, p. 41.
[6] *Idem, ibidem*, p. 44.
[7] *Arquitectura Popular em Portugal*, p. 622.



Quinta do Senhor da Serra, corte e planta da cascata romântica, desenho de Miguel Coelho de Sousa, 2009.

QUADRO

SISTEMAS HIDRÁULICOS REGISTADOS – etapas dos sistemas hidráulicos tradicionais e seus elementos encontrados nos doze jardins restaurados no âmbito do programa *Restauration of gardens' hydraulic systems, walls and trails*. EEA Grants 2007-2010

DESCRIÇÃO	I	II	III	IV	V
SUBSTRATO BASÁLTICO					
1. JARDINS DO PALÁCIO FRONTEIRA					
O sistema hidráulico estende-se por toda a quinta e abrange três sistemas de circulação independentes, alimentados a partir de quatro minas. A mina superior, furada em basalto em interface com calcário, alimenta, por uma caleira ao longo da mata, o tanque por trás da Galeria dos Reis, que se encontra a cerca de 12 metros acima do *parterre* de buxo, e permite criar repuxos altos das estátuas do Tanque dos Cavaleiros, alimentar a cascata de Hipocrene e as cinco fontes do *parterre*. A partir da mina junto à Casa de Fresco a água era encaminhada em manilhas de cerâmica e tubagem de chumbo para as figuras na Casa de Fresco que enchiam as respectivas pias, para os esguichos camuflados nos Bancos das Macacarias, estátuas dos meninos do Lago dos SS e para o Lago dos Pretos. A água descarregada para conduta de cerâmica é encaminhada para o Lago dos SS. O Tanque dos Limoeiros, no patamar acima, alimenta a mesa da Casa de Fresco, os repuxos do Lago dos SS e alimentaria a Fonte de Vénus. A descarga do Lago dos SS podia ser feita para a Fonte da Carranquinha ou directamente para o Caneiro, um riacho para onde descarrega o Aqueduto das Águas Livres seguindo uma linha de água natural, tendo esta sido encanada entre dois muros e com o fundo em lajes de basalto. A água da Fonte de Vénus e do Lago dos Pretos abastecia o Tanque dos Cavaleiros, no terraço abaixo, e deste seguia para regar o Jardim de Buxo, as hortas e o pomar. Num dos muros do Lago dos Pretos há uma porta de onde se desce para uma mina, que alimenta com água límpida a Fonte da Carranquinha ao nível da soleira do palácio.	ALA M	CCA CM CS	T	B E Rp Ca Ch Ma F	R A TL
2. CLAUSTRO DO CONVENTO DO BOM SUCESSO					
O sistema hidráulico original do Convento do Bom Sucesso era alimentado por uma mina que ainda existe com água, na Vila Correia. Esta água chegava ao convento por canalização subterrânea, era armazenada em reservatório e distribuía-se pelas bicas, na parede do claustro, e pelo lago, ao centro do claustro, através de repuxo e esguichos que foram restaurados dando origem a efeitos singulares. Este lago, revestido a azulejo, apenas apresentava um descarregador de fundo, única via para o seu vazamento. Em Junho de 1942 a água deixou de correr para o claustro, devido ao loteamento e construção da Encosta do Restelo. Hoje as fontes são alimentadas por água da companhia.	M	CS	T	L E F Rp	TL R A
3. JARDIM JOSÉ DO CANTO					
O antigo sistema de rega do Jardim José do Canto tinha origem na água armazenada num tanque, alimentado, por sua vez, pela água das chuvas. Do tanque partia um canal que transportava a água até determinados pontos do jardim, caixas, a partir dos quais era distribuída manualmente através de regadores ou baldes. Estas caixas de secção circular, com aproximadamente 1 metro de diâmetro, eram construídas em alvenaria de pedra, apresentando um degrau que serviria de apoio para a operação de enchimento dos regadores. A entrada de água far-se-ia por uma conduta de cerâmica com 10 a 15 centímetros de diâmetro, o que leva a supor terem existido ramais alimentados pelo canal e constituídos por esta conduta subterrânea. O tanque, que se localizava no exterior do jardim, a norte, foi destruído pela urbanização que aí se desenvolveu. São poucos os indícios do sistema hidráulico original que subsistem, pelo que foram construídas de raiz duas cisternas e instalado um sistema de rega automático.	S	CS CCA Cn	Cx C	L	R
SUBSTRATO GRANÍTICO					
4. QUINTA DA BOA VIAGEM					
A quinta localiza-se na meia encosta da serra de Santa Luzia, aproveitando a disponibilidade de água proveniente de uma nascente do Monte Castro da Areosa e da ribeira do Pêgo, e a inclinação natural do terreno. A água é captada em quatro diferentes minas, que foram desentupidas, e encaminhada por caleiras entrando pelo cimo da quinta e sendo armazenadas em galerias. A quinta dispõe de vários tanques de granito, onde bicas simples e fontes esculpidas confirmam as preocupações ornamentais deste ponto alto, onde se vinha gozar as vistas e a frescura dos tanques. A água é distribuída por uma rede de caleiras de granito, a céu aberto, ao nível do solo, ou por conduta subterrânea, e destinada à rega dos campos agrícolas e à alimentação de três fontes, a Preguiça e as dos tanques de Santo António e São João.	M ALA	CM CCA CS Cn	T	B F Ch	TL R EN A

I - Recolha: ALA (açude em linha de àgua); M (mina); N (nascente natural), P (poço); S (superfície impermeabilizada)
II - Transporte e Distribuição: Aq (aqueduto); Cn (canal); CCA (caleiras a céu aberto); CM (caleiras em minas); CS (conduta subterrânea)
III - Armazenamento: C (cisterna); Cx (caixas); T (tanque)
IV - Ornamento: B (bica); Ca (cascata); Ch (chafariz); E (esguichos); F (fonte); L (lago); Rp (repuxo); PA (parede de àgua); MA (mesa de água)
V - Destino: A (abastecimento da casa); TL (tanque de lavar); EN (energia); R (rega)

DESCRIÇÃO	I	II	III	IV	V
5. JARDIM DO PAÇO VITORINO					
Este sistema inicia-se em três minas, situadas a montante. Da primeira, à cota aproximada de 25 metros, uma caleira em granito ao nível do solo conduz a água até ao Nicho de Nossa Senhora da Conceição, vencendo um desnível de quase 5 metros. Aqui o caminho encontra uma bifurcação, podendo a água ser encaminhada para um primeiro tanque, de 32m², ou continuar o percurso por uma caleira adossada ao muro. Esta caleira é reforçada pela água proveniente de uma outra mina, cujo traçado a montante se encontra obstruído, atravessa todo o jardim, junto ao muro, podendo seguir diferentes trajectos, indo alimentar o tanque maior, de 103m², em granito, e a fonte esculpida do Jardim Barroco. A partir deste tanque de cima, a água é distribuída para rega do Jardim Barroco, por alagamento, seguindo por caleira de granito ao nível do solo e depois por regadeiras. Em alternativa, pode também ser recolhida num tanque de lavar, de 2,5m² apenas, indo posteriormente regar o pomar e os campos agrícolas. De uma terceira mina, a sudoeste, à cota de 23,60 metros, provém a água que, directamente, alimenta a casa.	M	CCA Cn CS CM	T	F CS	R A TL
6. JARDIM DA CASA DE JUSTE					
A água proveniente do rio é retirada por açude e conduzida para o jardim, onde uma sucessão de tanques, alimentados por bicas talhadas no granito, criando um espelho de água no eixo do jardim, funcionam também como reservatórios, com capacidade para cerca de 500m², na orla da mata. A água de uma das minas é canalizada para o tanque junto do passadiço de madeira, depois para o tanque circular e deste para o do jardim de buxo, funcionando este sistema exclusivamente por gravidade. A água da nascente corre para o tanque da mata, onde é armazenada, e deste, por caleira, é encaminhada para outro tanque junto do passadiço. A água proveniente da outra mina é directamente transportada para a casa principal e posteriormente distribuída pelas outras casas e cozinhas. A rega é realizada manualmente, utilizando a água dos tanques que é distribuída pelos diferentes jardins e talhões por alagamento. No cimo da quinta foi construído um novo tanque, rematado a granito, com uma capacidade de 120m² para rega.	N ALA M	CCA Cn CS	T	F L	R A TL
SUBSTRATO CALCÁRIO					
7. JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA					
De diferentes minas abertas no calcário é captada a água que alimenta o sistema hidráulico, situando-se estas na fractura geológica do maciço calcário que existe ao cimo da actual Rua Pedro Monteiro. Estas minas datam do século XVIII, altura em que foram construídas galerias subterrâneas para condução da água, porém, com a evolução do traçado urbano algumas das galerias que conduzem ao jardim foram substituídas por canalizações. A água chega ao jardim para um reservatório (com uma capacidade de cerca de 400 m²), localizado no topo, sendo depois distribuída para o terraço inferior e surgindo em repuxo na fonte do quadrado central; daqui segue para o tanque junto à estufa fria, derivando para alimentar uma cascata e lago serpenteante e distribuindo a água para a zona da repicagem e para outro tanque situado no bambuzal; este percurso de água era desviado para caleiras que asseguravam a rega manual do jardim. Na mata, a Fonte de São Bento, dentro da capelinha, e a Fonte de Santa Escolástica são alimentadas por nascentes.	ALA M	CM CS CCA	C T	E F L B Rp	En R A TL
8. QUINTA DAS LÁGRIMAS					
Em região calcária, a Quinta das Lágrimas está situada em encosta íngreme que a protege do vento e onde a água doce é abundante. O histórico sistema hidráulico inicia-se com a captação: na Fonte dos Amores em mina, na Fonte das Lágrimas em nascente. Na Fonte dos Amores, alimentada por uma mina onde o caudal de duas nascentes converge, uma obra régia permitiu, já no século XIV, a condução da água através do Cano dos Amores, ao longo de 500 metros até ao Convento de Santa Clara. Já as águas das Fontes das Lágrimas são levadas para o grande tanque, de 1020 m², que nunca foi desactivado. Esta água é encaminhada por um canal com dois níveis e é utilizada para produção de energia, permitindo o funcionamento de um moinho e de uma prensa de azeite. O palácio era também abastecido na roda de água que movia as pedras do lagar por esta água.	M ALA N	CCA CS Cn	T	Rp B L F Ch Ca	En R A TL

I - Recolha: ALA (açude em linha de àgua); M (mina); N (nascente natural), P (poço); S (superfície impermeabilizada)
II - Transporte e Distribuição: Aq (aqueduto); Cn (canal); CCA (caleiras a céu aberto); CM (caleiras em minas); CS (conduta subterrânea)
III - Armazenamento: C (cisterna); Cx (caixas); T (tanque)
IV - Ornamento: B (bica); Ca (cascata); Ch (chafariz); E (esguichos); F (fonte); L (lago); Rp (repuxo); PA (parede de àgua); MA (mesa de água)
V - Destino: A (abastecimento da casa); TL (tanque de lavar); EN (energia); R (rega)

DESCRIÇÃO	I	II	III	IV	V
9. QUINTA DAS MACHADAS					
O sistema hidráulico da Quinta das Machadas capta a água de um lençol freático muito próximo da superfície. Três circuitos diferentes, iniciados nas noras, recolhem, armazenam e distribuem a água por toda a quinta por caleiras em quadrícula. Os sistemas de captação e elevação da água são as peças mais interessantes, não só pela sua diversidade, como pelo facto de ainda continuarem a ser utilizados para rega. A oeste da casa, o sistema poente recolhe a água num poço fundo construído no século XX com bomba a vapor que trazia a água para o tanque. A partir daqui era feita a alimentação dos lagos nos jardins mais próximos da casa. O sistema hidráulico do aqueduto inicia-se num largo poço, com o nível freático bastante elevado, cujo sistema de elevação é constituído por uma nora que descarregava a água para o aqueduto. Este transportava a água para um grande tanque no centro da quinta e deste a água era distribuída por uma rede de caleiras para a rega do pomar. O terceiro sistema tinha início na captação de água num poço, onde a elevação era também assegurada por sistema de nora de eixo curto e duas rodas, passando por uma fonte num nicho de embrechados e pias com avencas. A água era depois encaminhada através de uma conduta em grés, alimentando o lago octogonal e de parede espessa com largura aproximada de 1 metro, centrado por figura mitológica. No centro do lago, o deus Thor deita água pelo pedestal. Uma outra estátua mitológica, representando a Serpente de Midgard, foi posta no seu local inicial e atira água para fora do lago, relembrando os *giochi* dos jardins italianos, embora neste mesmo lago, a água que alimentava esta estátua provinha do lago central, pertencente ao sistema hidráulico do aqueduto. Daqui a água era distribuída, mais uma vez, por caleiras que saem do tanque de amortecimento do lago equipado por grandes válvulas de ferro para rega.	ALA P	CS Aq Cn CCA	T	F Ca E B R Ch	R TL
10. PAÇO DE BELAS E QUINTA DO SENHOR DA SERRA					
Este paço foi construído junto à ribeira do Jamor, que atravessa a quinta e também é alimentado por uma mina de água localizada a meia encosta, à cota de 150 metros, e encontra-se em pleno funcionamento durante todo o ano. A água dela proveniente é transportada por canalização subterrânea e abastece uma cisterna com capacidade de 40 m². A partir da sua descarga de fundo, à cota de 146,30 metros, é encaminhada para o circuito da cascata, alimentado por tubagens de chumbo que por sua vez alimentam bicos escamoteados nas pedras. Além destes elementos de água, a água da mina alimenta também tanques para regar os campos de cultivo a sul da ribeira do Jamor. Também as águas da ribeira, retidas em açudes, alimentam estes campos agrícolas e os tanques do jardim. O paço e os seus jardins eram alimentados por uma caleira que transportava água proveniente das nascentes e minas situadas na actual Quinta da Fonteireira. A abundância com que estas águas chegavam ao paço permitia o funcionamento por gravidade dos tanques exteriores, das duas fontes do jardim norte e do lago do Jardim de Buxo em circuito aberto. A distribuição era feita por caleiras no cimo dos muros do Terreiro do Paço e alimentava também um tanque de bicas para a populaça, exterior à quinta, adossado ao muro do paço e ornamentado com baixo-relevo.	ALA M	Cn CCA CM CS	T C	Ca Ch L B F	R A TL
11. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO					
O sistema hidráulico da Quinta de Santo António inicia-se com a captação da água num poço, o qual foi limpo e desobstruído, identificando-se uma mina que o alimenta, vinda de sul com um intenso caudal, mesmo em Agosto. A água era antigamente elevada num sistema de nora, que foi substituída por moinho de armação americano. Após a elevação, a água era conduzida por gravidade em calhas elevadas até a uma cisterna, onde era armazenada. Daqui seguia um de dois caminhos: por gravidade, seguia para ser distribuída para rega do antigo pomar por alagamento, por tubagem e caleiras e destas para regadeiras. Também por gravidade, seguia por tubagem, inserida nos muros e paredes das construções, e ia alimentar a cascata de embrechados, o Pagode Rocailles e a parede de água. No pátio da entrada foi descoberta uma enorme cisterna, alimentada pelo poço por canalização subterrânea onde a água era retida por bomba manual para uso da casa. Um pequeno nicho de embrechados com cascata e pia marcam o eixo do pátio da entrada.	M P	Cn CS CCA	C	Ca L PA F	R A TL
12. QUINTA DA FRANCELHA					
A água nesta quinta é captada a partir do lençol freático. O antigo sistema de nora que elevava a água recolhida no poço foi substituído por moinho de armação americano. Depois de elevada, a água é transportada num aqueduto em pedra para uma cisterna que alimenta o Chafariz da Castelhana ou encaminhada para um tanque próximo do poço, actualmente convertido em piscina. A água dos tanques, além de servir para regar a horta e os jardins, alimentava os lagos e os chafarizes da quinta.	P	CS CCA Cn Aq	C T	L Rp F Ca Ch	R A TL

I - Recolha: ALA (açude em linha de àgua); M (mina); N (nascente natural), P (poço); S (superfície impermeabilizada)
II - Transporte e Distribuição: Aq (aqueduto); Cn (canal); CCA (caleiras a céu aberto); CM (caleiras em minas); CS (conduta subterrânea)
III - Armazenamento: C (cisterna); Cx (caixas); T (tanque)
IV - Ornamento: B (bica); Ca (cascata); Ch (chafariz); E (esguichos); F (fonte); L (lago); Rp (repuxo); PA (parede de àgua); MA (mesa de água)
V - Destino: A (abastecimento da casa); TL (tanque de lavar); EN (energia); R (rega)

A Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos e o Programa EEA Grants

Ana Luísa Soares, Teresa Chambel e Isabel Andrade

A Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos

Os jardins são hoje em dia indispensáveis ao equilíbrio da sociedade moderna. De entre a grande quantidade de jardins existentes, os históricos destacam-se pela sua beleza e valor patrimonial, por constituírem testemunhos de uma época passada deixados na paisagem. São monumentos vivos e obras de arte que admiramos e devemos defender, compreender e assegurar a sua perpetuidade.

Os jardins históricos dispersos pelo território português são difíceis de conservar e valorizar, pois os seus proprietários não conseguem fazer face à manutenção dos seus jardins devido ao elevado preço de mão-de-obra e à sua débil preparação. Agrupar estes proprietários em redor de um interesse comum — a preservação dos jardins históricos — foi uma das motivações que levou à criação, em Janeiro de 2003[1], da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos (APJSH, www.jardinshistoricos.com), uma organização não governamental sem fins lucrativos, constituída para responder à necessidade urgente de preservar e valorizar o rico e diverso património da arte paisagística portuguesa.

Esta iniciativa partiu deste grupo de profissionais de jardins que, depois do levantamento de jardins portugueses, levado a cabo em 1998, por encomenda do Fundo do Turismo, tomou consciência do estado degradado em que estes se encontravam e, tendo a convicção de que o seu valor patrimonial, económico e recreativo não se encontrava legalmente defendido — apesar de poderem ser considerados verdadeiros repositórios da cultura portuguesa —, assumiu a responsabilidade de criar a associação.

Integram os órgãos sociais da APJSH, desde a sua fundação, proprietários de jardins históricos ou responsáveis institucionais e pessoas ligadas a diferentes quadrantes profissionais, tais como arquitectos paisagistas, arquitectos, historiadores da arte, agrónomos, silvicultores, juristas e economistas.

No âmbito do que considera ser o seu objectivo principal — promover a conservação e a valorização de jardins e sítios naturais e históricos, privados e públicos, entendidos como espaços de valor estético, científico, cultural, educativo e paisagístico —, a APJSH tem vindo a reunir associados, maioritariamente proprietários de quintas e jardins, que, carenciados de meios técnicos e financeiros, pretendam restaurar, manter, valorizar e divulgar o seu património, atingindo hoje um número de cerca de duas centenas de sócios distribuídos por todo o país.

A equipa técnica.
Da esquerda para a direita:
António Sacchetti, Raquel Santiago, Cristina Castel-Branco, João Ribeiro, Teresa Chambel, Inês Fontes, Sandra Santos, Raquel Carvalho, Maria Matos Silva, Marta Malheiro, Isabel Andrade e Ana Luísa Soares.

A candidatura aos projectos EEA Grants

Em Fevereiro de 2006, a direcção da APJSH, através de um dos seus membros[2], tomou conhecimento da existência do programa «Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu EEA Grants», identificando no mesmo dois sectores prioritários nos quais se poderia enquadrar o restauro de jardins históricos, com vista ao seu financiamento: a «(...) Conservação do património cultural e europeu (...)», abrangendo duas ou três áreas preferenciais, tais como a promoção e valorização de património cultural não mobiliário; a reabilitação de património histórico e cultural e a reabilitação de áreas urbanas em locais históricos; e a «(...) Protecção do Ambiente (...)», abrangendo a área preferencial de melhoramento de sistemas de gestão de água.

O EEA Grants foi criado em 2004, em conjugação com o alargamento da União Europeia a novos estados-membros, e simultaneamente ao Espaço Económico Europeu, que integra a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e todos os estados-membros da União Europeia. Em 2007, juntaram-se-lhes a Bulgária e a Roménia, que se tornaram igualmente beneficiários do EEA Grants. Além dos dez novos estados-membros da União Europeia, também beneficiam deste financiamento a Grécia, Portugal e Espanha[3].

Após a leitura do guia de utilização e do regulamento do referido projecto, a direcção da APJSH constatou que deveria submeter a sua candidatura ao programa em questão, podendo, a partir dele, os proprietários associados obter financiamento para a recuperação e valorização dos seus jardins e, por conseguinte, do património paisagístico em Portugal. Com esta iniciativa reforçava-se a experiência da APJSH no restauro de jardim e o seu papel efectivo na defesa, conservação e valorização de jardins e sítios históricos.

Foi constituída uma equipa nacional com o máximo de experiência na área de projecto e restauro de património paisagístico, a qual iniciou a preparação da candidatura «Recuperação de sistemas hidráulicos, muros e caminhos em jardins históricos». Esta candidatura

baseou-se na experiência e conhecimento nas áreas da história da arte de jardins, incluindo no seu projecto uma vertente de investigação aplicada e de divulgação académica. A metodologia de trabalho baseou-se nos princípios da *Carta de Florença*, assinada em 1981 por todos os países que integram o Comité Científico de Parques e Jardins do ICOMOS (UNESCO) e noutras convenções internacionais de defesa do património. Estes princípios consideram o jardim histórico como um monumento e recomendam o seu restauro e conservação atendendo a todos os requisitos das leis do património.

Apoiando-se na sua já longa experiência na área do restauro de jardins, a APJSH e a sua equipa de técnicos consideraram a recuperação de sistemas hidráulicos, muros e caminhos dos jardins como ponto crucial de investimento da candidatura. Esta escolha incidiu na condição *sine qua non* de disponibilidade de água para a sobrevivência dos jardins em climas de Verão seco. Para haver jardins, teria de existir capacidade de recolher, armazenar e saber distribuir a água. Este princípio foi-se alterando ao longo dos tempos mas, de facto, no passado, os sistemas hidráulicos eram elementos estruturantes, definidores da forma do jardim, cujo traçado e áreas de plantação dependiam do volume dos tanques onde se armazenava a água e dos canais ou tubos que a distribuíam.

Os principais objectivos da candidatura visaram a renovação dos jardins, como espaços de intervenção artística e, em simultâneo, como ecossistemas manipulados pelo homem, aproveitando racionalmente os recursos naturais e introduzindo sistemas de gestão equilibrada da água que progressivamente fossem aumentando a sua sustentabilidade ecológica.

Na maioria dos jardins históricos, deparámo-nos com a desactivação dos sistemas antigos de recolha de água e, consequentemente, o subaproveitamento da originalmente disponível, conduzindo a um desperdício deste recurso natural que ali existia e a um aumento dos gastos na aquisição de água canalizada.

Quando, em Fevereiro de 2006, a direcção da APJSH decidiu preparar esta candidatura começou por consultar todos os seus associados — na sua maioria proprietários de jardins — para avaliar o interesse e a disponibilidade financeira para integrarem esta candidatura como parceiros, nos seguintes termos: cada proprietário teria de se comprometer, em contrato, a comparticipar com 40% do valor total da intervenção no seu jardim e, após a conclusão do projecto, mantê-lo aberto ao público durante um mínimo de cinco anos, em condições a definir para cada um dos casos.

Depois de um período de consulta de cerca de um mês, obtivemos doze respostas positivas por parte de proprietários de jardins de elevado valor patrimonial, cujas necessidades de restauro e intervenção se situavam ao nível das estruturas hidraúlicas, dos sistemas de gestão de água, dos muros e dos pavimentos.

Uma vez que a análise e a avaliação das necessidades de restauro dos jardins não existiam para nenhum deles, e que os projectos de intervenção só poderiam ser elaborados após esse diagnóstico, fez-se uma estimativa do valor do projecto e da obra para cada um dos casos.

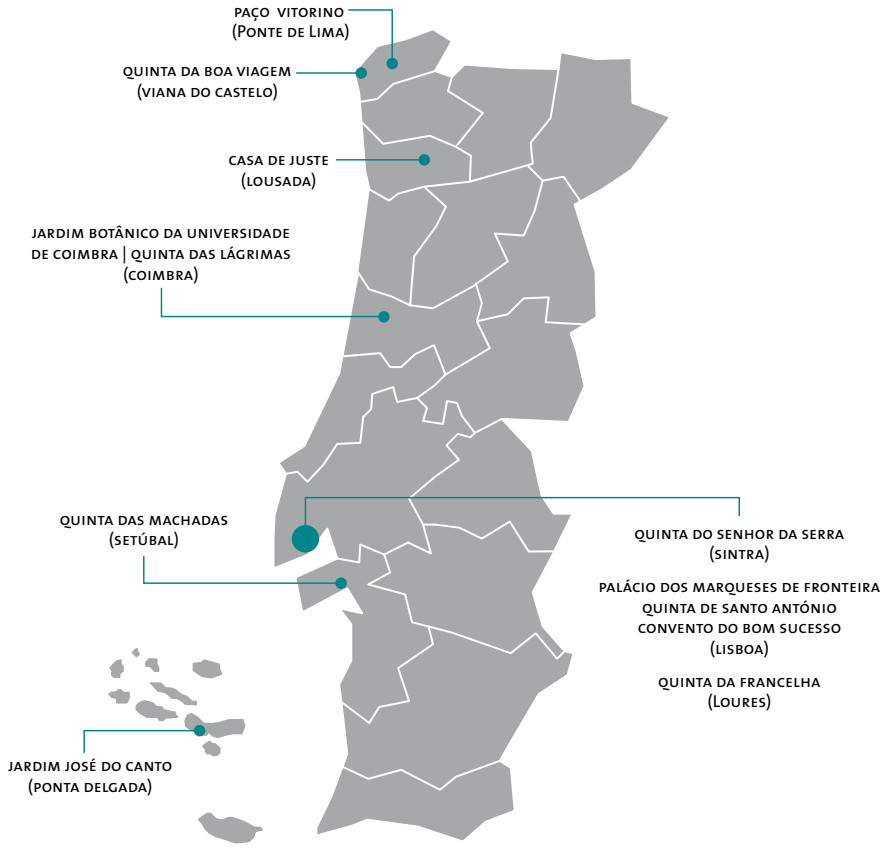
A candidatura promovida pela APJSH levou a parcerias com entidades públicas e privadas por todo o país, sendo o único parceiro público o Jardim Botânico de Coimbra (tutelado pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra); os restantes eram proprietários de quintas e jardins. A cada um dos respectivos projectos foi atribuído um director de obra e uma equipa de arquitectos paisagistas, com experiência em restauro de jardins históricos.

No arranque, a distribuição de directores de projecto fez-se da seguinte forma:

JARDIM	LOCALIZAÇÃO	REPRESENTANTES	DIRECTOR DO PROJECTO
1. PALÁCIO FRONTEIRA	LISBOA	FERNANDO MASCARENHAS	CRISTINA CASTEL-BRANCO
2. CONVENTO DO BOM SUCESSO	LISBOA	AILEEN JOSEPHINE COATES	CRISTINA CASTEL-BRANCO
3. JARDIM JOSÉ DO CANTO	PONTA DELGADA, AÇORES	AUGUSTO DE ATHAYDE	CRISTINA CASTEL-BRANCO
4. QUINTA DA BOA VIAGEM	VIANA DO CASTELO	JOSÉ TEIXEIRA QUEIROZ	CRISTINA CASTEL-BRANCO
5. PAÇO VITORINO	PONTE DE LIMA	JOSÉ PEREIRA COUTINHO	ANA LUÍSA SOARES
6. CASA DE JUSTE	LOUSADA	ANA E FERNANDO GUEDES	TERESA CHAMBEL
7. JARDIM BOTÂNICO DE COIMBRA	COIMBRA	HELENA FREITAS	TERESA CHAMBEL
8. QUINTA DAS LÁGRIMAS	COIMBRA	JOSÉ MIGUEL JÚDICE	CRISTINA CASTEL-BRANCO
9. QUINTA DAS MACHADAS	SETÚBAL	HUGO O'NEILL	CRISTINA CASTEL-BRANCO
10. QUINTA DO SENHOR DA SERRA	SINTRA	JOSÉ VICTORINO	MIGUEL COELHO SOUSA
11. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO	LISBOA	ANTÓNIO MACEDO	CRISTINA CASTEL-BRANCO
12. QUINTA DA FRANCELHA	LOURES	LEONOR E FRANCISCO PATRÍCIO	CRISTINA CASTEL-BRANCO

Os jardins que entraram na parceria de candidatura ao projecto EEA Grants são representativos, em Portugal continental e ilhas, da arte paisagista do século XVII ao século XIX, possuindo estruturas hidráulicas de referência, merecedoras de restauro, e estando associados a valores históricos e patrimoniais que remontam à sua própria origem, tendo alguns deles sido marcos importantes da história de Portugal ou da região em que se inserem. Alguns destes jardins encontravam-se abertos ao público e tinham elementos marcantes da sua região, podendo a sua recuperação servir de exemplo a seguir no sentido da promoção de uma gestão sustentável da água como recurso natural.

A preparação da candidatura obrigou a um grande esforço e a um forte empenho por parte da direcção[4] para a elaboração de um projecto que, através dos jardins históricos a restaurar, correspondesse ao objectivo do EEA Grants: melhorar processos ecológicos e salvaguardar património cultural europeu. O sucesso deve-se também aos proprietários, que acreditaram entusiasticamente nesta aposta e se comprometeram a restaurar os seus jardins com regras internacionais de conservação de património. A candidatura foi submetida em Maio de 2006 e, em 2007, foi aprovada. Foi com grande orgulho que vimos reconhecido o valor do jardim histórico português como património europeu e o trabalho da associação na defesa dos jardins dos seus associados.



A concretização do projecto EEA Grants

O projecto submetido pela APJSH iniciou-se em Setembro de 2007 e a primeira intervenção teve início em Março de 2008; em Setembro de 2008, aquando da crise financeira desencadeada pela falência da Lehmann Brothers, já estavam em marcha as duas maiores obras deste projecto (Palácio Fronteira e Quinta das Lágrimas).

Entre 2008 e 2010, a economia portuguesa viveu um período particularmente difícil, marcado pelas consequências desta crise financeira mundial. A quebra da confiança económica e uma menor liquidez financeira traduziram-se em condições de financiamento mais restritivas para as famílias e para as empresas reflectindo-se na menor capacidade dos proprietários investirem nos seus jardins. Nestas circunstâncias, o consumo privado e o investimento ressentiram-se, contribuindo para um recuo da actividade económica. O ano de 2009 coincidiu com a maior recessão vivida pela economia portuguesa desde 1975.

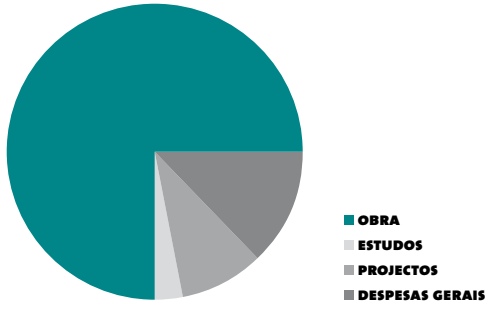
Em Setembro de 2007, após a assinatura do contrato entre a APJSH e o Ponto Focal do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, que consubstanciava a participação daquela entidade em 60% das despesas elegíveis deste projecto, tornou-se urgente uma

solução para a afectação dos valores a cada jardim de acordo com a dimensão da intervenção técnica necessária, mas tendo também em atenção a capacidade financeira de cada proprietário (parceiro público, privado ou particular — neste último caso representado pela APJSH). Assim, a direcção da APJSH[5] propôs e aprovou três escalões de participação financeira em que cada jardim se posicionou conforme se ilustra na tabela seguinte:

x ≤ €40.000	**€40.000< x ≤ €100.000**	**x > €100.000**
QUINTA DE SANTO ANTÓNIO	QUINTA DAS MACHADAS	PALÁCIO FRONTEIRA
QUINTA DO SENHOR DA SERRA	PAÇO VITORINO	QUINTA DAS LÁGRIMAS
CONVENTO DO BOM SUCESSO	CASA DE JUSTE	QUINTA DA BOA VIAGEM
QUINTA DA FRANCELHA	JARDIM JOSÉ DO CANTO	
PAÇO DE CALHEIROS[6]	JARDIM BOTÂNICO DE COIMBRA	

O investimento total do projecto foi de € 1.084.324, dividido por quatro grandes rubricas:

- Despesas gerais: custos de gestão, custos administrativos, investigação académica, fotografia, publicação do livro;
- Estudos hidráulicos e topográficos;
- Projectos de arquitectura paisagista e de rega;
- Obras de restauro de sistemas hidráulicos, muros e pavimentos.



A percentagem para a elaboração e administração do projecto não ultrapassou os 25%, o que constituiu um resultado positivo quando comparado com situações semelhantes. Sublinhe-se ainda que nestes 25% se inclui a edição do presente livro e de brochuras de divulgação de cada jardim histórico.

As despesas de implementação dos vários projectos nos doze jardins constituíram assim cerca de 75% do valor total investido.

Durante três anos (de 2007 a 2010), as despesas elegíveis para este projecto eram processadas trimestralmente, dando origem a listas de despesas enviadas pelo promotor, a APJSH, para a Unidade Nacional de Gestão (UNG) do MFEEE juntamente com as fotocópias dos documentos originais e comprovativos de pagamento. Após a verificação administrativa,

técnica e financeira daqueles documentos e o preenchimento do *Project Interim Report* pela APJSH, os pedidos de pagamento eram enviados para o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR) para validação das despesas, certificação e submissão daquele relatório ao Financial Mechanism Office (FMO), localizado em Bruxelas. Frequentemente, este organismo questionava decisões e atrasos de alguns projectos, bem como a desistência de um dos proprietários, obrigando a justificações técnicas e a um volumoso trabalho administrativo. Finalmente, quando os fundos relativos a 60% das despesas apresentadas no relatório eram disponibilizados pelo FMO, o IFDR transferia esses reembolsos para a APJSH e esta para os proprietários na medida dos seus gastos.

Este moroso processo implicou um grande controlo financeiro e administrativo e um esforço de investimento dos proprietários, que, empenhadamente, aplicaram os seus recursos nos doze jardins históricos em anos críticos para a economia portuguesa. Hoje, vêem recompensado o seu esforço nos tanques, fontes e caminhos restaurados, nas redes de rega em funcionamento e na economia de água tornada possível por essas intervenções.

[1] A APJSH teve como núcleo de fundadores as autoras deste texto, a Dra. Iole Sala, o Dr. Rogério Moura e a Prof. Cristina Castel-Branco, presidente da associação aquando da sua constituição.
[2] A arquitecta paisagista Inês Pereira de Lima.
[3] Desde 1974, a Noruega tem estado envolvida com Portugal, ao nível bilateral, no âmbito da EFTA, e, mais recentemente, através dos mecanismos financeiros do EEA Grants. Este mecanismo financeiro que contribuiu, entre 2004-2009, com € 31,3 milhões para Portugal, financia actualmente trinta e dois projectos no nosso país nas seguintes áreas: projectos profissionais e científicos referentes ao sector marítimo, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e património cultural. Este apoio dá aos dois países várias oportunidades para reforçar as relações bilaterais, tanto ao nível profissional como ao nível económico.
[4] Presidente: arquitecta paisagista Cristina Castel-Branco; vice-presidentes: arquitectas paisagistas Ana Luísa Soares e Teresa Chambel; tesoureira: arquitecta paisagista Inês Pereira de Lima.
[5] Co-adjuvada pela Dra. Isabel Andrade, responsável pela gestão financeira do projecto.
[6] A desistência do Sr. Francisco Calheiros (Paço de Calheiros), em meados de 2009, levou a um substancial atraso nos reembolsos e a uma descida do desempenho financeiro das equipas, pelo que foi pedida a sua substituição pelo Convento do Bom Sucesso, em Lisboa.

Bibliografia

AA.VV. — *Arquitectura Popular em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.

AA.VV. — *Candidatura ao Prémio Vasco Vilalva para a Recuperação e Valorização do Património da Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos, 2008.

AA.VV.; GAZZOLA, Piero (pres.) — *Carta de Veneza: Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios.* Veneza: II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS, 1964.

AA.VV. — *Laboratório do Mundo: Ideias e Saberes do Séc. XVIII*. Lisboa: Gabinete das Relações Culturais Internacionais do Ministério da Cultura, 2004.

AA.VV.; CASTEL-BRANCO. C. (ed. cient.) — *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Jardim Botânico da Ajuda, 1999.

ALBERGARIA, Isabel Soares de — *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel 1785-1885*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001.

ALMEIDA, M. L. — *Documentos da Reforma Pombalina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.

ALMEIDA, M. L. (pref.) — *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992.

ANDERSEN, Hans Christian — *Uma Visita em Portugal em 1866*. 2.ª ed. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

AÑÒN, Carmen — «El jardin histórico: notas para una metodologia previa al proyecto de recuperación in Journal Scientifique». *Jardins et Sites Historiques*. Madrid: ICOMOS, 1993.

AÑÓN, Carmen — *Filosofia de la Restauración*. Madrid: s.n., 2009. Curso de Especialización en Rehabilitación de Jardines y Parques Históricos (Paisajes Culturales) da Universidad Politécnica de Madrid, texto policopiado.

ARAÚJO, Ilídio de — *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas; Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1962.

ATHAYDE, Augusto — *Livro de Família*. Ponta Delgada: ed. autor, 2002.

AZEVEDO, Carlos de — *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

BARBOZA, Domingos. C. — *Descripçaõ da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e Notícia do seu Melhoramento*. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1799.

BARIDON, Michel — *Jardins*. Paris: Ed. Laffont-Bouquin, 2000.

BARRETO, Abílio — *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva. História Antiga*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996, vol. I.

CABRAL, Francisco Caldeira — «Jardins de Portugal» *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza, 1993, pp. 115-128.

BLACK, Adam; BLACK, Charles — *Water: The Use of Water in the Landscape*. London, 1971.

CARITA, Hélder; CARDOSO, António H. — *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*. Lisboa: edição dos autores, 1987.

CARTA de Florença. ICOMOS, Documentation Centre, 1982.

CASTEL-BRANCO, Cristina — «Os jardins de Coimbra. Um colar verde dentro da cidade». *Monumentos. Dossié: Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, n.º 25, pp. 170-185.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *Félix de Avelar Brotero. Uma História Natural*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *Jardins com História: Poesia Atrás de Muros*. Lisboa: Edição Inapa, 2002.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *Necessidades, Jardins e Cerca*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *Os Jardins dos Vice-Reis: Fronteira*. Alfragide: Ed. Oceanos, 2008.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *Actas do Simpósio Internacional. Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

CORREIA, Clara Pinto; CASTEL-BRANCO, Cristina — *Os Quatro Rios do Paraíso*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1994.

COSTA, Carreiro da — *Alguns da Grande Geração e os Seus Jardins*. Ponta Delgada, 20 de Agosto de 1954.

CRAVEIRO, M. L. — *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

CUSTÓDIO, Jorge — *O Lagar e o "Azeite Herculano"*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1998.

DIÁRIO da República, n.º 47, decreto n.º 28/82.

DIAS, J.; GALHANO, F. — *Aparelhos de Elevar a Água de Rega: Contribuição Para o Estudo do Regadio em Portugal*. Porto: Edição da Junta da Província do Douro Litoral, 1953.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando — *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos de Água e Azenhas*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1959.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando — *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos de Vento*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1959.

DIAS, P. — *A Universidade e a Arte 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, actas do colóquio.

DIAS, P. — *Coimbra, Arte e História*. 2.ª ed. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

DIREITO do Património Cultural e Ambiental. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2005. Actas do Colóquio realizado em Monserrate.

FERREIRA, António — *A Castro.* Coimbra: Ed. França Amado, 1912.

FIGUEIREDO, A. B. — *Coimbra Antiga e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1996.

FRANCO, M. S. — *Riscos das Obras da Universidade de Coimbra, o Valioso Álbum da Reforma Pombalina*. Coimbra: Ministério da Cultura e Coordenação Científica; Instituto Português do Património Cultural, 1983.

FROES, Luís — *Tratado dos Embaixadores japoneses que forão de Japão a Roma no anno de 1582*. sn.

FRUTUOSO, Gaspar — *Saudades da Terra*. 1.ª ed. 1582. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1582.

GAGLIARDI, H. — *Relatório das Herdades de Bellas apresentado aos Exmos Srs. Marquez de Bellas e João Carlos Bon de Sousa*. Lisboa: Typographia Universal, 1873.

GAMA, Lígia Vidal Gomes da — *Devoção e Nostalgia: Informação Histórico-Litúrgica sobre Catolicismo e o Culto da Virgem Maria em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estatal Luiz Bessa, 1980.

GAYO, M. — *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. X.

GOEZE, Edmond — *Jardins Notáveis de Portugal: Lumiar*. Jornal de Horticultura Prática, 1874, vol. V.

GOEZE, Edmond — *O Instituto, Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*. Coimbra: s.n., 1877.

GOTHEIN, Marie Louise — *Indian Gardens*. London. Gardenvisit.com. 2008.

GOTHEIN, Marie Louise — *A History of Garden Art*. New York: Hacker Art Books, 1979, vols. I e II. Trad. inglesa de Archer-Hind, 1928.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. — «Ei paramo leonés. Entre la Antigüedad y la Alta Edad Media». *Studia Historica — Historia Medieval*. Salamanca: s.n., 1996.

HARRISON, Robert — *Jardins et Condition Humane.* Paris: Le Pommier, 2007.

HAZELHURST, F. H. — *Gardens of Illusion. The Genius of Le Nôtre*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1982.

HEIDEGGER, Martin; HOFSTADER, Albert (trad.) — *Poetry. Language and Thought.* New York: Harper and Row, 1971.

J. A. HENRIQUES — *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

HIRSCHFELD, Christian — *Theorie de l'art des jardins*, vol. I., Leipzig, 1779.

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan — *The Oxford Companion to Gardens*. New York: Oxford University Press, 1986

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan — *The Landscape of Man*. London: Thames and Hudson, 1987.

JUROMENHA, Visconde de — *Cintra Pinturesca*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1838.

KEMP, Edward — *How to Lay Out a Garden*, 1860.

LOPES, E. — *Lousada e as suas Freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, 2004.

MACHADO, A. — *Os Nossos Costados*. S.l.: s.n., 1981.

MACHADO, J. — *Últimas Gerações*. Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz, 1977.

MAGALHÃES, F. — «O concelho de Lousada no Numeramento de 1527». *Jornal de Lousada*. Lousada: s.n., 4 de Setembro de 1992.

MARQUES, Teresa P. — «Jardins du Portugal». *Jardins du Maroc, d'Espagne et du Portugal*. Paris: Actes Sud, 2003.

MOREIRA, J. M. — *Alguns Aspectos da Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de São Miguel, (Açores)*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987.

MOYNIHAN, Elizabeth B. — *Paradise as a Garden in Persian and Mughal India*. New York: George Braziller, 1979.

NICHOLS, Rose Standish — *Spanish and Portuguese Gardens*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1924.

OLIVEIRA, José Paulo; FRANCO, Beatriz; MOTA, Célia — *Parecer Patrimonial para o Edifício na Travessa de Santo António*, 2-8. Lisboa: Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM, Setembro de 2008.

PAIVA, Jorge; Pereira, J.T.M. — Um projecto (rejeitado) de Vandelli para o Jardim Botânico de Coimbra. Lisboa: s. n., 1989. Comunicação apresentada ao Encontro sobre o Jardim Português (séculos XV a XIX), texto policopiado.

PATRÍCIO, M.M.M. — *Rosário da Vida. Quando eu era pequenina… (Dezenas de Alegrias)*. Lisboa: Escola Tipográfica Oficinas de São José de Lisboa, 1935.

QUEIROZ, Mariana Vilas Boas Teixeira de — «O ribeiro da Boa Viagem». *Poesias Inéditas*, 1928.

QUINTELA, António; CARDOSO, João L. C.; MASCARENHAS, José M. — *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*. Lisboa: MPAT; Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1990.

ROIG, Adrien — *Inesiana ou a Bibliografia Geral sobre Inês de Castro*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universal, 1986.

SANTO, Eugénio do Espírito — *Ameixoeira, um Núcleo Histórico*. Lisboa: edição do autor, 1997.

SILVA, A. L. Pereira da — *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958.

SIRGADO, J. (coord.) — *Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa*. S.l: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, 2004.

SITWELL, Sir George — *An Essay on the making of gardens: A study of old Italian gardens, of the nature of beauty, and the principles involved in garden design*. London: John Murray Albermale Street, 1990.

SOBRAL, J. — «Da casa à nação: passado, memória, identidade». *Etnográfica III* (1), 1999.

SOUSA, F. A. de Medeiros — *José do Canto: Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982.

STOOP, Anne de — *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*. Porto: Livraria Civilização, 1999.

STUART, Villers — *The Gardens of the Great Mughals*, 1913.

TENTE, C. — *A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2007.

VASCONCELLOS, António de — *Inês de Castro*. Porto: Marques Abreu, 1928, p. 149.

VASCONCELOS, C. — «Lições de filosofia portuguesa seguidas das lições práticas de português arcaico». *Revista de Portugal*. Lisboa: s.n., 1956.

WILBER, Donald N. — *Persian Gardens and Garden Pavillions*. Washington D. C.: Dumbarton Oaks Trustees for Harvard University, 1979.

ZANGHERI, L. et al. — «Il giardino islamico». *Giardini e Paesaggio*. S.l.: Ed. Leo Olshkip, 2006.

RELATÓRIOS FINAIS DE CURSO DE LICENCIATURA, MESTRADO E DOUTORAMENTOS NÃO PUBLICADOS

ANDRESEN, M. Teresa L. — *Para a Crítica da Paisagem*. Aveiro: s.n., 1992. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, texto não publicado.

AZAMBUJA, Sónia Talhé — *A Quinta da Boa Viagem na Rota dos Descobrimentos*. Lisboa: s.n., 1999. Relatório final de licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

BARATA, T. L; SANTIAGO, R. — *Quinta das Machadas*. Lisboa: s.n., 2007. Trabalho da disciplina de História de Arte de Jardins II, do curso de Arquitectura Paisagista, do Instituto Superior de Agronomia, texto não publicado.

CAMPOS, Tiago T.; CÔRTE-REAL, Marta; MARTINS, Inês S.; PRÓSPERO, Maria J. — *Quinta do Senhor da Serra. Belas*. Lisboa: s.n., 2005. Trabalho efectuado no âmbito da disciplina de História de Arte dos Jardins II, no Instituto Superior de Agronomia (ISA)/Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista (SAAP), texto não publicado.

CASTEL-BRANCO, Cristina — *O Lugar e o Significado: os Jardins dos Vice-Reis*. Lisboa: s.n., 1992. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

LIMA, Inês Pereira de — *A Salvaguarda do Património Paisagístico: Inventário de Paisagem Construída Entre-Douro-e-Minho*. Lisboa: s.n., 2005. Relatório do trabalho de fim de licenciatura de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, texto não publicado.

LIMA, Inês Pereira de — A *Salvaguarda da Paisagem no âmbito do Património Cultural, Abordagem ao Jardim Botânico de Coimbra*. Lisboa: s.n., 2008. Dissertação de mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

LUZ, Ana Sofia; RIBEIRO, Carolina — *Análise e Proposta de Recuperação da Quinta das Machadas — Sistema Hidráulico*. Lisboa: s.n., 2007. Trabalho da disciplina de História de Arte de Jardins II, do curso de Arquitectura Paisagista, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não complicado.

MARQUES, Teresa P. — *Dos Jardineiros Paisagistas e Horticultores do Porto de Oitocentos ao Modernismo na Arquitectura Paisagista em Portugal*. Lisboa: s.n., 2010, texto não publicado.

MENEZES, Bernardo de Magalhães e — *A Gestão da Água como Acção Modeladora de Paisagens, Sistemas Hidráulicos em Jardins Históricos*. Porto: s.n., 2010. Relatório final de estágio curricular no mestrado de Arquitectura Paisagista, texto não publicado.

MONTEIRO, Luís C. N.; PLÁCIDO, Inês V. S.; SILVA, Miguel C. P.; SILVA, Tânia F.F.S. — *A Água na Quinta do Senhor da Serra*. Lisboa: s.n., 2008. Trabalho efectuado no âmbito da disciplina de História de Arte dos Jardins II, no Instituto Superior de Agronomia (ISA)/Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista (SAAP), texto não publicado.

PEREIRA, José L. V. V.; VIANA, Catarina V. — *A Quinta do Senhor da Serra*. Lisboa: s.n., 1991. Trabalho efectuado no âmbito da disciplina de História de Arte dos Jardins II, no Instituto Superior de Agronomia (ISA)/Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista (SAAP), texto não publicado.

PIMENTEL, António. A. L. — *Uma Relíquia de Floresta Primitiva (A Quinta do Senhor da Serra — Belas)*. Lisboa: s.n., 1940. Relatório final da licenciatura de Engenheiro Silvicultor do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnicade Lisboa, texto não publicado.

PINA, T. F. A. — *Análise dos Sistemas Hidráulicos Antigos. Conventos de S. Paulo e dos Capuchos, Setúbal*. Lisboa: s.n., 1996. Relatório do trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

RAMOS, A.I. — *As Quintas Envolventes de Setúbal: uma Proposta de Ordenamento*. Lisboa: s.n., 1992. Relatório final de licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

RIBEIRO, Luís P. — *Sistemas de Água em Composição Paisagística: Aspectos Estéticos e Funcionais*. Lisboa: s.n., 1992. Provas de aptidão pedagógica e Capacidade Cientifica, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

SILVA, Rita Isabel Caldeira Salgado da — *O Turismo como Salvaguarda de Jardins Históricos*. Lisboa: s.n., 1998. Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, texto não publicado.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

http://www.cl-bom-sucesso.com/historia.htm consultado a 2 de Agosto de 2010.

http://www.ippar.pt

OLIVEIRA, Catarina — *Casa e quinta da Boa Viagem, capela, alameda da Oliveira e cruzeiro*, in http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/dtail/72707/, consultado em 15 de Julho de 2008.

NOÉ, Paula; et al — *Quinta da Francelha*, in http://www.monumentos.pt, consultado em 15 de Julho de 2010.

VALE, T.; GOMES, C. — Convento do Bom Sucesso, in http://www.monumentos.pt, consultado a 28 de Junho de 2010.

CARTOGRAFIA

Levantamento topo-cadastral da zona de Belas. *In Carta dos Arredores de Lisboa*, 1:10 000, do Instituto Geográfico Português.

A ÁGUA NOS JARDINS PORTUGUESES

© 2010, Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos
Rua da Correnteza, n.º 1
1400-077 Lisboa
www.jardinshistoricos.pt

DIRECÇÃO EDITORIAL
Cristina Castel-Branco

TEXTOS
Ana Luísa Soares, Bernardo de Magalhães e Menezes, Cristina Castel-Branco, Francisco Manso, Inês Fontes, Inês Pereira de Lima, Isabel Andrade, João Ribeiro, Maria Matos Silva, Marta Malheiro, Miguel Coelho de Sousa, Raquel Carvalho e Teresa Chambel

FOTOGRAFIA
António Sacchetti (à excepção das que se encontrem com outra identificação na respectiva legenda)

EDIÇÃO DE TEXTO | REVISÃO
Andrea Cardoso
Maria João Reis Martins

DESIGN | CONCEPÇÃO | PAGINAÇÃO
DDLX [www.ddlx.pt]
DIRECÇÃO DE ARTE José Teófilo Duarte
DESIGN E PAGINAÇÃO Filipa Fernandes

IMPRESSÃO
Corlito. Lda.

TIRAGEM
1100 exemplares

EDITOR
SCRIBE - Produções Culturais Lda
R. Miguel Lupi 12D ,1200-725 Lisboa
Telefone: 213 954 782
info@scribe.pt
www.scribe.pt

Depósito Legal: ?
ISBN: 978-989-8410-08-5
Lisboa, Novembro de 2010

APOIOS